



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

Intervenções em Contexto Histórico **Proposta para a Judiaria da Covilhã**

Ana Maria Morais

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof. Doutor Michael Heinrich Josef Mathias

Covilhã, Outubro de 2017

Dedicatória

Ao meu pai.

Agradecimentos

Começo por agradecer ao meu orientador, Prof. Doutor Michael Mathias, pela sua ajuda e paciência.

À Arq. Ana Cristina Pereira, pela sua disponibilidade e palavras de apoio.

À minha mãe, por nunca desistir de mim e por todo o seu apoio e persistência face a todas as adversidades destes últimos anos.

À Né, pelos seus raspanetes e por ser a melhor gémea que alguém podia ter.

Ao Diogo, a minha âncora, por acreditar em mim e por toda a paciência, carinho e amor.

À Uru pelo seu apoio e por iluminar as minhas tardes de trabalho.

Resumo

A reabilitação de espaços históricos sempre gerou preocupações e algumas polémicas entre o público e até entidades governamentais. Já a demolição de edifícios antigos para dar lugar a novo edificado tende a despertar emoções ainda mais negativas, mesmo quando estes se encontram abandonados ou em estados deploráveis. Há um receio de perda de identidade e história do local, olhando o novo como algo invasivo e de carácter negativo.

Pretende-se com esta dissertação uma reflexão sobre novas construções em contextos históricos e como os mesmos podem contribuir de forma positiva para a salubridade e reabilitação das mesmas, sem prejudicar a identidade do local e sua herança cultural.

Após esta reflexão, segue-se a elaboração de uma proposta para a reabilitação da zona da Judiaria da Covilhã.

Palavras-Chave

Judiaria da Covilhã, Centro Histórico, Espaço Urbano, Reabilitação, Identidade

Abstract

The rehabilitation of historic spaces always produced some concerns and controversies within the public and even law makers. And the demolition of old buildings and their replacement with modern constructions, generates a bigger and more negative reaction, even if said buildings are abandoned or in an aggravated state of degradation. There's fear of identity loss and history, thus the new is seen as something invasive and of bad character.

The objective of this dissertation is a reflection on new constructions in historic contexts and how these buildings can bring a positive change to these areas, without harming its identity and heritage.

Following this reflection, a project for the Judaic center of Covilhã will be elaborated.

Keywords

Judiaria da Covilhã, Centro Histórico, Espaço Urbano, Reabilitação, Identidade

Índice

Índice.....	1
1. Introdução.....	3
1.1. Objetivos da dissertação.....	3
1.2. Estrutura da dissertação.....	3
2. Arquitetura e Progresso.....	5
2.1. Da Revolução Industrial ao Modernismo.....	6
2.2. As Cartas Patrimoniais e o ICOMOS.....	15
2.3. A Nova Carta de Atenas.....	20
2.4. ICOMOS Portugal e o Caso das Cardosas.....	25
2.6. Conclusões.....	29
3. Preservar ou Inovar.....	31
3.1. Formas de Intervenção.....	31
3.1.1. A Preservação do Passado e a Cópia.....	32
3.1.2. Inovar para Evoluir.....	35
4. Novas Construções em Contexto Histórico.....	39
4.1. O Diálogo entre o Velho e o Novo.....	39
4.2. A Opinião Pública.....	40
4.3. A Importância de Projetar para o Futuro.....	42
4.4. Conclusão.....	42
5. Covilhã.....	45
5.1. A Evolução Urbana.....	45
5.1.1. A Judiaria.....	46
5.1.2. Covilhã, a Cidade Fábrica.....	47
5.1.3. Do Estado Novo à Década de Noventa.....	50
5.1.4. Covilhã, a Cidade Universitária.....	51
5.2. Conclusões.....	52
6. Proposta de Requalificação.....	55
6.1. Enquadramento.....	55
6.2. Legislação em Vigor.....	57

6.2.1. PDM da Covilhã: Espaços Urbanos – Regime geral.....	57
6.2.2. PDM da Covilhã: Espaços Urbanos – Condições de edificabilidade.....	58
6.2.3. PDM da Covilhã: Espaços naturais e culturais	59
6.2.4. Plano de Urbanização da Grande Covilhã PUGC - Usos do Solo	59
6.2.5. UOPG2.....	60
6.2.6. UOPG2: Usos do Solo	60
6.2.7. UOPG2: Levantamento do Nº de Pisos	61
6.2.8. Vias e Espaços Públicos	61
6.3. Análise	61
6.3.1. Tipologias	61
6.3.2. Estado dos Edifícios.....	62
6.3.3. Levantamento de Pisos	64
6.3.4. Vias de Circulação	65
6.3.5. Dimensão Urbana: A Rua	66
6.4. Maquete de Estudo.....	74
6.5. Conclusões	74
6.6. Programa Proposto	75
6.7. Área a intervir	76
6.8. Sugestão para Novas Vias de Circulação.....	78
6.9. O Novo Espaço Público: A Praça das Flores	79
6.10. O Novo Edifício: Centro de Co-Work.....	85
Bibliografia	89
Anexos.....	91

1. Introdução

O tecido urbano encontra-se em evolução e crescimento constante, sendo a mudança e o progresso inevitáveis. Aos locais mais antigos desta malha apelidamos de espaços históricos. Aqui encontramos uma parte significativa da nossa história que preservamos com afeto e orgulho cultural: o nosso património arquitetónico.

Porém, este carinho e obrigação que sentimos em manter e preservar estes espaços tal e qual como são, representam uma barreira na evolução da malha urbana como um todo e da nossa própria cultura. Estes espaços são capazes de acomodar uma vasta variedade de interpretações e expressões, não tendo obrigatoriamente de ser um espaço imutável, quase que congelado num período histórico diferente.

Novas tecnologias e métodos construtivos permitem-nos intervir e criar espaços ricos e em constante mutação, dando-nos oportunidade de mostrar a próximas gerações um vislumbre sobre a arquitetura de agora, sem prejudicar ou perder a identidade histórica e cultural do local.

1.1. Objetivos da dissertação

Pretende-se com esta dissertação uma reflexão sobre novas construções em contextos históricos e como os mesmos podem contribuir de forma positiva para a salubridade e vivências da zona urbana em que se encontra inserido, sem prejudicar a identidade do local.

Após esta reflexão, segue-se a elaboração de uma proposta para a reabilitação da zona da Judiaria da Covilhã. Sendo o seu objetivo demonstrar que áreas históricas, como a apresentada na proposta, podem ganhar qualidades variadas com novas construções, não sendo necessário recorrer sempre a uma preservação tradicional para reabilitar estas mesmas áreas.

1.2. Estrutura da dissertação

Esta dissertação encontra-se dividida em duas partes: a análise teórica e a prática.

Na parte teórica, iremos analisar os acontecimentos históricos relevantes à problemática das novas construções em contexto histórico. Será abordada a história da reabilitação e sua evolução, desde a revolução industrial e primeiras noções de património, até à elaboração das Cartas Patrimoniais. De seguida, será abordado os diferentes tipos de intervenção sobre o

património construído, concluindo com uma reflexão mais profunda sobre novas construções em contexto histórico.

Na parte prática, será desenvolvida uma análise formal da área de intervenção escolhida e elaborado uma proposta adequado à mesma, sendo o objetivo demonstrar como espaços históricos podem ganhar qualidades com novas construções.

2. Arquitetura e Progresso

Podemos olhar a cidade como um organismo complexo e em constante mutação, cuja estrutura é regida por uma série de leis que o procuram controlar e organizar. Estas são fundamentais para prevenir consequências negativas provocadas pela sociedade que o forma, pois, a relação íntima e complexa entre a cidade e seus habitantes traduz-se sempre em algum tipo de transformação ou alteração da paisagem urbana, à medida que essa sociedade vai evoluindo. Rápidas evoluções tecnológicas são sempre seguidas por um período de mudança e crescimento, que vai inevitavelmente produzir impactos sociais e económicos que, por sua vez, provocam as mudanças físicas no ambiente urbano.

O Urbanismo como o conhecemos atualmente e estas leis e teorias que o definem, começaram a formar-se lentamente após as mudanças graduais provocadas pela Revolução Industrial, em meados do século XVIII. Pouco mais de dois séculos foram o suficiente para a humanidade ver os seus estilos de vida e modos de produção completamente modificados. A Industrialização levou a uma explosão demográfica nas cidades e à proliferação de novas estruturas como fábricas, estações de comboio, bairros industriais e grandes chaminés.

Apesar dos inúmeros benefícios que esta revolução trouxe à sociedade, a invasão da cidade histórica por novos e estranhos elementos revelou-se desastrosa. O crescimento descontrolado e sem regras ou planeamento, tornou a Cidade Industrial numa “Cidade Monstruosa”, com condições deploráveis para os seus habitantes e sem qualquer continuidade arquitetónica ou construtiva.

No entanto, estes problemas e a necessidade consequente da preservação das obras do passado, só viriam a ser observados a partir do século XIX. Assistimos, então, a um acordar da sociedade para uma nova consciência, que passa a ver e a analisar a cidade com um olhar crítico e mais científico, procurando solucionar e corrigir os novos problemas que atormentam os habitantes. Esta onda de mudança atinge o seu pico com o Movimento Moderno, onde a problemática da continuidade torna-se em algo de destaque para a sociedade ocidental.

Desenvolvem-se novas teorias e propostas que irão servir como base para as várias legislações que temos em vigor atualmente. Legislações essas que compreendem o valor do património construído e têm em conta a carga emocional e histórica carregada pelo mesmo.

Neste capítulo, vamos analisar mais os acontecimentos históricos que mais contribuíram para a evolução deste pensamento crítico, que culmina no nascimento dessas mesmas legislações.

2.1. Da Revolução Industrial ao Modernismo

Em meados do século XVIII, assistimos a uma das transformações mais determinantes para o ser humano e o seu território: a Revolução Industrial.

Agricultura e artesanato, outrora as principais fontes de rendimento, começam a sofrer grandes transformações com a implementação de novas técnicas e tecnologias. Os artesãos, antes donos e responsáveis por toda a linha de produção, começam a ser responsáveis só por algumas etapas e passam a trabalhar para um patrão, perdendo assim a posse da matéria prima, produto final e lucro. E o parcelamento de terrenos comuns, apesar de melhorar a utilização do solo para plantações, começa gradualmente a transformar os agricultores, antes o único elemento entre a produção e venda, em senhorios ou assalariados. Estes últimos tinham uma qualidade de vida muito baixa devido aos trabalhos forçados e baixos salários, sendo a sua única saída o trabalho industrial nas cidades.

As indústrias, com os seus novos processos mecânicos, rápidos e eficientes, começam a florescer e a concentrarem-se, atraindo mais população dos distritos agrícolas para os centros urbanos. Isto leva a um grande e rápido crescimento demográfico, como nunca antes visto.

As cidades começam a crescer rapidamente em tamanho e a sua paisagem, outrora dominada por catedrais e igrejas, agora via-se invadida por altos edifícios e chaminés industriais. Começa-se a assistir a um primeiro conflito entre a cidade tradicional e o desenvolvimento moderno. Conflito que não passou despercebido, tendo sido observado e denunciado por Pugin em 1836, no seu livro "Contrastes", onde o autor nos mostra a diferença entre uma cidade católica em 1440 e 1840.

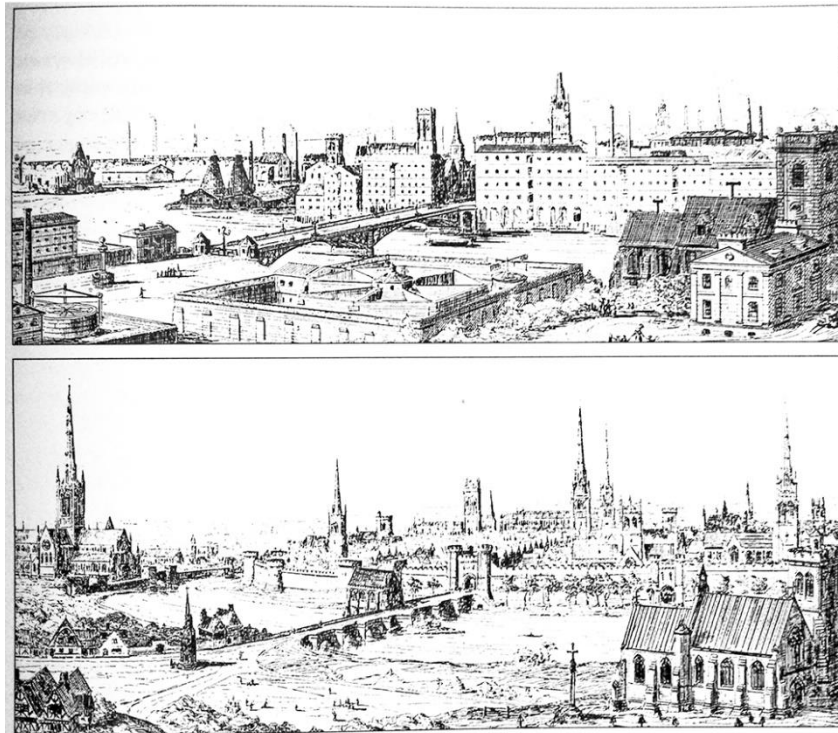


Figura 1: Cidade Católica em 1440 (em baixo) e a mesma em 1840 (em cima). Pugin, A. (1973), em *Contrasts*.

Este crescimento descontrolado provocado pelos avanços industriais, leva a uma profunda alteração estrutural das cidades. São abertas grandes artérias para ajudar a crescente movimentação de pessoas e materiais, são construídas estações ferroviárias e começam a aparecer novos centros especializados como bairros industriais, operários e comerciais. Porém, estas são alterações sem qualquer estratégia ou plano. E com a aglomeração crescente da população, nota-se um aumento de condições de habitação extremamente precárias. Os novos habitantes começam a ocupar qualquer espaço vazio disponível dentro de bairros antigos, ou novas construções que rapidamente se multiplicavam nas periferias. São criados novos e extensos bairros, tão densos que o escoamento de detritos é basicamente impossível, formando-se esgotos a céu aberto. As novas habitações são construídas próximas das fábricas, ou mesmo em contato com as mesmas, sem ordem nem atenção a possíveis incômodos que pudessem afetar quem as habita. Os centros antigos são então abandonados pela burguesia, devido às condições de higiene. E formam-se guetos de trabalhadores, onde as condições são miseráveis e insalubres.

Sem regras ou leis para guiar e controlar este crescimento desmesurado e proteger a população, o fenómeno gera a necessidade de uma nova ciência para organizar as massas sobre o solo. Nasce, então, uma nova disciplina que analisa e critica a cidade com um olhar científico e reflexivo: o Urbanismo.

Por esta altura, começam a surgir propostas e modelos de cidade como as cidades-jardim, cujos princípios são estabelecidos por Ebenezer Howard em 1898 e 1902 nas suas duas obras

To-morrow e *Garden-City of To-morrow*, respetivamente. Nestas, Howard define o movimento com três princípios fundamentais:

- Os terrenos deveriam pertencer à comunidade e seriam alugados pela mesma;
- O seu crescimento e limite deveriam de ser bem controlados, sendo o ideal de população cerca de 30 000 habitantes e a cidade delimitada por terrenos agrícolas;
- Comércio, industria, campo, cidade e residência estariam equilibrados de forma funcional.

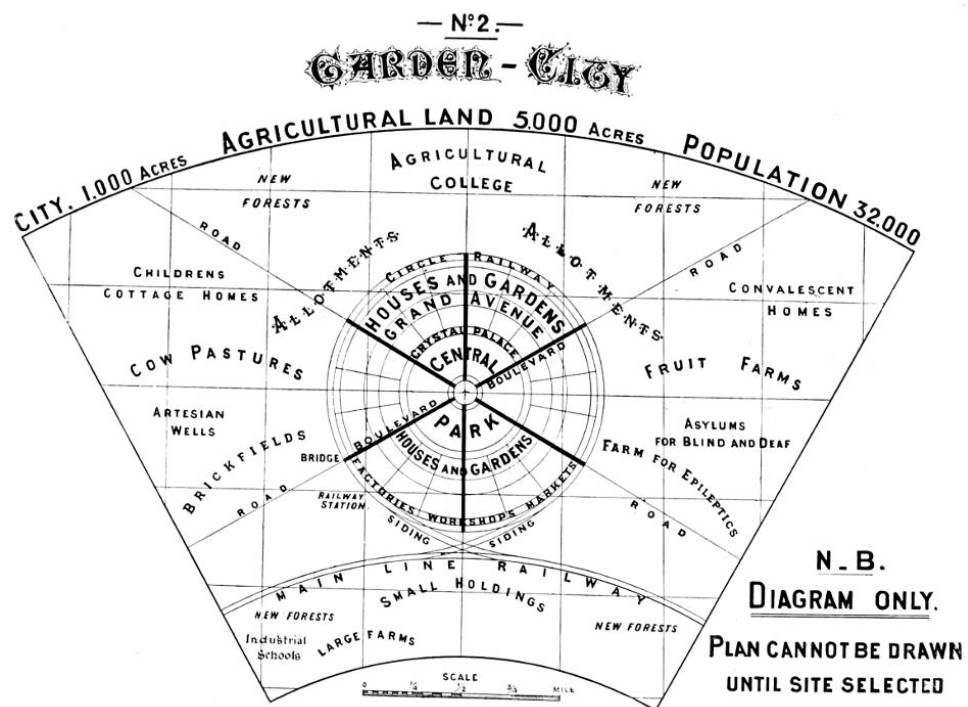


Figura 2: Howard, E. (1902), *Cidade-Jardim no.2*, em *Garden Cities of To-morrow*.

Esta nova reflexão sobre a cidade leva ao aparecimento de dois modelos urbanísticos de teorias opostas. De um lado temos o modelo culturalista, um movimento nostálgico que se opõem às pressões da industria e ao geometrismo, defendendo um desenho orgânico (como as Cidades Jardim de Howard). Do outro, temos o modelo progressista, atento às necessidades materiais e racional ao ponto de recusar qualquer herança artística do passado. O final do século XIX fica, então, marcado por esta dicotomia.

Já entre 1880 e 1910, em busca de uma reforma económica e social, surge um movimento internacional defensor do trabalho tradicional e das formas simples decorativas: o *Arts & Crafts*. Este movimento defendia que o artesão não devia de se extinguir com a industria, privilegiando por isso as técnicas tradicionais e uma Arquitetura vernacular. Muitas das suas principais figuras eram arquitetos, não designers, que trabalhavam em campos artísticos variados, com a ajuda de outros artistas, com o intuito de trazer um sentimento de união às

artes. Assim, os edifícios influenciados por este movimento, continham muitas vezes escultura e decoração esculpida, por vezes com elementos simbólicos. A Arquitetura Arts & Crafts era definida mais por um conjunto de ideais e princípios, não por um estilo específico arquitetônico. O edifício era considerado como um todo, ou seja, em vez de se tratar a fachada como uma escultura e considerar o “miolo” como um elemento secundário, sem necessidade de qualquer tratamento ou atenção, tinha-se em consideração o conjunto, sendo todo o edifício uma única obra de arte.

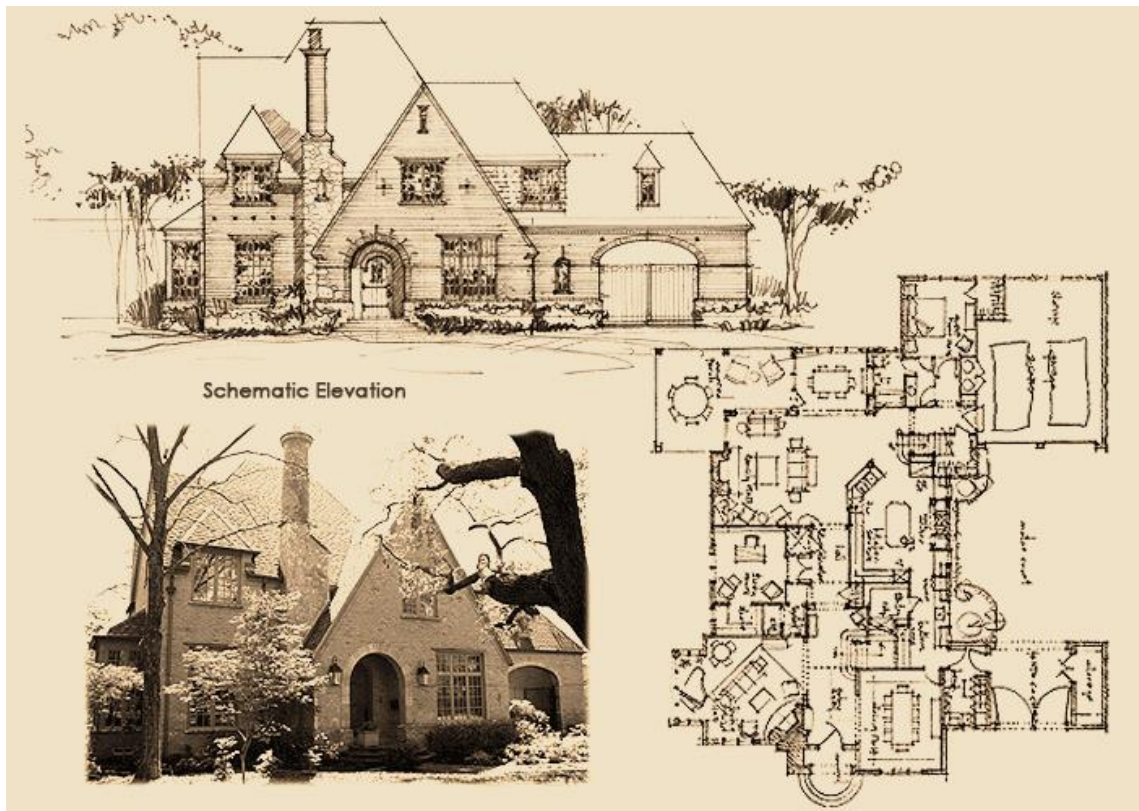


Figura 3: Casa estilo Arts and Crafts, Wateka-Dallas, TX

Por volta de 1900, assistimos a um esforço de algumas partes para integrar estes estilos tradicionais com novas técnicas construtivas e materiais. Nasce o *Art Nouveau*, ou Arte Nova. Elementos esculturais abstratos, produzidos com vidro e aço, começaram a ser muito utilizados, assim como as cerâmicas.

Destacam-se trabalhos como os de Victor Horta, Antoni Gaudi, Otto Wagner, Louis Sullivan, entre outros, onde podíamos notar bem um confronto entre o novo e o antigo.

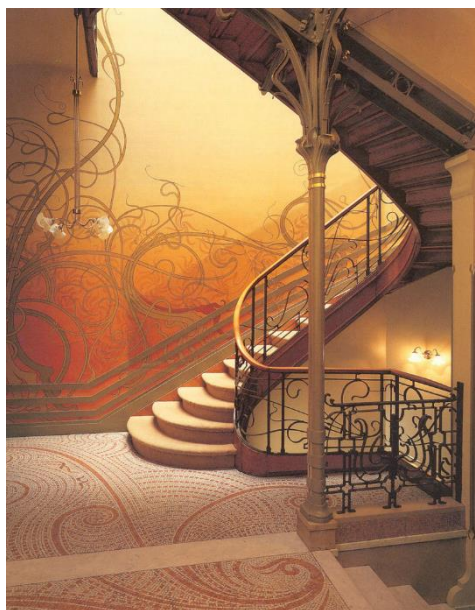


Figura 4: Horta, V. (1892-93), escadas da Tassel House.

A arquitetura Art Nouveau usava muitas das inovações tecnológicas da sua altura e elementos estilizados e trabalhados. Porém, após a Primeira Grande Guerra, este estilo extravagante e dispendioso começou a cair em desuso, havendo agora uma preferência por linhas mais simples e retas, aproximadas à estética industrial. Esta tendência leva ao nascimento do estilo Art Deco.

Porém, durante este mesmo período, contrariando esta tendência, assistiu-se a inúmeras reconstruções com linhas e métodos antigos, iguais ao que já existiam nos locais, como são os casos de Arras em França e Louvain na Bélgica. Edifícios e bairros viam novos edifícios que seguiam as linhas antigas, ou eram reconstruídos completamente, tal e qual como eram. E, apesar de este método funcionar como uma ferramenta de recuperação à população, muitos opunham-se a tal imitação em edifícios contemporâneos.

O Pós-Guerra resultou, também, em novas experiências e ideias, sendo um período particularmente importante para a evolução da Arquitetura e do Urbanismo. Entre as duas Guerras, foram feitas intervenções a grande escala por todas as cidades Europeias em maior crescimento, como Frankfurt, Viena e Berlim. A grande maioria destas intervenções são financiadas pelos estados, a única entidade capaz de enfrentar a grande escala destes projetos para a realização de trabalhos de reconstrução e para responder ao deficit habitacional acumulado após a grande destruição. Eles passam a ser os maiores clientes dos arquitetos, principalmente quando se trata de habitações sociais. Foram, então, realizados inúmeros projetos para conjuntos habitacionais e bairros, foi revista legislação urbanística e desafiou-se mentalidades de modo a revolucionar o método de organização do espaço edificado.

O arquiteto, declinando o estatuto de artista, declara-se agora como um técnico responsável por identificar e resolver problemas, um instrumento essencial ao progresso da sociedade. Também foi por esta altura que começaram a surgir novas e revolucionárias propostas e planos de cidade, como é o caso da apresentada por Le Corbusier para Paris, o Plan Voisin. Esta pretendia apresentar uma cidade que representasse o “espírito da época” e respondesse aos anseios do homem da nova era que se iniciava.



Figura 5: Le Corbusier (1925), maqueta do Plan Voisin para Paris

Novos materiais e técnicas construtivas, destaque para o betão armado, trouxeram também a oportunidade para várias experimentações e inovações. E um novo universo, repleto de máquinas e cidades, força a pensar no ambiente envolvente de forma diferente, revolucionando como vemos e vivemos o mundo. Olha-se para a indústria com outros olhos e a sua racionalidade, precisão e a natureza artificial, servem de base para um novo modelo de sociedade e um novo ideal de estética: a estética da máquina.

Esta época é marcada por um forte discurso social e estético e pela procura de uma revolução para a vida do Homem contemporâneo. A busca deste novo ideal culmina com a fundação da escola alemã de Arte e Arquitetura Bauhaus, por Walter Gropius. E do nascimento desta escola resulta um movimento cujos ideais se propagam por todo o espectro artístico, desde as artes plásticas, até à literatura e música: o Movimento Moderno.

Gropius procurava a união entre arte e tecnologia, ensinava a pureza da forma e como criar para um mundo melhor. Educou uma nova geração de arquitetos e designers a rejeitar antigos precedentes e a adotar a nova ideologia baseada na indústria moderna, mais funcional, onde a forma obedecia à função.

“O bom arquiteto deve servir o interesse público e mostrar ao mesmo tempo verdadeira liderança.”

GROPIUS, Walter - Bauhaus: nova arquitectura, p.136-137

“Form follows function” é uma frase muitas vezes utilizada para descrever os princípios do modernismo. Fala-se em princípios pois este movimento era, acima de tudo, uma nova forma de ver o mundo, apoiando-se em teorias e ideias, não em leis formais ou “linhas de guia”. Sendo que muitos dos seus seguidores afirmavam não seguir um “estilo”. Esses princípios ditavam que as formas arquitetônicas deviam de ser simplificadas, não devendo possuir mais ornamento do que o necessário à sua função. Portanto, a rejeição do historicismo, ou a rejeição de estilos históricos precedentes, era evidente. O Modernismo procurava afastar-se do que chamava a “devoção ao ornamento”, tão característica dos estilos históricos, considerando-o supérfluo e desnecessário. A verdadeira beleza do edifício residia na sua relação direta com a função, no uso racional dos materiais e elegância do sistema construtivo. As linhas geométricas e novos sistemas construtivos como o uso de pilotis também prevaleciam.

“The history of architecture unfolds itself slowly across centuries as a modification of structure and ornament, but in the last fifty years steel and concrete have brought new conquests, which are the index of a greater capacity for construction, and of an architecture in which the old codes have been overturned. If we challenge the past, we shall learn that “Styles” no longer exist for us, that a style belonging to our own period has come about; and there has been a revolution.”

LE CORBUSIER, *Towards a New Architecture*, The Architectural Press, 1957, p.13

Portanto, de forma mais resumida, podemos afirmar que as características comuns que ajudaram a definir a Arquitetura Moderna eram:

- Interesse por novos materiais e técnicas;
- Uso do betão armado;
- Simplificação da forma;
- Rejeição do ornamento;

- Linhas geométricas;
- Telhados planos;
- Construção em pilotis.

A Villa Savoye de Le Corbusier, em França, é um dos maiores exemplos deste sonho modernista. Este projeto inovador foi um marco histórico para o movimento, dando aos ideais do mesmo uma forma física. Não existe qualquer referência à arquitetura histórica, a forma da construção segue claramente as funções do edifício, sem qualquer necessidade de ornamento extra, e a planta livre reflete os ideais da vida social que o movimento procurava, permitindo e promovendo a interação na vida familiar e social feita naquele espaço.

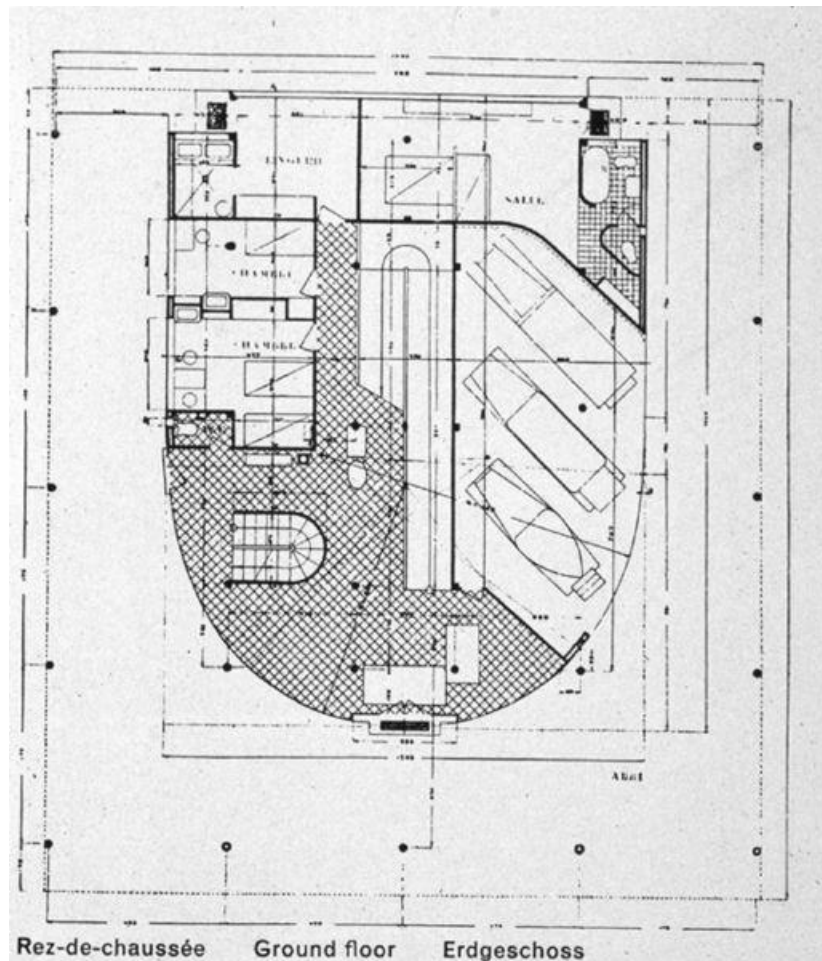


Figura 6: Le Corbusier (1928), Planta Villa Savoye

Porém, estes ideais só foram aplicados às habitações sociais em 1937, com Kensal House de Maxwell Fry, em Londres, onde se aplicou os princípios do movimento a um esquema de habitações sociais, permitindo o acesso dos habitantes ao ideal de vida moderno. Este foi um caso de sucesso e o projeto tornou-se num género de protótipo para outras intervenções sociais.

Vários projetos da era Modernista foram, inicialmente, um sucesso e bem-recebidos. E a sua estética começou a ser associada ao progresso e à prosperidade. As ambições dos modernistas eram promissoras. No entanto, houve casos em que o resultado não foi tão positivo.

Durante as décadas de 1930, 15% das populações viviam na pobreza. Era urgente uma solução para os bairros de lata e o Planeamento Modernista era uma ideia popular, muito usada para resolver estes problemas sociais. Porém, o movimento não conseguia entender por completo as diversas dinâmicas sociais da nossa sociedade.

Muitos projetos foram demolidos a partir da década de 70 devido a várias crises urbanas que provocaram em grande escala. O maior exemplo disto foi o desenvolvimento Pruitt Igoe de 1955, em St.Louis, Missouri. Desenhado segundo os princípios modernistas de Le Corbusier, o projeto consistia em 33 blocos habitacionais de 11 andares cada. Os blocos tinham elevadores, largos corredores e áreas comuns como lavandarias e pátios exteriores, de forma a promover a socialização entre a comunidade. Porém, no final da década de 60, estes elementos, antes grandes inovações, agora eram considerados como um incómodo e até mesmo perigosos. Com um elevado número de apartamentos ao abandono, tornou-se óbvio que a população não queria viver ali. A comunidade começa a ser segregada e a pobreza e o crime reinam. E muitos começam a sugerir que o estilo Modernista é o principal culpado destes problemas sociais.

O Movimento Moderno é, também, muitas vezes culpado pelos maus desenvolvimentos e inserções na malha histórica de muitas cidades. No entanto, a arquitetura moderna tinha ideais completamente diferentes para elas.

Em 1928, sob a liderança de Le Corbusier, realizou-se os primeiros CIAM - Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna. O objetivo era reunir vários arquitetos internacionais e sistematizar em conjunto as suas pesquisas e propostas, decidindo a melhor forma a dar a conhecer ao público os princípios do Movimento Moderno e apresentar a Arquitetura como uma importante ferramenta política e económica, capaz de melhorar o espaço em que vivemos através do bom design de edifícios e do planeamento urbano. E Le Corbusier foi, ao longo dos anos, participante ativo desta organização. Ao todo, foram realizados dez congressos, tendo sido abordado vários problemas, desde o alojamento mínimo, até à cidade funcional.

O encontro mais determinante ao Urbanismo como o conhecemos hoje, foi realizado a 1933 e tinha como tema “A Cidade Funcional”, ideia popularizada por projetos como o Plan Voisin e Ville Radieuse de Le Corbusier, e o Plano de MARS para Londres de Korn e Samuely. Destes congressos resulta um manifesto urbanístico a que se apelidou de Carta de Atenas. Documento que servirá de base à maior parte do planeamento urbano do século XX.

Porém, após 1945, a rutura entre a geração de arquitetos do pré-guerra e a de formação mais recente, já era bastante evidente nos congressos CIAM. E, no momento em que as teorias que

aí nasceram eram postas em prática, apesar da grande influência do movimento moderno nos processos de reconstrução, os CIAM extinguiram-se.

2.2. As Cartas Patrimoniais e o ICOMOS

“The city of today is a dying thing because its planning is not in the proportion of geometrical one fourth. The result of a true geometrical lay-out is repetition, The result of repetition is a standard. The perfect form.”

Le Corbusier

O documento mais importante que resultou dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna foi a Carta de Atenas. Denominação dada a dois documentos distintos, redigidos na década de 1930: o primeiro é a carta elaborada pelo primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos em 1931; o segundo foi o documento redigido no CIAM de 1933. Do segundo, conhece-se várias versões. Sendo as mais conhecidas e estudadas a ata do IV CIAM e o documento publicado por Le Corbusier, sob o título A Carta de Atenas, em 1941.

No documento do Congresso de 1931, um dos aspetos mais importantes referidos é a preocupação com as legislações existentes de cada país e a necessidade de uma coesão universal das mesmas, tendo em atenção as circunstâncias locais. Algo sempre um pouco controverso devido a conflitos de interesse, públicos e particulares.

A necessidade de proteger e conservar monumentos de interesse histórico é também abordada, recomendando-se também o respeito à fisionomia e à linguagem da cidade, principalmente quando se trata de intervenções em zonas históricas. Um edifício novo deveria obedecer à uniformidade do tecido urbano antigo, devendo existir uma certa uniformidade e um diálogo entre o novo e o antigo, respeitando as suas características pitorescas.

De uma forma mais resumida, o documento aborda as principais preocupações da altura, como os aspetos técnico-construtivos de intervenção em edifícios antigos, legislação que garanta que o direito coletivo prevaleça sobre o individual, a necessidade de princípios universais e norteadores da ação da conservação e de uma colaboração de esforços internacionais para ações educativas de sensibilização e divulgação do interesse de preservação histórica. Incentiva também a formação de organizações nacionais e internacionais, dedicadas à preservação e restauro do património.

Já a carta dos congressos de 1933, ao contrário da de 1931 cujo objectivo era estabelecer diretrizes gerais para o ato de restauração, centrava-se mais na Cidade Moderna e na visão do “Urbanismo Racionalista”. Os temas principais discutidos são sintetizados como segue:

- Necessidade de Planeamento regional e intra-urbano;

- Construção em altura situada em amplas áreas verdes;
- Planeamento por zonas de forma a evitar conflitos entre diferentes usos;
- Padronização das construções.

O património histórico da cidade e a sua conservação, ganha novo tratamento neste documento. O culto do pitoresco não devia de ter primazia sobre a salubridade da nova construção, considerando-se que nem tudo que era passado necessitava de ser preservado. Os critérios de avaliação para esta ação passaram a ser muito mais seletivos, sendo necessário saber bem discriminar quais as obras a manter e quais lesam o interesse da cidade.

Esta condenação da utilização de estilos históricos na conceção de novas construções em contexto histórico, foi um avanço considerável em relação à carta de 1931, sendo uma consequência das filosofias do movimento moderno e seus modelos estéticos. Porém, isto também refletia numa certa insensibilidade à história e cultura. A arquitetura vernacular ou de carácter banal, segundo os parâmetros do Urbanismo Modernista, era considerada inadequada e mesmo insalubre. Não se considerando ainda a possibilidade de recuperar zonas degradadas nem o impacto que estas têm no tecido urbano, as propostas para estes elementos eram, por norma, a demolição.

Aqui, a posição mais conservadora da Carta de 1931, no que toca à inserção de novas construções no tecido histórico, pode parecer uma alternativa mais empática e ponderada pela tradição. Porém, tais imitações ou tentativas de dissimular e limitar a nova inserção, pouco trariam de valor ao contexto, podendo mesmo prejudica-lo. Citando, Eneida de Almeida:

“A defesa de uma pseudoneutralidade nas ações de reintegração do tecido urbano, em nada contribuiria para a qualidade da intervenção, ao contrário, poderia ter comprometido a autenticidade do conjunto a preservar. Da mesma forma que se critica hoje a “supervalorização” do novo sobre o antigo, segundo a visão dos modernistas, é passível também de crítica a preponderância intransigente do passado sobre o presente, conforme sugerem as recomendações da Carta de 1931(...).”

ENEIDA DE ALMEIDA, *O "construir no construído" na produção contemporânea: relações entre teoria e prática*, FAU São Paulo, 2010, p.69

A Carta de Atenas surgiu como o que parecia ser uma resposta rápida e eficaz aos problemas que atormentavam as cidades da altura, tal como o caso das Cidades-Jardim de Howard no séc.XIX. No entanto, a aplicação destas teorias não teve os resultados práticos esperados e, nos anos sessenta, surgem as primeiras críticas.

As teorias funcionalistas dos novos urbanistas não se traduziram no efeito esperado, resultando no desconforto físico dos habitantes e chegando mesmo a falhar a nível da funcionalidade. O espaço urbano era resumido ao espaço que restava após a construção dos edifícios, assumindo um papel completamente secundário. E a Arquitetura parecia desprezar o contexto, desprezando a cultura. A Carta começa a assimilar-se mais a uma declaração de preferência estética e intelectual, do que a resposta absoluta aos problemas Urbanísticos como prometera. No entanto, estas críticas viriam ser essenciais para a teorização sobre o planeamento e Urbanismo, em geral, e do desenho urbano, em particular

Após a devastação da Segunda Guerra Mundial sentida pela Europa, Ásia e Pacífico, começa o processo de construção e reconstrução das zonas afetadas. Este foi um período decisivo para as questões da preservação do património, obrigando à reflexão e reformulação da teoria e procedimentos práticos nesta área. A perda em grande escala de património insubstituível, resulta numa maior valorização da afetividade do público e da própria simbologia da construção. E em 1964, de forma a consolidar estas novas reflexões, é redigida a Carta de Veneza.

A Carta de Veneza é um documento redigido no II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964. Enquanto que na carta de 1931, o valor histórico é considerado o mais determinante, na Carta de Veneza destaca-se em posição de igualdade quer os valores estéticos quer os históricos, atribuindo também ao monumento o valor de obra de arte e de testemunho histórico.

Este documento trás, também, um novo conceito de monumento, abrangendo o seu significado aos conjuntos urbanos e rurais, representantes de uma cultura particular, ou obras mais pequenas de valor patrimonial relevante. Promovendo a manutenção permanente e a adaptação das obras a novos tipos de função, sem alteração física do monumento. Para além da valorização da obra em si, o seu enquadramento ganha novo destaque, apelando à sua preservação e cuidado. O monumento é agora considerado como parte do meio, não devendo ser alterada a sua localização.

A Carta veio ainda acrescentar aos documentos anteriores uma série de princípios novos e inovadores relativamente à prática do restauro, assumindo-a como uma operação de carácter excepcional, limitando-se a conservar e revelar os valores históricos e artísticos do monumento. Também deve de se salientar a aceitação da Carta pela utilização de técnicas e materiais modernos nas operações de conservação, quando os modelos de intervenção tradicional se revelem insuficientes ou inadequados.

Este foi um documento basilar, cujas indicações ainda podem ser válidas nos dias que correm, quando se fala de questões ligadas à preservação de monumentos. E serviu como documento-base do ICOMOS.

Apesar da questão das cidades históricas e preservação de monumentos ter sido discutida na reunião de Veneza em 1964, a Carta de Veneza não ficou com os louros quanto aos avanços na

área do planeamento urbano. Estes foram para o International Council of Monuments and Sites, ICOMOS, uma organização internacional e não governamental dedicada à conservação de monumentos e locais históricos fundada em 1965, na Varsóvia. Esta organização foi responsável pela criação de várias e variadas conferências internacionais e nacionais, assim como simpósios com recomendações e material sobre a questão do património.

Dentro do ICOMOS, a responsabilidade pela problemática das cidades históricas era assumida pelo Comité Internacional de Cidades e Vilas Históricas (CIVVIH), que colabora ativamente, desde então, em várias declarações redigidas pela organização.

Desta organização nasceram vários documentos e cartas que contribuíram para a elaboração de vários programas de recuperação e da legislação em vigor atualmente. Estes documentos também trouxeram consigo novas visões e teorias sobre a problemática de novas construções em contexto histórico. Entre estes encontram-se “Os Princípios que Governam a Reabilitação de Cidades Históricas”, redigido numa reunião em Bruges no ano de 1975. Neste documento, reconhecia-se que as cidades históricas necessitavam de uma adaptação aos novos requisitos da vida contemporânea, sem a destruição do tecido urbano existente, sua estrutura ou valor histórico. Mas mais importante ainda, aceitava a possibilidade da inserção de novos edifícios em contexto histórico, declarando que o respeito pela autenticidade implicava a integração da nova arquitetura nestes locais. Aqui podemos notar uma igual importância quer à continuidade funcional, quer à manutenção da malha histórica. Seguindo esta nova linha de pensamento, a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades e Áreas Urbanas Históricas de 1987 (Carta de Washington) declarava:

“Quando é necessário construir novos edifícios, ou adaptar os já existentes, a distribuição espacial existente deve de ser respeitada, especialmente em termos de escala e tamanho do lote. A introdução de elementos contemporâneos em harmonia com a envolvente, não deve de ser desencorajada pois estas linguagens podem contribuir para o valor da área.”

A Carta de Washington veio completar a Carta de Veneza, definindo novos princípios, objetivos, métodos e instrumentos para a salvaguarda da qualidade das cidades históricas, salientando a importância de uma conservação atenta ao carácter histórico da cidade e do “seu conjunto de elementos materiais e espirituais”, determinantes desse mesmo carácter.

“Todos os conjuntos urbanos do mundo, resultantes de um processo gradual de desenvolvimento mais ou menos espontâneo ou de um projeto deliberado, são a expressão material da diversidade das sociedades ao longo da história. A presente Carta concerne a todos os núcleos urbanos de carácter histórico, grandes ou pequenos, povoações (cidades, vilas ou aldeias) e mais concretamente os centros históricos, bairros, arrabaldes ou outras zonas de semelhante carácter, bem como a sua envolvente natural ou humana. Para além da sua utilidade como documentos históricos, os referidos núcleos são a expressão dos valores das civilizações urbanas tradicionais. Atualmente estes encontram-se ameaçados pela

degradação, deterioração e por vezes, pela destruição provocada por uma forma de desenvolvimento urbano surgida com a era industrial, que afeta todas as sociedades”.

Preâmbulo da Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades e Áreas Urbanas Históricas.

Tradução da versão castelhana, ICOMOS, 1987

Nas décadas após a criação da Carta de Veneza, desenvolveram-se várias cartas e documentos que evoluíram como uma vasta e complexa estrutura de definições, conselhos e regulamentos. Isto resultou em que alguns dos documentos se tornassem algo repetitivos, cada Carta individual que surgia era constituída, maioritariamente, por afirmações ou ideias já abordadas noutros documentos. Portanto, criar uma narrativa sólida, abordando uma visão distinta de cada vez e passando com fluidez para outra, é um processo difícil. No entanto, algumas tendências dentro deste movimento para a conservação podem ser observadas na sequência dos documentos. Tendências como uma definição de património e sua autenticidade cada vez maior, ou o afastamento de um método de análise mais científico e académico para um mais sensível e ligado à cultura local, tendo em conta o valor e significado atribuído pela população. Esta mudança torna-se bastante aparente na Declaração de Amesterdão de 1975.

O ano de 1975 foi declarado o ano do Património Arquitetónico Europeu e várias conferências foram organizadas nos estados membros. Em setembro, o Comité Europeu adotou A carta Europeia do Património Arquitetónico, que sublinhava a necessidade de se garantir um equilíbrio social nas cidades históricas. Também definia o conceito de conservação integrada, e no que toca a edifício novos, dizia:

“Note-se que conservação integrada não anula a possibilidade de introduzir arquitetura moderna em áreas com edifícios antigos, garantindo-se que o contexto existente, proporções, forma, volumes e escalas sejam respeitados e se use materiais tradicionais.”

O ano fecha com o que se pode considerar o culminar de uma série de projetos e iniciativas europeias: a Declaração de Amesterdão. Foi redigida numa conferência em outubro, que cobria variadas temáticas focadas no património urbano. A declaração enfatizava a importância dos aspetos legais, administrativos, sociais, económicos e educativos na salvaguarda de áreas históricas, dando especial atenção à individualidade de cada área, sendo necessário respeitar as suas características individuais com sensibilidade e bom senso. Também apoiava o uso de materiais e técnicas tradicionais. Estas mesmas ideias foram promovidas na Convenção para a Proteção da Arquitetura Patrimonial Europeia, em 1985, que declarava que as medidas tomadas na conservação integrada deviam:

“(...) incluir a proteção do património construído como parte essencial dos objetivos para o planeamento da cidade e do país..”

Outro documento que se destacou, de entre outros redigidos pelo ICOMOS, foi a Carta de Burra de 1979. Este, ao contrário dos já abordados, não era um documento internacional, mas

sim regional, que estabelecia princípios para a gestão e conservação de locais históricos e de grande importância cultural na Austrália. Foi atualizado já em três anos diferentes: 1981, 88 e 99. E atualmente permanece como um exemplo sobre como princípios internacionais podem ser adaptados aos valores e necessidades particulares de cada nação ou grupos culturais dentro da mesma. Esta carta é particularmente importante pela sua nova definição de herança cultural e os princípios que enuncia sobre como usar essa mesma herança como ajuda à manutenção e conservação das áreas a proteger.

2.3. A Nova Carta de Atenas

Em finais do século XX, altura em que os valores tradicionais Europeus e Norte Americanos se impunham sobre as questões do Património Mundial, assiste-se a um rápido crescimento na área do turismo, acompanhado por uma maior acessibilidade a informação e comunicação. Avanços que vêm mudar a perceção sobre temas como o património e cultura.

Durante as décadas anteriores, assistimos a uma mudança progressiva de uma perspetiva bastante nacionalista e eurocêntrica, para uma mais internacional e global. Mudança que só se tornou mais aparente nas décadas de 80 e 90. Foi a globalização que veio estimular esta mudança de valores em 1990, proporcionando uma visão mais ampla sobre o mundo que ajudou a alargar os conceitos de património e cultura para algo mais inclusivo. A aplicação de teorias com bases em valores europeus refletia uma mentalidade imperialista, revelando-se um perigo à sobrevivência da memória física das culturas distintas de outros povos.

Cada país e suas culturas têm uma história e costumes únicos que devem ser respeitados. E os métodos usados para a ação da preservação do seu património construído devem de ser adaptados a cada caso diferente, tendo sempre em conta as diferenças culturais.

Para além da nova visão alargada sobre estes conceitos, outro fator que se revelou importante por esta altura é a qualidade do ambiente urbano. Fator que se tornou pertinente com um novo aumento da taxa de urbanização e da população urbana. O resultado foi a criação de vários programas internacionais como a “Agenda 21 Local”, “Agenda Habitat”, “Cidades Saudáveis” e “Cidades Sustentáveis”. Este tema tornou-se numa das prioridades da Comissão Europeia, que tinha como principal objetivo “melhorar o desempenho ambiental e a qualidade das áreas urbanas e assegurar um ambiente de vida saudável para os cidadãos urbanos na Europa, reforçando a contribuição ambiental para o desenvolvimento urbano sustentável, tendo simultaneamente em conta as questões sociais e económicas”.

Em 1993, inicia-se o Programa das Cidades e Vilas Sustentáveis, que no ano seguinte ganha novo impulso com a publicação da Carta de Aalborg, uma iniciativa urbana para a sustentabilidade ambiental. Este documento, garantia a cooperação das autoridades locais na

implantação da Agenda 21, de 1992, e outros processos de planeamento para o desenvolvimento local.

Com esta nova preocupação para um desenvolvimento sustentável, nota-se a necessidade de englobar na discussão dos novos ideias para a cidade do século XXI, novos valores ambientais, culturais e históricos. Portanto, tornou-se necessário a elaboração de um novo documento, mais adequado à realidade das estruturas urbanas da década de 90 e seguintes. Nasce, então, A Nova Carta de Atenas de 1998, um documento distinto do de 1933, apesar das suas pesadas influências.

Esta carta resulta de uma série de discussões realizadas no âmbito europeu, como “O Livro Verde sobre o Ambiente Urbano” (1990), “Europa 2000+: Cooperação para o Desenvolvimento Territorial Europeu” (1994) ou “Para uma Agenda Urbana da União Europeia” (1997). Documentos que definem uma série de temáticas que se relacionavam com a necessidade urgente da sua elaboração. São definidas, então, quatro áreas-chave em que a Carta deve de se focar e intervir:

- Promover a competitividade económica e emprego;
- Melhorar os transportes da Rede Transeuropeia;
- Promover o Desenvolvimento Sustentável e a qualidade de vida;
- Favorecer a coesão social e económica.

A Carta de Atenas de 1998 pretendia, acima de tudo, colocar o cidadão no centro do planeamento e na tomada de decisões.

Este documento tem como objetivo analisar a cidade contemporânea e as suas funções, apresentando propostas para o futuro da mesma. Define o atual programa urbano e pretende orientar os responsáveis pelas tomadas de decisões urbanas e definir diretrizes de orientação para os urbanistas. Para tal, definiu “As Dez Recomendações da Nova Carta de Atenas”. Estas são recomendações gerais, consideradas necessárias para a atuação do Urbanista da Cidade Sustentável.

São essas:

- Uma Cidade para Todos: o processo de planeamento das cidades deve de englobar todos os grupos a nível económico, social e cultural.
- Envolvimento Real: Urbanista deve de encorajar a participação da comunidade nas tomadas de decisão.

- **Benefícios das Novas Tecnologias:** Novas tecnologias devem proporcionar novas oportunidades, devendo promover o contato humano, a descentralização de atividades e igual acesso a informação,
- **Contacto Humano:** o aumento da concentração da população em centros urbanos provocou um desgaste das estruturas sociais e físicas, resultando na perda de espaços livres, parques, praças e equipamentos. O planeamento deve, então, ser aplicado em níveis hierárquicos espaciais (lote, vizinhança, bairro, cidade e região). Promove-se também a regeneração de áreas abandonadas ou degradadas e a importância do design urbano.
- **Continuidade do Carácter:** a estética e continuidade da malha urbana foram comprometidas e danificadas. Este ponto critica sua destruição e promove a sua salvaguarda e soluções baseadas nas qualidades da área, preservando assim os elementos tradicionais e a identidade do ambiente.
- **Aspetos Ambientais:** seguindo os princípios do Desenvolvimento Sustentável, os aspetos ambientais devem ter uma especial atenção.
- **Atividades Económicas:** a regeneração urbana deve promover a revitalização económica através de uma abordagem inclusiva e atenta aos aspetos físicos do local e estruturas sociais.
- **Movimento e Acesso:** o uso do solo e os sistemas de transportes devem ser concebidos de forma a diminuir a dependência de veículos individuais.
- **Variedade e Diversidade:** promove áreas de usos mistos compatíveis de forma a trazer variedade e vitalidade ao tecido urbano. Aborda também a necessidade de soluções diferentes para habitação de baixo custo. “O planeamento deve assegurar uma estrutura satisfatória, para os cidadãos terem poder de escolha do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, e de todas as formas que contribuam para o seu bem-estar”.
- **Saúde e Segurança:** é importante que estes aspetos sejam priorizados, estando relacionados com desastres naturais, intervenções militares, conflitos sociais e criminalidade. É abordada ainda a questão da pobreza e problemas sociais, fatores que contribuem fortemente para a privação e desumanização.

A Nova Carta de Atenas pretende, acima de tudo, colocar o cidadão no centro do planeamento e na tomada de decisões. Sendo o bem-estar deste a principal preocupação e o que guiará as

decisões a serem tomadas. A cidade do século XXI deve de ser criada através de um processo de negociação.

A Carta deve, também, de ser revista de quatro em quatro anos, sendo a revisão da mesma discutida em conferências apresentadas em Atenas. Portanto, em 25 de Novembro de 2003, em Lisboa, é aprovada a primeira revisão, que recebe o nome de “Nova Carta de Atenas 2003 - A Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do Século XXI”.

Esta nova Carta traz três novos princípios orientadores: a Coerência Social, Coerência Económica e Coerência Ambiental.

“É importante comparar a Carta de CEU com a Carta de Atenas original. A versão de 1933 contém uma visão prescritiva sobre o desenvolvimento das cidades, com áreas de habitação e trabalho de alta densidade, ligadas por sistemas de transporte de massas eficazes. Em contraste a Nova Carta centra-se nos habitantes e nos utilizadores da cidade e nas suas necessidades num mundo em grandes mudanças”

A Nova Carta de Atenas 2003 - A Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do
Século XXI, p.38.

A primeira parte aborda a Cidade Coerente, a segunda as questões políticas e os desafios da cidade do futuro, como as alterações políticas, sociais, tecnológicas, económicas e ambientais. O objetivo do documento é assegurar uma maior coerência na construção da cidade do futuro, de forma a transformar as cidades europeias em cidades sustentáveis e coerentes.

“A Cidade Coerente integra um conjunto variado de mecanismos de coerência e de interligação que atuam a diferentes escalas; incluem tanto elementos de coerência visual e material das construções, como os mecanismos de coerência entre as diversas funções urbanas, as redes de infraestruturas e a utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação”.

A Nova Carta de Atenas 2003 - A Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do
Século XXI, p.8.

A visão da Nova Carta de Atenas 2003, não pretende ser uma visão utópica ou “projeção delirante de inovações tecnológicas”, mas sim de uma cidade ligada, contínua. Promovendo

também a Coerência Social, envolvendo as comunidades na procura por soluções para problemas de acessibilidade, educação, saúde e outros bens sociais.

Propõe a Coerência Social envolvendo não apenas as pessoas, mas também as comunidades, para solucionar os problemas de acessibilidade, a educação, saúde e outros bens sociais. A Coerência Económica, procurando a eficácia e produtividade, e promovendo um desenvolvimento competitivo. E a Coerência Ambiental, através da boa gestão ambiental e aplicação da prática dos princípios do Desenvolvimento Sustentável, de forma a produzir uma cidade salubre.

Estabelece, ainda, dez novos conceitos a ser aplicados, segundo o Concelho Europeu de Urbanistas, de acordo com as características locais, históricas e culturais.

- Uma Cidade para Todos: inclusão das comunidades através da planificação espacial e medidas sociais e económicas que combatam a criminalidade, exclusão social e racismo.
- Cidade Participativa: devem de existir espaços e meios para a participação pública na gestão urbana.
- A Cidade deve ser um Refúgio: cidades devem de estar protegidas por acordos internacionais.
- Cidade Saudável: as normas da Organização Mundial de Saúde devem de ser obedecidas.
- Cidade Produtiva: competitividade fortalece a economia global.
- Cidade Inovadora: onde promove o uso das novas tecnologias e o acesso às mesmas por todos.
- Cidade Acessível: promove a melhoria dos transportes públicos através da melhoria das suas redes, e a caminhada ou o uso de bicicleta, ampliando as ruas e devolvendo os passeios aos peões.
- Cidade Ecológica: ligado ao desenvolvimento sustentável.
- Cidade Cultural: tendo em conta os aspetos sociais e culturais do meio urbano, promove-se o enriquecimento e a diversificação da malha urbana com espaço públicos e a integração do trabalho, habitação, lazer e transportes na mesma, de forma a proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos.

- A Cidade de Carácter Continuo: proteção dos elementos tradicionais, memória e identidade.

A Nova Carta de Atenas veio adicionar novos e importantes valores aos documentos que a precediam, tais como a qualidade de vida, identidade cultural, questões sociais, novas tecnologias, cultura e educação, mobilidade, segurança e saúde, meio ambiente e economia. Reconhecendo finalmente que na conceção de ambientes urbanos há sempre uma necessidade de sobreposição de valores diferentes.

2.4. ICOMOS Portugal e o Caso das Cardosas

Enquanto assistíamos a um esforço considerável a nível internacional para uma melhor compreensão e salvaguarda do património, Portugal viu-se praticamente parado no tempo. O desenvolvimento desta área e a entrada e participação em atividades desenvolvidas pelos órgãos internacionais responsáveis, foi extremamente dificultada pelo regime de Salazar, atrasando um pouco o nosso país relativamente ao resto da Europa.

Como vimos nos pontos anteriores, o acontecimento principal que desencadeou a formação do ICOMOS foi o segundo Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos de 1964 em Veneza, onde foi constituída uma comissão provisória para a comissão, presidida por Guglielmo Angelis d'Ossat e com Piero Gazzola como secretário geral. Logo após este congresso, foram estabelecidos contactos com diferentes países de forma a promover a formação de comissões nacionais, que resultou rapidamente em 25 comissões só no ano de 1965.

Em Portugal, foi realizado um contacto com a entidade pública mais significativa na área do património da altura, a DGEMN (Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), cujo director-geral, José Pena Pereira da Silva, e outros elementos chegaram a marcar presença no Congresso de Veneza. Gazzola enviou uma carta a 23 de janeiro de 1965, com um convite formal para a formação da Comissão Nacional Portuguesa (CNP) e para a participação na Assembleia Constitutiva do ICOMOS. Dezassete instituições, públicas e privadas, ligadas ao Património em Portugal foram rapidamente contactadas para designarem representantes para a constituição do CNP. Porém, apesar da maioria das respostas ter sido positiva, nenhuma das instituições estava disposta a participar na Assembleia de Varsóvia devido a questões financeiras e, principalmente, políticas.

Portugal encontrava-se nesta altura sob o controlo do Estado Novo e a deslocação a países comunistas, como a Polónia, era extremamente difícil. Isto levou José Pena Pereira da Silva a escrever uma carta à Comissão Provisória do ICOMOS a informar que a criação da CNP não seria possível, pois mesmo após os pedidos persistentes da instituição, não se obteve a aprovação do governo, essencial para a constituição da mesma e apoio financeiro. E tal

aprovação não viria a ser conseguida durante a ditadura, levando alguns profissionais a recorrerem à inscrição individual como associados do ICOMOS. Como foi o caso de Fernando Peres Guimarães, que mais tarde viria a ser eleito o primeiro presidente da CNP, em 1983.

Após a primeira assembleia geral do ICOMOS em 1965, a sua Comissão Executiva insistiu constantemente na criação da CNP e Grazzola, durante visitas a Portugal para reuniões com outros organismos, chegou a estabelecer contactos com o intuito de realizar esse objetivo, sempre sem sucesso.

A 25 de Abril de 1974 dá-se a revolução. O regime é derrubado e abrem-se as portas do país a novas oportunidades. Portugal começa progressivamente a aderir a várias organizações internacionais e, na área do património, a necessidade de uma entidade capaz de estabelecer o contacto entre as instituições portuguesas e essas organizações torna-se mais do que evidente. Era necessária uma reorganização.

No entanto, tal tarefa foi sendo adiada pois, após a revolução, já existia a intenção da criação do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, um organismo estatal que teria competências na área do património e que deveria de coordenar a criação da CNP. Mas a criação deste instituto foi ficando para segundo plano e só em 1977 é que foi finalmente nomeada uma Comissão Organizadora.

Em 1978, João Miguel Castro Freire, diretor geral dos edifícios e monumentos nacionais, ciente das dificuldades da constituição do Instituto, entra em contacto por carta com a Comissão Executiva do ICOMOS, pedindo informação sobre a formação de uma comissão nacional. A isto, Raymond Lemaire, presidente do ICOMOS, sugere que seja o próprio Castro Freire a assumir a presidência da CNP. Simultaneamente, a DGEMN solicita à Direção Geral do Património Cultural o parecer da Comissão Organizadora sobre a criação da CNP, que só é escrito a 1 de março de 1979 com a indicação que era necessário promover-se uma reunião preparatória onde seria abordada a formação de uma Comissão Provisória. Esta reunião é finalmente realizada a 14 de novembro de 1979, com a participação da Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, da DGEMN, da Direção Geral do Património Cultural e da Direção Geral do Planeamento Urbanístico. Aqui ficou estabelecido que a entidade responsável pela coordenação e apoio administrativo da Comissão Provisória seria a DGEMN.

A 29 de Março de 1983, realiza-se finalmente a primeira Assembleia Geral da CNP, onde Fernando Peres Guimarães é eleito como presidente. Este ano torna-se extremamente significativo para Portugal pois aqui são classificados como património mundial os primeiros quatro monumentos e conjuntos Portugueses.

Infelizmente, a 30 de Outubro deste mesmo ano, Peres Guimarães demite-se, alegando falta de apoio financeiro do governo. Na altura, era exigido pela Comissão Executiva do ICOMOS às comissões nacionais, o pagamento anual de uma cota mínima, responsabilidade que a CNP não conseguia cumprir. Barbosa Colen ainda assumiu a direção da comissão, porém esta

permanece inativa até à sua segunda assembleia a 18 de novembro de 1985, onde Augusto Pereira Brandão é eleito como novo presidente. Com a CNP novamente ativa e reestruturada, a sede é transferida para a Faculdade de Arquitetura de Lisboa.

A CNP passa a organizar diversas atividades, chegando a integrar outros organismos internacionais como a Cooperação para o Património Arquitetónico do Mediterrâneo. De todas as atividades, destaca-se a celebração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, comemorado todos os anos em diferentes locais do país.

No princípio dos anos noventa, a atividade da comissão começa a estagnar, o que provocou a insatisfação de alguns membros. Isto levou à eleição de uma lista apresentada por esse mesmos membros e Cláudio Figueiredo Torres, o primeiro português nomeado como membro do Comité do Património Mundial, é eleito como novo presidente e em 1997 a sede volta para a DGEMN. A partir de 1998, a atividade da Comissão volta a abrandar e em inícios de 2000 o número médio anual de membros fica-se pelos 40.

A 23 de Março de 2007 é realizada a 11ª Assembleia Geral da CNP, onde José Aguiar é eleito como presidente e a sede volta novamente à Faculdade de Arquitetura de Lisboa, onde se instala também o novo Centro de Documentação do ICOMOS-Portugal. É também nesta altura que a organização cria finalmente uma página online e o número anual de membros sobe para os 60. No ano seguinte, a ICOMOS-Portugal em conjunto com outras associações, cria a Plataforma pelo Património Cultural.

Nesta última década, a relação entre a CNP e a Comissão Nacional da UNESCO tem sido cada vez mais trabalhada e a sua influência tem tido cada vez mais peso em decisões governamentais, tornando-se num apoio essencial para a boa prática da conservação do património urbanístico e, principalmente, a sua defesa, como se observou durante as diversas discussões no colóquio de 25 de Outubro de 2013, “Porto Património Mundial: boas práticas em reabilitação urbana”, onde a polémica demolição do quarteirão das Cardosas teve especial atenção.

Foi desta sessão de 2013 que nasceu “A Declaração do Porto”, documento lido como nota final do seminário. Este documento resulta principalmente desta desastrosa intervenção nas Cardosas, fortemente condenada pelo ICOMOS Portugal pois parecia praticamente ignorar todas as bases até agora definidas nas várias cartas patrimoniais. O completo desprezo demonstrado pela demolição de uma zona considerada Património Mundial revelou o lado menos agradável desta luta pelo património, onde dinheiro e interesses privados são postos acima dos valores que as entidades envolvidas dizem querer proteger.

“Parece-nos claro que a intervenção no “Quarteirão das Cardosas” não corresponde ao princípio geral defendido pelo Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto, em 2009, e é contrária às boas práticas de salvaguarda e conservação do património e em particular das cidades históricas. Parece-nos inequívoco que a SRU considera nesta operação, o património

edificado preexistente como um problema, e não como uma virtude ou bem a preservar: uma oportunidade. Lendo a argumentação utilizada para justificar esta intervenção, é clara a consideração do património edificado como problema a corrigir e não, como definido pela UNESCO, como Património Mundial a salvaguardar.”

Discurso de abertura do Colóquio “Porto Património Mundial: boas práticas em reabilitação urbana” por Ana Paula Amendoeira, 2013

Nesta declaração foram salientadas filosofias de cartas existentes relacionadas com a defesa e conservação da cidade histórica e, consequentemente, dos grupos sociais que a compõe e a definem. Tendo sido também acrescentados e discutidos alguns pontos mais pertinentes ao contexto Português, como:

- Condenação da sobrecarga de novos usos ou renovação dos mesmos para outros que a cidade não consiga suportar;
- Defesa da intervenção à escala da parcela, elemento estruturador da identidade da cidade, recusando o recurso ao fachadismo. A parcela deve de ser respeitada e a diversidade de usos mantida;
- A adequação dos programas às características morfotipológicas da cidade através de uma cuidada transformação do edificado;
- Promoção de um sistema saudável que beneficie a indústria da construção civil e outras atividades com esta relacionada, criando assim uma sustentabilidade social, económica e patrimonial;
- Incentivo à comunicação entre as entidades envolvidas nas intervenções e os diversos órgãos nacionais e internacionais responsáveis pela questão do património.

A Declaração fecha ainda com um apelo ao bom senso e ao espírito crítico, utilizando o caso das Cardosas como um exemplo que não se deve voltar a repetir. A intervenção a nível parcelar, com menos dinheiro, mais tempo e com um maior número de intervenientes e promotores é uma solução muito mais sustentável e benéfica à cidade histórica e seus habitantes, evitando desastres urbanísticos como o que foi observado e que continua a acontecer.

2.6. Conclusões

“Against this new background, one can well ask if the conservation movement, as it evolved from the eighteenth century, cannot be considered as concluded, and whether modern conservation should not be redefined in reference to the environmental sustainability of social and economic development within the overall cultural and ecological situation on earth.”

JUKKA JOKILEHTO, *History of Architectural Conservation*, Routledge, 2007, p.19

Os monumentos são um testemunho vivo do nosso passado, transportando as nossas tradições, histórias e mensagens através dos tempos. São a nossa herança comum e é o nosso dever coletivo de os proteger e conservar, de forma a transmitir toda a sua riqueza e autenticidade às próximas gerações.

A aplicação de princípios orientadores da conservação e restauro é essencial. Sendo importante um esforço internacional para a sua elaboração e acordo, ficando cada país responsável pela sua aplicação adequada e em harmonia com o contexto cultural.

A Carta de Atenas foi o primeiro passo nesta direção, resultando no nascimento de um movimento internacional nunca antes visto, de onde nasceram documentos e entidades decisivos para o desenvolvimento das noções de património que temos hoje em dia.

Os ICOMOS surgiram como um fórum aberto para a discussão de ideias e teorias. E foi nestes congressos que se alcançou a universalidade procurada. O resultado foi uma série de Cartas Patrimoniais, fruto das discussões pertinentes ao momento em que foram criadas. Estas não foram criadas como um sistema complexo rígido a ser obedecido, mas antes documentos, sem qualquer carácter normativo, que procuram sintetizar os pontos onde foi encontrado um consenso, oferecendo indicações gerais sobre como as entidades reguladoras devem de agir. As Cartas devem de ser reinterpretadas e adaptadas de acordo com as diferentes realidades culturais de cada nação. E, quando bem reinterpretadas para essas realidades específicas, podem resultar em cartas nacionais ou mesmo articular-se com as existentes, tendo um papel importantíssimo na preservação da cultura.

Este diálogo constante sobre a preservação, dificilmente será alguma vez concluído. E tal como o tecido urbano se encontra em constante mutação, também este deve de continuar a evoluir. Garantindo, assim, uma preservação sempre inclusiva e dinâmica, capaz de suportar e de se adaptar às mudanças constantes, passando à próxima geração um legado físico importante à sua história.

3. Preservar ou Inovar

Ao longo dos últimos anos temos vindo a observar um esforço a nível internacional cada vez maior para recuperar e preservar o nosso património construído. A reabilitação apresenta-se, então, como uma das ferramentas mais importantes à manutenção urbana e social da cidade, tornando possível a recuperação dos espaços e sua salubridade, e, conseqüentemente, promovendo a inclusão social dos seus habitantes.

Quando bem executado, o projeto pode trazer inúmeros benefícios. Porém, estas intervenções, apesar de apresentarem uma oportunidade única de melhoria, vão trazer sempre alguns desafios. Desde possíveis conseqüências a nível funcional ou incompatibilidades com leis em vigor, até à ressonante e incansável voz pública, os obstáculos vão ser constantes ao longo de todo o processo.

Se a intervenção em espaços urbanos já trás estes contratempos, em zonas históricas os desafios são ainda maiores. O próprio carácter histórico do local, a malha por vezes confusa e sobrecarregada, falta de vias, acessos e até o afeto da população pela memória e significado que estes locais carregam, vão trazer novos problemas e ainda mais complexos.

As Cartas Patrimoniais trouxeram-nos uma série de linhas de guia indispensáveis para estes casos. Porém, estas são sugestões de carácter geral que devem de ser adaptadas a cada caso específico, não fornecendo uma resposta e um método concreto e universal. Sendo assim, não existe certo ou errado, mas sim boas ou más intervenções. E enquanto uns optam pela conservação de edifícios ou mesmo recorrer à imitação, outros procuram inovar, deixando a marca do seu tempo com novas inserções contrastantes com o ambiente circundante, mas que convivem em harmonia com o mesmo.

E o espaço histórico é perfeitamente capaz de acomodar estas e outras interpretações diferentes. Existe todo um leque rico e variado de expressões que o podem tornar único e trazer nova vida à cidade. Cabe ao arquiteto a responsabilidade de o trabalhar corretamente, de forma a criar algo que marque a área de forma positiva e sem conseqüências negativas ou irreparáveis na funcionalidade do dia-a-dia urbano.

3.1. Formas de Intervenção

São muitos os métodos defendidos sobre como bem intervir em espaços urbanos construídos. No entanto, não há uma resposta absoluta sobre qual o mais correto. Cada caso é único, assim como os fatores sociais, políticos, económicos, ambientais e funcionais envolvidos. E são estes os fatores a serem analisados e estudados para se encontrar uma resposta que permita a boa adaptação ao contexto. Sendo mesmo possível criar um leque variado de intervenções adequadas e de acordo com a visão internacional para as cidades modernas do século XXI.

No que toca às intervenções em contexto histórico, temos à nossa disposição os mesmos métodos de intervenção disponíveis num contexto mais moderno, como a conservação, restauro, reabilitação ou a criação de uma nova construção. No entanto, vamos ter diferentes limitações, pois o carácter histórico do local é o fator que mais vai provocar obstáculos a serem ultrapassados.

Características como a malha antiga e desorganizada, má acessibilidade, degradação das construções, leis desatualizadas ou limitadas, dinâmicas sociais dos habitantes e o seu afeto por determinados elementos, vão condicionar o pouco espaço de manobra que o arquiteto já possuía para a criação de uma intervenção com qualidade, sem comprometendo o seu processo criativo. No entanto, é nas nossas limitações que podemos encontrar as mais variadas e criativas soluções.

Podemos acentuar o carácter histórico do local recorrendo a um design que se funda com o estilo da altura ou inserir algo completamente novo, diminuindo dito carácter. A conservação de edifícios mantem a memória de outrora viva e preserva a nossa história. O pastiche, ou seja, a imitação, pode ser uma ferramenta importante para a recuperação psicológica de uma nação traumatizada. E as novas construções podem tornar um local insalubre e degradado numa área de destaque.

Prestando especial atenção ao modo como a população concebe, produz, ocupa e destrói o espaço, e avaliando o valor histórico, contextual e social, o arquiteto vai intervir da forma que acredita ser a mais benéfica e com o método mais adequado. E as suas habilidades e atenção a todos os elementos é que vão permitir que o projeto funcione ou não.

3.1.1. A Preservação do Passado e a Cópia

As cidades vão assistindo à degradação progressiva das suas estruturas e espaços urbanos ao longo dos anos. O envelhecimento natural, a sobrecarga de usos ou falhas cometidas a nível urbano durante as adaptações do território aos novos estilos de vida dos habitantes, vão lentamente contribuindo para essa degradação. Assim, processos como a conservação ou restauro e reabilitação tornam-se imprescindíveis para a racionalização de recursos, recuperação de salubridade e para evitar intervenções que, mais tarde, possam provocar um impacto negativo na malha urbana.

O conceito de restauro é frequentemente aplicado para designar vários tipos de intervenções sobre o património. Porém, este abrange um vasto leque de ações específicas sobre a construção.

“Restauro significa restituir o estado inicial (mesmo que parcialmente) ou um estado posterior à edificação de um edifício, deteriorado pela ação do tempo e/ou alterado em épocas seguintes. A ação de restauro vai para além de uma ação de conservação, tendo dois

objetivos: restabelecer a unidade de edificação e acentuar os valores artísticos e históricos de um edifício. O restauro tem frequentemente lugar no contexto de uma avaliação ou interpretação de um objeto artístico ou arquitetónico. Assim, numa obra de restauro pode remover-se uma parte ou estrato de um objeto (arquitetónico) para expor outro mais antigo, considerado de maior importância histórica e/ou artística. Devido aos problemas de autenticidade inerentes ao restauro, este deve ser realizado somente em casos excecionais e baseado em levantamentos e análises anteriores de carácter científico. É sobretudo em ações de restauro que a diferenciação entre original/novo deve ser identificável, como está expresso na Carta de Veneza de 1964. Duas traduções diferentes da mesma frase no artigo IX salientam os limites que se impõem ao restauro: ‘O restauro deixa de ter significado quando se levanta a hipótese de reconstituição’ e ‘Qualquer operação deste tipo deve terminar no ponto em que as conjecturas começam’.

PEREIRA, António Nunes - «Para uma Terminologia da Disciplina de Proteção do Património Construído», in Jornal dos Arquitetos, n.º 213, Lisboa, Novembro/Dezembro 2003

Até finais do século XVIII, o conceito de restauro era percebido como o significado que o próprio termo encerra, ou seja, renovar, restabelecer e reparar, assumindo formas interventivas diversificadas. Já a preservação implica a vigilância e manutenção do monumento de forma a travar os diversos processos de degradação que o podem afetar.

Até ao século XIX, o restauro era entendido como uma renovação. Elementos arquitetónicos dos edifícios eram refeitos parcial ou totalmente, segundo o gosto pessoal do executor e a necessidade de preservação de um ou outro elemento estilístico que este considerasse mais relevante à época.

Mais tarde, a Carta de Atenas e a Carta de Veneza, como já observamos no capítulo anterior, vieram consolidar os princípios de intervenção patrimonial. A prática de operações de restauro começa, então, a ser reservada para casos específicos e excecionais. E de acordo com os documentos, tal intervenção deverá respeitar a obra histórica, não sendo admissível a extinção de qualquer elemento estilístico. De forma a identificar quais são as obras que se encaixam nesta definição, a Carta de Veneza veio, também, aprofundar e alargar o conceito de “monumento” e “sítio”, atribuindo ao monumento o valor de obra de arte e testemunho histórico.

A Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades e Áreas Urbanas Históricas, publicada pelo ICOMOS, veio alargar o conceito de restauro ao território e ambiente. Atribuindo um maior valor à prevalência das estruturas preexistentes, sobre a construção nova e contemporânea.

Já o conceito de reabilitação é relativamente recente, tendo origem no século XIX após o acordar de consciência para a proteção histórica e atenção aos valores culturais e patrimoniais, consequência das diversas mudanças provocadas pela Revolução Industrial. Este conceito ganha mais peso e uma definição numa Resolução do Comité de Ministros do Conselho da Europa. Enquanto antes se intervia apenas nos edifícios e espaços públicos, agora a intervenção no planeamento urbano e regional como um todo ganha nova importância, criando um novo conceito de reabilitação urbana. Conceito que reconhece a necessidade de considerar as malhas urbanas antigas, adaptando-as cuidadosamente e atribuindo novas funções de acordo com o contexto e os novos requisitos contemporâneos. Reconhece-se então a responsabilidade de criar um equilíbrio territorial e, conseqüentemente, social.

Atualmente, a reabilitação do património construído tem exigido análises prévias extensas que vão variar consoante a tipologia e características do objeto de intervenção. Este processo revela-se extremamente importante para o estudo das características dos edifícios e as suas capacidades de adaptação a um uso novo. A reabilitação deve de prestar um cuidado especial à cultura local e contexto, de forma a intervir corretamente e criar espaços culturais funcionais.

Restaurar ou reabilitar são geralmente os métodos mais utilizados quando se fala de intervenções em zonas históricas. Sendo muitas vezes algo requisitado pelas entidades legislativas. São estratégias seguras e capazes de agradar uma população que desenvolveu um certo sentimento de posse sobre o património.

E, dependendo do grau da intervenção, a reabilitação pode passar pelo melhoramento de uma característica do edifício ou parcela (habitação, escritórios, etc.) ou tornar-se mais amplo e abrangente.

O simbolismo do espaço e a linguagem histórica são mantidos vivos através da reabilitação ou restauração do edifício. A fachada e as divisões interiores são recuperadas, melhorando as condições de habitabilidade e dando oportunidade de implementar no edifício histórico novas tecnologias, adaptando a sua estrutura interna às necessidades da vida contemporânea. Reabilitar ou conservar construções em áreas históricas mantem a identidade e autenticidade do local, recupera a salubridade e é uma estratégia que agradará a grande parte dos habitantes e turistas que procuram a “cidade histórica”. Apesar de serem tipos de intervenção potencialmente dispendiosas, quando bem executadas, são geralmente um sucesso.

Outra estratégia utilizada é o pastiche ou historicismo, onde se constrói do zero seguindo as linhas históricas de um outro tempo que não o nosso. Com a aparição do Movimento Moderno, este começou a ser um tipo de intervenção considerada extremamente antiquada, sendo evitada a todos os custos pelos seguidores das teorias modernas. Muitos acusam o historicismo e o pastiche de ser uma afirmação falsa sobre o período de construção, falsificando o contexto histórico. Esta imitação chega mesmo a ser comparada a um género de Disneyland ou Las Vegas, devido às suas características artificiais e falsas representações.

O ato de reabilitar tem intenções muito diferentes das do historicismo. Enquanto que um procura conservar uma parte da cultura de um local no tempo, o outro pretende enganar, criando memória falsa de algo que na realidade nunca existiu no tempo histórico de que afirma ser. Isto pouco contribui para as qualidades de um local, chegando em alguns casos a insultar a própria memória histórica com uma imitação digna de parque de diversões.

No entanto, é de referir que há casos que fogem à regra. Como a reconstrução do centro de Warsaw. Aqui, a imitação era justificada. O trauma da guerra afetou profundamente as populações, que viram as suas casas completamente destruídas e o sentimento de pátria e de pertença roubado. As reconstruções de Warsaw serviram como uma mensagem política e como forma de devolver o orgulho nacional, recuperando a história e curando uma nação traumatizada.

A reabilitação dos centros urbanos é atualmente uma prioridade política, sendo um instrumento necessário à sua revitalização económica e social. Mas como já foi referido, o espaço histórico é capaz de acomodar uma variedade muito maior de interpretações. Como poderemos observar no próximo ponto.

3.1.2. Inovar para Evoluir

Como já vimos, as cartas patrimoniais apresentaram uma série de novas recomendações e conceitos ao longo dos anos, culminando na nova visão para a cidade do século XXI, descrita nas Novas Cartas de Atenas. Estes documentos apresentam-se como ferramentas importantes e indispensáveis a qualquer intervenção, especialmente quando falamos num contexto histórico, visto que a defesa de núcleos urbanos de carácter histórico era uma prioridade.

A visão descrita nas Novas Cartas de Atenas, não pretende ser utópica, mas sim um guia com recomendações em que o cidadão e o seu conforto é posto em primeiro plano, garantindo um igual acesso a um bom ambiente e comodidades básicas. Recomendações que não pretendem ser de carácter regulamentar, mas sim linhas de guia a serem adaptadas a cada universo particular. As leis devem de ser trabalhadas de forma a garantir um território coeso, funcional, em função do habitante. Porém, a preservação de certos elementos, ou mesmo partes inteiras de património construído, pode não ser viável.

Algumas áreas históricas encontram-se num estado de degradação intenso e insalubre, com redes de eletricidade e esgotos desatualizadas, acessibilidade quase inexistente e já foram despidas de grande parte das características que as tornavam únicas, não possuindo elementos capazes de destacar ou celebrar a sua herança cultural e histórica. Daqui resulta normalmente uma zona degradada e sem movimento, com uma população envelhecida e que lentamente vai abandonando o local, deixando as suas casas vazias e vulneráveis. Cria-se um ambiente propício à criminalidade e exclusão social, que lentamente vai produzir consequências negativas nas áreas circundantes.

A solução poderia ser a reabilitação do local. Porém, quando a degradação de uma construção está num estado avançado, torna-se num processo demorado e muito dispendioso. Ou então, o edifício já não possui alguma qualidade histórica ou estética, não tendo qualquer interesse forte o suficiente que justifique a sua reconstituição, tornando o processo de reabilitação em algo sem sentido e que não virá trazer um impacto significativo à comunidade.

E é importante lembrar que a reabilitação pontual de edifícios não vai solucionar todos os problemas a nível urbano. Para a boa reabilitação de uma área, há que trabalhar o conjunto como um todo, não só partes específicas.

Não é possível reabilitar uma zona histórica e resolver os problemas urbanos que a assombram recorrendo só à reabilitação dos seus edifícios. Este processo deve de se estender às áreas urbanas e às diversas redes que com ela se relacionam.

Porém, em certos casos, esta parece ser uma tarefa impossível. Características como as malhas confusas, ruas apertadas e de acesso difícil, construções antigas e aglomeradas, não só tornam o processo complicado, como também representam uma ameaça à saúde pública e sua segurança.

Aqui, a demolição de certos elementos, ou mesmo todos, pode ser a mais indicada. Dando uma oportunidade de atualizar redes de esgotos, água, energia, criar ruas mais acessíveis, melhorar a salubridade do local e produzir um impacto positivo a nível social. E apesar de a construção de novos elementos num espaço histórico, principalmente após a demolição de um edifício antigo para dar lugar à mesma, ser um tipo de intervenção bastante polémica, a longo prazo pode ser a mais gratificante e benéfica, cujo impacto positivo acaba por conquistar grande parte do público.

“A construção de novas estruturas não deve de ser uma desculpa para demolir estruturas antigas. No entanto, novas construções podem ser necessárias para restabelecerem funcionalidade e continuidade, e em casos onde lotes vazios se tornem perigosos, insalubres ou afetem edifícios à volta.”

FEILDEN, B M & JOKILEHTO, J, *Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites*, ICCROM, Roma, 1993

Além de uma melhoria drástica a nível de segurança e salubridade, uma nova construção em contexto histórico pode contribuir para a melhoria de fatores sociais e económicos. Um edifício icónico numa área de carácter histórico, vai criar um contraste entre épocas e estilos que atrairá visitantes à área. Seja para admirar ou criticar, criará movimento. Isto cria boas oportunidades aos comércios da zona e cria um ambiente menos propício à criminalidade.

A função escolhida para o edifício também irá influenciar estes fatores. Um museu pode aumentar o turismo e promover a cultura, escritórios atraem investidores e empresas, um serviço em falta à área promove a inclusão social, entre vários. Cabe aos responsáveis pela intervenção uma boa análise da cidade e da área em questão de forma a encontrar a melhor função para o novo edifício e a mais benéfica.

É importante referir que a nova arquitetura deve também contribuir para a conservação e celebração das qualidades e carácter especial dos locais históricos que as comunidades reconhecem como importantes. Sendo o objetivo principal a inovação e não a extinção completa de uma identidade. Isto não quer dizer que o edifício deva de se cingir às linhas e linguagem do seu contexto, limitando o processo criativo do arquiteto e o potencial do projeto. O fator mais importante aqui é a qualidade do diálogo entre o novo e o velho, diálogo que vai ditar o sucesso da inserção naquele meio.

Ao optar por uma nova construção, temos uma oportunidade única de criar algo que traga à cidade e seus habitantes o impulso necessário para evoluir uma área que ficou parada no tempo, melhorando a qualidade de vida do habitante. Apesar da polémica que costuma gerar, esta é uma opção valiosa e repleta de potencial, que não deve ser posta completamente de parte quando se fala de intervenções em espaços históricos.

4. Novas Construções em Contexto Histórico

Como já foi mencionado, o espaço histórico é capaz de acomodar interpretações variadas. Porém, por vezes o peso do passado faz-se sentir e os arquitetos parecem quase nervosos em continuar o processo de desenvolvimento. Mas, quando munidos com uma melhor compreensão e sensibilidade pelo passado, podemos criar novas inserções representativas do nosso tempo, capazes de conviver em harmonia com o espaço histórico e até mesmo melhorar a qualidade destes. Muitas vezes é também a melhor ou única forma de corrigir aspetos importantes à habitabilidade de uma área. Na malha histórica, comodidades como boa acessibilidade, serviços, boas redes de água e eletricidade, áreas públicas ou boa disposição solar, são muitas vezes escassos ou mal planeados. E a melhoria destes e outros aspetos vão criar um ambiente mais seguro e atrativo à população, trazendo vitalidade a uma herança cultural que se procura preservar e manter viva.

Porém, adições modernas podem não agradar contextualmente a todos os indivíduos. O contraste entre o novo e o histórico tende a provocar reações fortes e a gerar debates acesos, visto que intervenções deste calibre são, geralmente, controversas e propensas a fortes críticas. Opiniões entram em confronto, acabando por se discutir gostos pessoais e não arquitetura.

Contudo, o gosto é subjetivo, enquanto que a qualidade é quantificável. Apreciar ou não uma obra, não rouba a qualidade da mesma. E uma boa análise do local e atenção a determinados critérios, vão ajudar-nos a criar um projeto funcional e em equilíbrio com a sua envolvente. Respeitando o espaço histórico e os estilos de vida da sua população.

4.1. O Diálogo entre o Velho e o Novo

Quando nos referimos ao Património Arquitetónico, entendemos um espaço com valor pelas suas características estéticas e testemunho cultural. Como tal, deve de se dar a atenção devida não só aos edifícios, como também ao espaço urbano que os rodeia, o fator principal que contribui para a caracterização do conjunto.

Entender a importância do local é crucial quando falamos de novas inserções em contexto histórico. O sucesso vai depender do bom entendimento e resposta ao carácter especial e qualidades que as comunidades reconhecem como importantes. É importante que a nova construção celebre estas qualidades e as respeite, de forma a que ainda seja possível reconhecer a identidade e herança cultural do mesmo.

“O património não é um objeto morto”, está vivo e sempre presente. Mesmo procurando uma inserção contrastante, não tendo o contexto em conta, não existindo harmonia ou diálogo, podemos ter consequências desastrosas a nível urbano.

Não é a linguagem arquitetónica em si o mais importante do projeto, mas sim esta dinâmica essencial entre o novo e o velho. Características como a escala, forma, enquadramento, materiais, cor e textura devem de ser trabalhadas de forma a contribuir para esta dinâmica.

Para tal é necessária uma análise formal e atenta do local. Uma análise histórica e valorização de certas construções ou elementos, não é suficiente, correndo-se o risco de se criar algo que quase parece que “caiu” no local, um parasita.

Porém, o que torna um edifício bom?

Sherban Cantacuzino definiu quatro critérios essenciais para desenhar bons edifícios em contexto histórico:

- Sinceridade: expressão, capacidade do edifício nos dizer que função tem;
- Integridade: ou honestidade, o resultado de se manter fiel a princípios de um design;
- Simplicidade: “Less is more”, aspiramos a uma beleza que é simples, sem partes supérfluas;
- Harmonia: harmonia com o meio que a rodeia.

Naturalmente que seguir estes critérios à letra não leva a um bom edifício, assim como existem bons edifícios que não obedecem a todos os critérios. Tal característica vai depender do arquiteto e das suas capacidades.

Casos de sucesso dependem de uma boa compreensão e resposta ao carácter e qualidade do contexto. Respeitar a importância do local é crucial. É importante que a intervenção contribua e enriqueça o ambiente, em vez de o apagar. Deve existir um equilíbrio entre a preservação do carácter especial, qualidade e significância do local histórico, devendo também facilitar-se futuras mudanças e intervenções.

As decisões tomadas hoje não devem provocar danos irreparáveis no futuro. A criação de um bom plano é crucial.

4.2. A Opinião Pública

Intervenções sobre património arquitetónico vão levantar sempre questões pertinentes sobre a metodologia e o próprio processo da parte do público. E a crítica é uma consequência inevitável e esperada. A reação a alterações a algo que era estático e entendido como certo, na vida da população, pode ser extremamente forte, estando esta emocionalmente ligada à identidade do local e toda a sua história. Existe um sentimento de propriedade do público relativamente ao espaço urbano e a mudança representa uma ameaça a nível pessoal.

Novas intervenções em contexto histórico são especialmente propícias ao criticismo, devido à sua natureza muito mais invasiva e aparatosa. E a comunidade pode mesmo tentar restringi-la ou proibi-la de todo.

A preocupação pública sobre o território e seu desenvolvimento tem vindo a crescer e, com ela, uma importante discussão sobre o papel deste no planeamento do território ou construção. Enquanto que uns criticam que o público geral não possui o conhecimento suficiente para produzir um julgamento sobre a matéria em questão, sendo da responsabilidade do arquiteto mostrar o que é boa arquitetura, outros defendem que tal pensamento é elitista, mesmo condescendente, e reflexo de um interesse pessoal maior.

É certo que, quando procuramos criar algo que, da nossa perspetiva, é o melhor para a comunidade e o seu espaço comum, a voz do público parece-nos pouco instruída e mesmo ressonante. Como arquitetos, estamos algo predispostos a acreditar que o público não deve de escolher o que se deve construir ou não, pois não possui a mesma educação e experiência que nos permitiu desenvolver uma compreensão mais profunda pelo design, construção e o ambiente urbano. No entanto, não deixa de ser um fator importante durante, tendo o envolvimento público sido mesmo encorajado na Carta de Atenas de 1998.

Nos projetos, as decisões que tomamos vão afetar a população e o seu dia-a-dia por décadas, ou mesmo séculos. O que criamos tem consequências e, por vezes, estas podem se revelar desastrosas. E quando falamos em contexto histórico, tais consequências agravam-se. A história e o património são elementos preciosos à população e fazem parte da sua identidade. Como tal, qualquer desastre urbanístico nestes meios revela-se num atentado a si mesmos.

“The Architect is not like a painter, exercising a sacrosanct artistic birth right to put on canvas whatever, for the moment, grabs his psyche. He is operating in the public realm and it is necessary and right that the community as represented by the local planning authority should set limits on, and point the direction for, what he does.”

ROYAL FINE ART COMMISSION, *28th Annual Report 1990*, HMSO, 1991

É verdade que o público não tem o mesmo nível de julgamento que um arquiteto ou planeador, não devendo naturalmente ter a palavra final sobre a intervenção. No entanto, um diálogo aberto e equilibrado é importante e essencial para um bom desenvolvimento. É importante que a nova arquitetura celebre as qualidades e carácter que o público reconhece como fundamental e, para tal, é necessário dar-lhe uma voz. Assumir o público como ignorante é uma atitude elitista e prejudicial ao que queremos criar. Porém, a opinião pública também não nos deve de desviar da busca pela qualidade, funcionalidade e expressão artística. O equilíbrio é essencial.

Naturalmente, um consenso absoluto nunca poderá ser alcançado. As vozes críticas estarão sempre presentes, impondo a sua opinião e preferência estética pessoal. Mas o gosto é subjetivo, enquanto que qualidade é quantificável.

4.3. A Importância de Projetar para o Futuro

Quando falamos de intervenções em contexto histórico, é importante que o trabalho contribua e enriqueça em vez de “apagar” o contexto. Isto não quer dizer que uma intervenção não possa sobrepor-se ao passado, fazendo-se notar. É o Presente o novo contexto em que a intervenção vai encontrar lugar. E é no Presente que vai ser julgada de acordo com o grau de que é capaz de aperfeiçoar o território.

No entanto, citando Fernando Mascarenhas:

“... é essencial ter sempre presente que o património não é um objeto morto, não é um momento passado é um momento de todos os tempos: é algo de vivo, que continua a interagir”...

in “Sermão ao Meu Sucessor”, Fernando Mascarenhas, Marquês de Fronteira

Da mesma forma que a intervenção é julgada no presente pelas suas qualidades, será também julgada no futuro. A Arquitetura não deve de ser produzida como um momento estático no tempo, mas como algo contínuo que influenciará a narrativa urbana de forma constante.

Sendo assim, há que garantir que as decisões de hoje não provoquem danos irreparáveis mais tarde.

Neste aspeto, a conservação apresenta-se como uma ferramenta indispensável à continuidade do objeto arquitetónico e seu contexto, trazendo um equilíbrio entre a preservação do carácter especial, qualidade e significado do local histórico e facilitando a mudança e futuras intervenções.

O papel da conservação pode ser definido como a capacidade ou habilidade de moderar e gerir a mudança, retendo componentes importantes do passado e preparando as intervenções de forma a facilitar a inserção de novos elementos e satisfazer as necessidades dos habitantes, como novas tecnologias ou melhoria da acessibilidade. Tal atenção vai permitir que o edifício continue vivo.

Projetando com o futuro em mente vai nos permitir desenvolver um projeto adaptável ao longo das décadas, ou mesmo séculos, acompanhando a mutação da própria cidade e garantindo que a zona não se transforme num pedaço de tecido morto, preso no tempo e sem qualquer utilidade às necessidades atuais da sua população.

4.4. Conclusão

A malha urbana encontra-se em evolução constante. A cidade vai crescendo e evoluindo à volta dos seus núcleos históricos, criando novas zonas com uma organização mais atual e funcional. Enquanto estas zonas encontram-se em constante mutação, vendo uma e outra

intervenção a acontecer, as zonas históricas tendem a ficar presas no tempo. Nos últimos anos, temos visto um aumento do esforço para a realização de ações de reabilitação e conservação para a recuperação destas áreas. No entanto, muitas vezes estas intervenções realizam-se a um nível muito pequeno, concentrando-se na “casa” e ignorando o impacto ao nível da cidade histórica como o organismo complexo e sensível que é.

O espaço Histórico deve de ser pensado num todo. A reabilitação aleatória de certos elementos, pouco trás a estas zonas.

A reabilitação urbana e de edifícios apresentam-se como uma ferramenta importante para a recuperação de centros históricos, fazendo hoje parte integrante das agendas políticas nacionais e internacionais. É um tema com presença constante nas nossas vidas, que alimenta várias discussões técnicas, sociais, económicas e mesmo filosóficas, e onde a voz publica se faz ouvir.

Já a inserção de novos edifícios em contexto histórico é um tema mais polémico, gerando ainda mais discussões, agitação e preocupações da parte do público. Muitos defendem que a mistura entre o novo e o velho é incompatível, vendo tais construções como parasitas, e que a nova arquitetura devia de se manter em contato próximo com o passado, não renunciando à sua forma de expressão.

No entanto, o espaço histórico é muito mais versátil do que aparenta, sendo perfeitamente capaz de acomodar a nova arquitetura, suas linguagens e novas tecnologias, sem perder a sua qualidade histórica.

O sucesso destas inserções vai depender da qualidade do diálogo entre o novo e o velho, sendo crucial a análise formal do local. Análise essa que vai ajudar a definir um plano de ação que considere todos os elementos que dão à área a sua identidade, como a história, carácter, linguagem, escala, textura, cor, etc. Um estudo profundo destes elementos é que vai permitir a elaboração e correta execução de tal plano.

É importante que este plano de ação seja elaborado com uma noção de continuidade, dando oportunidade ao projeto de se adaptar a futuras necessidades. Devemos projetar para o futuro.

A mudança e o progresso são inevitáveis. E é o papel do arquiteto gerir e moderar essa mudança, garantindo a harmonia, funcionalidade e adaptabilidade da cidade histórica.

5. Covilhã

Virada a nascente, a setecentos metros de altitude, estendida pela encosta da Serra da Estrela, encontramos Covilhã. Cidade de vários apelidos (Cidade Montanha, Cidade Neve, Cidade Fábrica), suas ruas íngremes e serpenteantes, que se desenrolam da montanha até ao vale, são fruto de uma evolução fortemente marcada pela sua história, topografia, economia e cultura.

Observando esta paisagem urbana, as raízes industriais são mais que evidentes, revelando-se através das diversas unidades fabris espalhadas pela cidade, cuja maior parte se encontra hoje reabilitada, albergando a Universidade da Beira Interior. A história desta cidade está intimamente ligada à Indústria dos Lanifícios, uma tradição que se presume ter originado da numerosa população judaica que lá habitou durante a Idade Média, e cuja memória ainda prevalece no imaginário dos seus habitantes e identidade. Esta larga tradição industrial e topografia acidentada traduziu-se num crescimento bastante invulgar, tornando a Covilhã num caso excecional em Portugal.

Uma variedade de edificações que datam desde os séculos XVIII ao XX, edifícios militares, religiosos e até um ou outro elemento da idade média, formam esta “Urbe-Multissecular” (José Fernandes, 2009), cujas marcas evidentes da sua evolução nos revelam uma busca contínua por um melhor território.

5.1. A Evolução Urbana

A Covilhã que hoje observamos é nada mais que o resultado de diferentes e múltiplos períodos de desenvolvimento. Desde os primeiros assentamentos romanos nas margens do Zêzere, passando pelo florescer da sua indústria, até ao renascimento da Cidade Fábrica como Cidade Universitária, as “camadas” que lentamente construíram esta paisagem urbana foram deixando marcas físicas no território que até hoje perduram.

Menos evidente é a sua génese, o assentamento da vila medieval, não havendo um consenso entre autores sobre a existência de uma ocupação pré-romana, apenas a aceitação unânime de implantações de antecedentes castrejos (José Miguel Rodrigues, 2009) que, com a ameaça árabe, acabam por ser amuralhadas e fortificadas.

Desde a antiguidade que a Covilhã é um ponto importante nas rotas da transumância, que, como veremos no ponto a seguir, irá contribuir para o desenvolvimento da indústria dos lanifícios. A importância desta zona como posto fronteiriço acaba por ser reconhecida por D. Sancho I que, em 1186, lhe concede a Carta de Foral.

Atualmente, ainda são perceptíveis os vestígios dos seus primeiros núcleos, nas ruínas das suas muralhas. Estes foram rodeados por “uma última e derradeira muralha, provavelmente construída no reinado de D. Dinis” (Rodrigues, 2009). Esta estrutura de forma circular

grosseira, que formava a área intramuros, possuía quatro portas: uma a Nascente, a Porta do Sol (a Sul), a porta do Castelo (a Poente) e a Porta do Altravelho (a Norte). Estas eram ligadas por arruamentos, que formavam dois eixos, numa estrutura cruzada, herdeira do sistema axial do Cardus-decumanos.

Entretanto, o arrabalde começa a desenvolver-se a este e sudeste da cerca, adquirindo grandes proporções, e a população queixa-se a D. Fernando I que o interior dos muros se encontrava muito desertificado. Este, de forma a promover a sua ocupação, concede privilégios à população que lá morasse, processo eventualmente revogado a pedido dos habitantes do arrabalde. Estes privilégios só são concedidos no século XVI, por D. Manuel, e o interior da cerca aumenta em densidade “contrariando o sentido de crescimento urbano de outras vilas e cidades portuguesas que, geralmente, se expandiam de dentro para fora dos muros” (Pereira, 2009).

Em finais do século XIII, o crescimento demográfico da vila da Covilhã aumenta consideravelmente, principalmente graças à migração de comunidades judaicas que fugiam das perseguições.

5.1.1. A Judiaria

Citando Maria José Ferro Tavares (2009), algo importante a ter em conta, quando se estuda a história da comunidade judaica em Portugal, é que “Falar sobre a memória judaica nos concelhos portugueses não é fácil...”. Graças ao batismo forçado a que esta minoria foi submetida e à sua presença em espaços predominantemente cristãos, as suas memórias foram deturpadas e misturadas com as memórias dos novos cristãos. Locais onde os judeus nunca habitaram, chegam mesmo a ser chamados de judiarias ou sinagogas. Isto dificulta a localização dos espaços que realmente foram por eles ocupados.

Grande maioria da população judaica dedicava-se ao comércio e ao artesanato. Como resultado, as ruas ou travessas das Judiarias geralmente fixavam-se junto à área de comércio da cidade. Noutros casos, estas fixavam-se junto à muralha, no arrabalde. E é no arrabalde que se encontrava a judiaria da Covilhã, estendendo-se pelas áreas entre a Porta de S. Vicente e as Portas do sol, entre o atual mercado municipal e o pelourinho chegando a representar quase 30% da área total da cidade. Esta área de dez portas era delimitada por várias igrejas. E esta abertura para os espaços sagrados cristãos não agradava à população:

“Por isso, pediram ao rei que limitasse o número de portas do bairro dos judeus que este não tivesse mais do que cinco, devendo ser encerradas as que abrissem para os adros. Igualmente se queixavam de que as judias lançavam as suas sujidades pelas janelas que abriam quer para os adros das igrejas, quer para as ruas da cristandade. O rei ordenaria que as janelas fossem fechadas à maneira de seteiras, altas e com um ferro no meio no sentido da altura, de modo que não houvesse comunicação com os cristãos e os judeus pudessem receber a luz do dia no

interior da habitação. Para o efeito dava o prazo de quinze dias para a comuna realizar as obras necessárias, pagando as respetivas despesas.”

Maria José Ferro Tavares, 2009

No entanto, a localização aqui estudada não corresponde com a localização assumida pela memória popular. Esta diz-nos que a judiaria se localizava na zona onde passam atualmente a Rua da Flores e a Rua do Ginásio. Isto deve-se, provavelmente, à presença de janelas quinhentistas e outras características que a população classificava como típico de “casas de judeus”, como as janelas tipo fresta e algumas marcas cruciformes. Porém, devido à destruição que estes espaços foram sofrendo ao longo da história da cidade, não é possível uma localização precisa da judiaria da Covilhã. E o facto de encontrarmos alguns elementos característicos de construções de famílias judias, como as janelas tipo fresta com ferro ao alto, não é uma prova forte o suficiente e deve-se, provavelmente, à perda de memória histórica desse tipo de elementos. Por exemplo, o que antes servia para prevenir a conversação entre cristãos e judeus, acabou por se tornar em nada mais que uma estratégia para manter a segurança de pisos junto à rua.

Em 1496, D. Manuel assina um decreto de expulsão dos hereges, dando à comunidade judaica da Covilhã duas opções: abandonar a vila ou converter-se. A maior parte das conversões era forçada, não passando de um cristianismo aparente.

A Sinagoga, o cemitério judaico e outros locais da comunidade foram dando lugar a outras funções. Enquanto uns se convertiam, outros procuravam novo território. Porém, na Covilhã, perdura um aspeto da sua economia, uma atividade que viria a definir a identidade da cidade: os Lanifícios.

5.1.2. Covilhã, a Cidade Fábrica

Desde tempos antigos que a autossustentabilidade desta região dependia dos recursos naturais que o seu território lhe cedia. atividades como a caça, pesca nos rios e ribeiras, e atividades agro-pastoris, garantiam a prosperidade da população. A Serra da Estrela, com os seus ricos pastos naturais, era um ponto importante nos trajetos da transumância, o deslocamento sazonal de rebanhos, quer a nível nacional ou peninsular, o que possibilitou a especialização da população em atividades ligadas à pastorícia, como a produção de lacticínios e o trabalho da lã.

São estas as raízes que vão despoletar o desenvolvimento de toda uma cultura à volta dos lanifícios por esta zona, onde cada elemento, desde o pastor ao comerciante, contribuiu para o nascimento da Covilhã como cidade fábrica.

“O pastor, a oficina, a fábrica e o comércio da lã ou dos seus produtos derivados integram e definem o mesmo complexo cultural que se desenvolveu durante séculos. Podemos mesmo dizer que sem pastor não teria havido fábricas.”

Deolinda Folgado, 2009

Durante a idade média a produção era principalmente de carácter artesanal, fruto de um ambiente doméstico. A sabedoria do trabalho dos panos, passada de geração para geração, vai criar uma abundância de mão de obra especializada e os lanifícios passam a ser a atividade económica predominante da vila. Assim, ao longo das ribeiras da Carpinteira e da Goldra foram-se instalando pisões e tintes, aproveitando a água límpida para o tratamento da lã, enquanto que a sua força alimentava os seus sistemas hidráulicos. Já longe das águas, apareciam cada vez mais casas e oficinas dedicadas a atividades como a fição e tecelagem.

No entanto, esta fragmentação da produção pela cidade trazia uma série de dificuldades. Não existindo um único complexo onde se realizava todas as fases de produção, era necessário realizar o transporte do produto, o que implicava vencer distâncias e uma série de obstáculos topográficos. Era necessário modernizar este sistema datado e, em 1677, D. Luís de Meneses, terceiro Conde da Ericeira, manda construir, junto à ribeira da Carpinteira, a Fábrica Velha, primeira unidade manufactureira da Covilhã.

Em 1759, numa tentativa de aliviar a crise nas manufaturas em Portugal, o Marquês de Pombal implementa uma série de medidas de fomento industrial que culminaram, em 1764, na fundação da Real Fábrica dos Panos da Covilhã, um edifício de carácter monumental junto à Ribeira da Goldra, cujas pedras que o compõem são provenientes de demolições da muralha medieval. Esta fábrica tornou-se num marco da evolução da produção na Covilhã com o seu “(...) modelo de inovação organizacional que procura melhorar a eficiência no tratamento da matéria-prima, otimizando recursos através de uma especialização que duplica o quadro de especializações em vigor na indústria doméstica...” (apud Deolinda Folgado, 2009). Aqui, Pombal também introduz conceitos como a fábrica-escola, que integrava os processos iniciais da produção e ensinava o ofício enquanto aproveitava a mão de obra, e a fábrica-empresa, que, seguindo um modelo de produção importado de França, tratava dos últimos processos de produção e acabamentos. Este novo sistema resulta numa produção muito mais eficiente e de melhor qualidade, e, conseqüentemente, num afastamento da produção à escala doméstica e de oficina artesanal.

Entretanto, a Revolução Industrial vai trazendo às fábricas Europeias a mecanização da produção. Porém, na Covilhã, cidade que ainda se equilibrava entre a produção doméstica e a manufactureira, tal progresso só começa a fazer-se sentir muito mais tarde, durante os anos cinquenta do século XX. Esta resistência às novas inovações tecnológicas deve-se a uma série de fatores característicos à zona, enunciados por Deolinda Folgado (2009) que aponta problemas como “a especialização exclusiva da produção no sector dos lanifícios; a

dificuldade dos acessos; a enorme dependência entre a grande, média, a pequena e a indústria caseira (...); ausência de competitividade entre as indústrias; a manutenção durante muito tempo do uso da energia hidráulica...”. A organização da indústria dos lanifícios por pequenas unidades espalhadas pela cidade também veio dificultar esta passagem. Havia uma preferência pela permanência nos núcleos já ocupados e a mecanização da produção implicava, além de muitas despesas, adaptações dos edifícios à rede de energia eléctrica (cuja central seria só inaugurada a 1930), uma maior concentração da produção e especialização dos trabalhadores.

A construção destas fábricas, além da industrialização da paisagem envolvente, veio também favorecer o desenvolvimento residencial. Bairros para albergar os trabalhadores começam a aparecer, alargando a malha urbana da vila e promovendo o crescimento e desenvolvimento de novas áreas.

São estas características tão particulares da história da indústria da Covilhã que nos ajudam a compreender a sua herança patrimonial, crescimento e o processo de industrialização da paisagem. Tirando casos específicos, como a manufatura pombalina ou empresas como a Companhia Nacional de Lanifícios ou António Estrela, que desenvolveram linhas de produção completas e concentraram-se em um ou mais edifícios, a modernização da indústria na Covilhã resultou da assimilação de estruturas já existentes. As pequenas oficinas, pisões e tintes foram assimilados ou deram mesmo lugar a fábricas, cujas estruturas foram sendo ampliadas sucessivamente sobre outras mais antigas.

Pouco depois da inauguração da Real Fábrica, a 20 de Outubro de 1870, a Covilhã é elevada ao estatuto de cidade pelo rei D. Luís, considerando-a “uma das vilas mais importantes no reino pela sua população e riqueza”.

Apesar dos impactos positivos e deste desenvolvimento industrial, estas constantes alterações à malha e a sua expansão sem grande rigor e com pouca consideração pela malha antiga, veio provocar alguns problemas na sua distribuição urbana, dificultando a criação de espaços urbanos com boas condições, tornando-se numa tarefa quase impossível. Pedroso dos Santos foi dos primeiros presidentes da Câmara a mostrar preocupação face a esta situação e, enquanto vereador, propõe uma série de melhoramentos à cidade que levaram, em 1883, o engenheiro e urbanista António José Antunes Navarro a desenvolver o “Plano de Melhoramento da Cidade da Covilhã”. Este plano tinha como objetivo a melhoria das condições urbanas da cidade, dotando-a de novas vias de comunicação e serviços públicos, evitando a destruição das suas edificações principais ou demolição exagerada da cidade, isto tendo em conta as possibilidades das autarquias e prometendo que as intervenções seriam rápidas, não demorando “mais d’uma geração para serem levadas a efeito.” (Navarro, 1883).

Na memória descritiva deste seu “Plano de Melhoramentos”, Navarro deixa clara a situação em que a urbe se encontra, com as suas ruas estreitas e labirínticas, inclinações acentuadas, sem praças nem largos. Fala, também, na falta de acesso dos habitantes às comodidades e confortos da atualidade, já comuns noutras cidades. Tratava-se de um território instável,

cujo desenvolvimento desde fortificação medieval a cidade, sobre uma encosta de topografia tão acentuada, praticamente impossibilitou a criação de bons espaços urbanos.

A chegada dos Caminhos de Ferro, em 1892, e da estrada Nacional, veio impulsionar a indústria dos lanifícios e a economia da cidade. E apesar de a estação de caminhos de ferro não ter tido a ação dinamizante que teve a nível urbano noutras cidades, estando afastada do centro e numa zona mais rural, a procura turística para atividades como desportos de montanha ou tratamentos da tuberculose não deixou de aumentar, abrindo a cidade para o exterior.

5.1.3. Do Estado Novo à Década de Noventa

Com a entrada da década de quarenta, entra o período dominado pelo Estado Novo, o chamado “Período Duro”, marcando o início de uma transformação urbana das cidades Portuguesas. A Covilhã não foi exceção, a linguagem identitária do Regime marcou a cidade e a sua malha, dotando-a de um simbolismo Nacionalista, com recurso à monumentalização e grandes obras de materiais duradouros, assim como outras estratégias de ordenamento como a centralização de serviços públicos e a criação de uma praça do município.

Uma nova rede rodoviária começa, então, a ser construída, dotando a cidade de uma acessibilidade que antes não conhecia e uma melhor coesão entre as suas malhas. Enquanto decorre este processo, assistimos também a uma renovação urbana que trás consigo a centralização de serviços (nova câmara municipal, correios e teatro-cine), bairros sociais e novos equipamentos como a cadeia, o mercado e o tribunal. Esta nova dinâmica que se sentia na cidade veio incentivar várias iniciativas privadas, que começam a investir na construção de outros equipamentos (hotel e Garagem de S. João), prédios de habitação e moradias. E a indústria dos lanifícios tem o seu último surto de desenvolvimento (José Manuel Fernandes, 2009).

A 1957, é aprovado o Plano Geral de Urbanização da Covilhã de José António Aguiar, que se focava na urbanização da zona compreendida entre o Largo do Pelourinho e a Estação dos Caminho de Ferro, onde era previsto equipamentos como a escola técnica, liceu, cadeia, bairros e tribunal. Esta área de transição entre a zona alta da cidade e a baixa foi gradualmente ocupada, ampliando a escala da cidade.

Na década de sessenta, Covilhã era uma das duas urbes com maior população no interior (Domingos Vaz, 2011). Já a década de setenta ficou marcada pelo fim da ditadura, em 1974. E a instauração do regime democrático veio reforçar o poder autárquico que, com as novas práticas de planeamento a serem postas em prática, gerou um maior interesse em investimentos imobiliários e infraestruturais por entidades públicas e privadas.

A cidade começa a afastar-se do seu centro tradicional e a expandir-se para os vales de forma desorganizada, sem rigor e com um plano ordenador em falta. Em 1970 ainda houve uma

tentativa de incorporar um novo “Plano Geral de Urbanização” para a reestruturação da cidade e seus subúrbios, plano que não chegou a ser aprovado, tendo-se então mantido o PGU de 1957 como principal instrumento de ordenamento até 1999.

Com os avanços tecnológicos e a modernização das vias de comunicação, as unidades fabris também começam a deslocar-se para a periferia, com modernos edifícios de construção e manutenção mais barata. Isto resulta no abandono e degradação do edificado junto às ribeiras e no centro, o que eventualmente vai ajudar a despoletar o declínio da indústria dos lanifícios na década de oitenta.

Esta expansão precipitada, aliada a um plano ordenador desatualizado e completamente desadequado, provoca um efeito negativo na paisagem urbana da Covilhã. Situação que chega a ser denunciada e criticada pelo arquiteto Teotónio Pereira (apud VAZ, Domingos, 2011), que afirma tratar-se de um acontecimento nunca antes visto que “desfigurou” a cidade e destruiu as suas “paisagens ancestrais” e os terrenos férteis do vale. Opinião partilhada por outros arquitetos e urbanistas, como Madalena Cunha Matos (2009) e José Manuel Fernandes (2009).

Quase na passagem para o novo milénio, o Programa Polis surge como uma oportunidade para inverter este declínio urbano, patrimonial e ambiental a que se estava a assistir, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população e a sua sensibilização e participação no projeto. Desenvolvido pelo atelier do arquiteto Nuno Teotónio Pereira, o programa POLIS para a Covilhã, tinha como principais objetivos a reabilitação dos vales das ribeiras, a preservação do património industrial, o favorecimento da mobilidade pedonal através de pontes e meios mecânicos e consolidar o tecido urbano, potenciando a integração harmoniosa da cidade na paisagem.

Quase em simultâneo, são também aprovados o PDM (1999) da Covilhã e o Plano Estratégico da Cidade (instrumento de apoio à implementação do PDM). Em conjunto com o programa POLIS, estas estratégias de planeamento pareciam prometer uma solução quase perfeita aos problemas da cidade. No entanto, as intenções deste grande plano ficaram um pouco aquém das expectativas. O município não promoveu a participação da população, como prometido, e os autores do POLIS Covilhã não foram sequer consultados sobre a atribuição de alguns projetos a outras equipas, resultando em soluções de fraca qualidade.

Apesar destes contratemplos, é de salientar que o programa POLIS Covilhã abriu caminho a um novo conceito de cidade, dotou a cidade de uma série de espaços verdes de lazer qualificados, promoveu inúmeras recuperações de património edificado e contribuiu para a construção de uma nova identidade: a Cidade Universitária.

5.1.4. Covilhã, a Cidade Universitária

Na sequência da fundação do Instituto Politécnico (1973) e do Instituto da Universidade da Beira Interior (1974), nasce, em 1986, a Universidade da Beira Interior. Foi-lhe reservada uma

área de 75 hectares, distribuída por quatro polos, optando-se por rejeitar o modelo tradicional de campus universitário, segregado da cidade, e promover a sua instalação dentro do perímetro urbano. Esta opção resultou no aproveitamento de antigos espaços fabris, como as edificações do vale da Goldra e da Fonte do Lameiro. Este processo iria também acelerar o processo de revitalização física da cidade e o impacto ambiental no território seria menor, contribuindo, ao mesmo tempo, para a preservação do seu património industrial e memória histórica.

“Não admira que a universidade, ao assumir-se como um novo motor de desenvolvimento urbano, tenha vindo a ocupar uma parte significativa dos espaços deixados vagos pela indústria, impondo-se a si própria a missão de os revitalizar, sem lhe apagar as marcas da identidade industrial que carregavam.”

Elisa Calado Pinheiro, 2009

Este processo contou com a participação do atelier GPA, o Arq. Bartolomeu Costa Cabral, Luís Alçada Baptista, o Arq. Maurício Vasconcelos e o Arq. Nuno Teotónio Pereira (José Manuel Fernandes, 2009). O recurso a materiais construtivos tradicionais (ferro, vidro e madeira), respeitando o pré-existente e articulando-o com construções modernas em betão, resultou em intervenções de uma qualidade a nível arquitetónico que a Covilhã não assistia há algum tempo, onde o novo e o velho coexistem harmoniosamente numa única narrativa.

A introdução do Ensino Superior veio, também, revitalizar intensamente a vida da cidade graças à permanência de estudantes e professores, despoletando, na década de noventa, um surto de serviços, comércio e hotelaria. Surgem novos postos de trabalho e uma nova energia social e económica invade a cidade, atenuando os efeitos da crise nos lanifícios. E a nível urbano, começa-se a assistir a um crescimento acentuado da área baixa da cidade, crescimento que também se vai prolongar para Sul. Surgem novas vias, equipamentos e serviços, como a Central de Camionagem, o Pavilhão de Feiras e Exposições, um novo conjunto de escolas públicas, um hipermercado, o Complexo Desportivo, etc.

Ao longo dos anos, a UBI foi adquirindo vários conjuntos industriais, cuja salvaguarda veio contribuir para a transformação progressiva da sua paisagem urbana e cultural. A Universidade também desempenhou um papel importante na reformulação da identidade da cidade, que evolui de cidade fábrica para cidade universitária.

5.2. Conclusões

Observando o tecido urbano da Covilhã, são facilmente reconhecidas três principais áreas que vêm estruturando a cidade desde a antiguidade: a área intramuralhas, os bairros que a envolvem e os dois grandes vales que acompanham as ribeiras da Carpinteira e da Goldra. Estas três áreas são as bases que definem a cidade e ditaram a sua evolução urbana. Evolução fortemente influenciada pela topografia única da encosta onde se encontra.

Esta sua localização privilegiada, aliada aos recursos que a envolviam e à passagem das rotas da transumância, contribuíram para o desenvolvimento da sua principal atividade económica, a indústria dos lanifícios.

Os lanifícios definiram e marcaram este território, deixando na sua malha urbana a memória preservada de um tempo em que a cidade trabalhava como um único organismo, como uma fábrica. O desenvolvimento progressivo desta indústria expandiu a malha urbana além do seu centro histórico tradicional, ocupando as áreas dos vales, junto às ribeiras. A memória do trabalho da lã está sempre presente no imaginário da população, manifestando-se hoje nas linhas que desenham o seu território e no seu património físico, seja este as ruínas das antigas unidades fabris ou as novas adaptações destas mesmas unidades a edifícios universitários.

O período dominado pelo Estado Novo veio expandir novamente a malha da cidade, dotando-a de novos equipamentos e serviços, desenvolvendo novas vias de circulação e abrindo a cidade ao exterior.

O pós-25 de Abril ficou marcado pela crise no lanifícios e implantação da Universidade da Beira Interior, que surge como principal alavanca da economia e desenvolvimento da urbe. A Universidade também contribuiu para a preservação do património industrial da cidade, trazendo novos usos às edificações abandonadas ou em ruínas.

Durante o princípio do século, assistimos a mais uma evolução da malha urbano da cidade com as intervenções do programa POLIS Covilhã, que veio consolidar o tecido da cidade, criar novas áreas urbanas e melhorar a mobilidade.

A busca por uma identidade e melhor território aparenta ser uma luta constante durante a história da cidade.

6. Proposta de Requalificação

Com base no que foi analisado anteriormente, segue-se uma proposta para uma intervenção no local que a memória popular afirma ser a antiga Judiaria da Covilhã. Por motivos práticos, e porque a câmara municipal assim a classificou, passaremos a chamar esta zona simplesmente de Judiaria.

Esta proposta é uma reinterpretação de um exercício realizado na cadeira de Projeto V no ano lectivo de 2013/2014.

6.1. Enquadramento

No capítulo anterior, foram analisadas diferentes fases do crescimento da cidade da Covilhã, fornecendo, assim, uma noção da dimensão urbana da cidade que nos vai permitir uma melhor compreensão do enquadramento da área de intervenção: a Judiaria.

Esta é uma área que a memória popular diz fazer parte da antiga Judiaria da Covilhã. Trata-se de uma zona histórica em pleno tecido urbano, situada fora das muralhas da Covilhã.

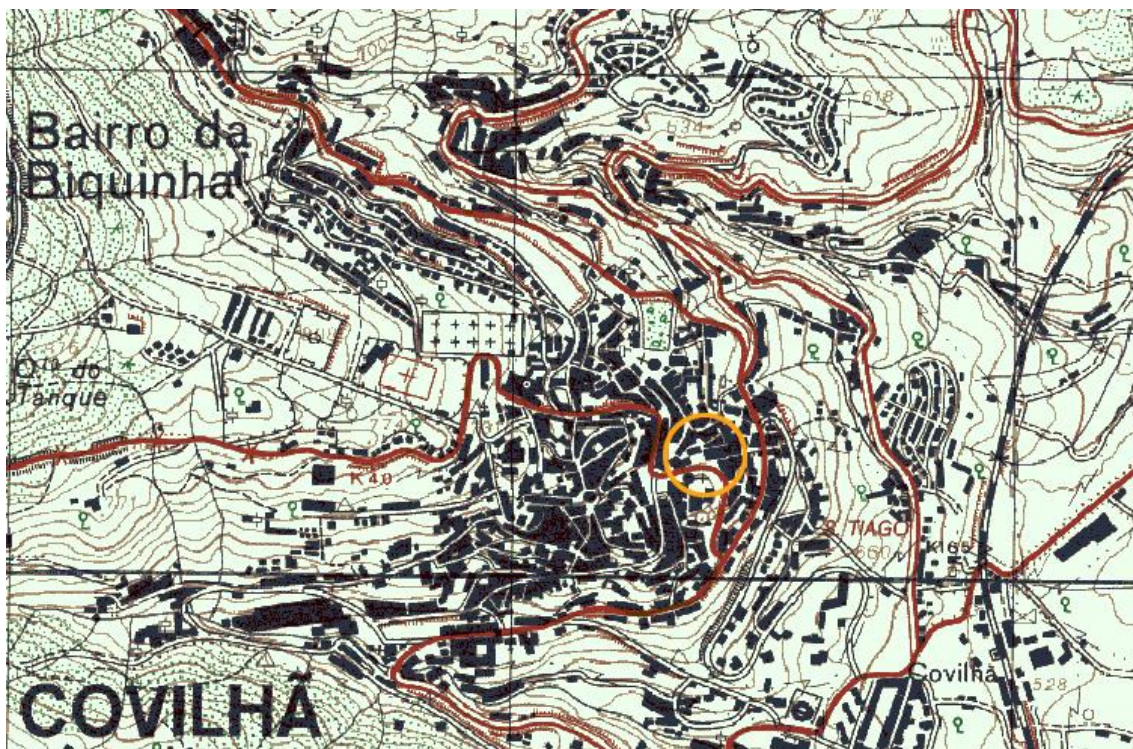


Figura 7: Planta Militar da zona da Covilhã

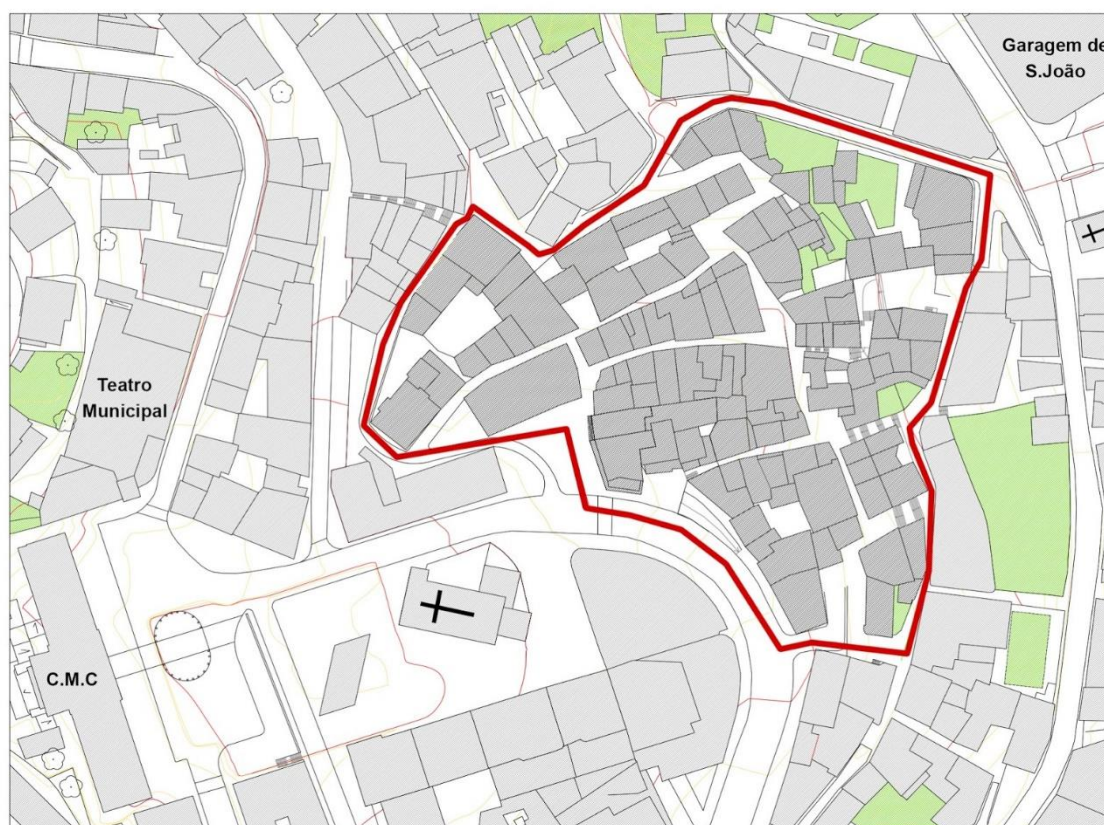


Figura 8: Zona da Judiaria

Ainda é possível encontrarmos construções com características arquitetônicas e técnicas construtivas medievais, com o piso térreo em granito e o superior em tabique.

É uma zona de área pequena, com ruas estreitas, sem lógica aparente. Não há presença de espaços públicos e as construções são aglomeradas, com fachadas esguias. Portas grandes e pequenas, janelas desenquadradas e algumas marcas cruciformes nas ombreiras, são elementos ainda visíveis.

Porém, as habitações têm vindo a sofrer bastantes alterações ao longo dos anos, como aplicação de reboco para tapar as fachadas em pedra, que têm vindo a descaracterizar a zona. O abandono e degradação das casas também é evidente, havendo também vários problemas a nível dos arruamentos, acessos e espaços públicos.

Atualmente, tirando algumas marcas cruciformes, duas janelas em estilo quinhentista e os restos de um forno comunitário, são poucas as coisas que possam indicar a história do local, ou mesmo o que era.

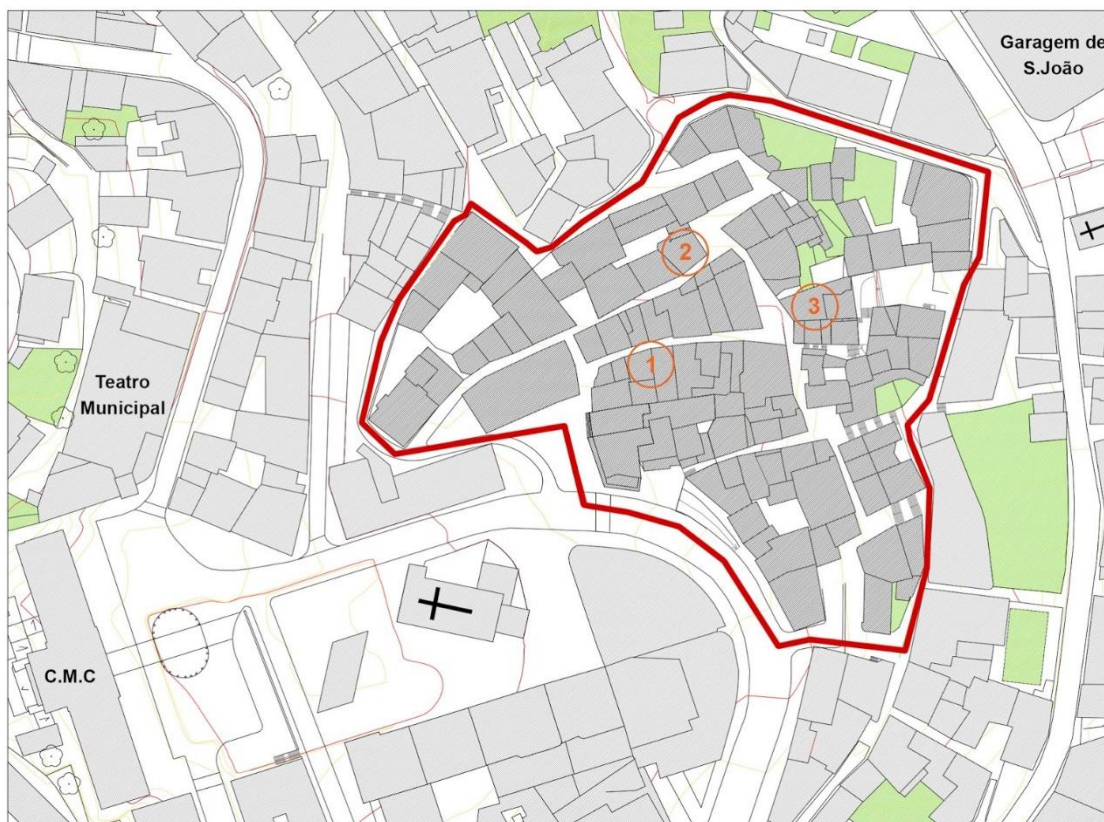


Figura 9: 1. Fachada trabalhada em pedra com janela Manuelina. 2. Fachada coberta com reboco e Janela Manuelina. 3. Forno Comunitário.

6.2. Legislação em Vigor

Segue-se uma breve análise da legislação atualmente em vigor na zona a intervir, que serviu como base para a realização desta proposta. Foi analisada toda a documentação que se considerou pertinente para a proposta.

6.2.1. PDM da Covilhã: Espaços Urbanos – Regime geral

A área definida para o presente trabalho, enquadra-se dentro dos espaços urbanos, tal como se pode verificar no PDM.

No que se refere ao tópico “Espaços urbanos”, no artigo 7º da Secção II do Capítulo II, do PDM da Covilhã, é feita referencia a diversos planos que visam orientar a intervenção nestes espaços, seja qual for a natureza dessas intervenções. Mais concretamente no nº 3 do mesmo artigo é referido que “Para a defesa da estrutura e do ambiente urbano, deverão as ações de reestruturação interna e de requalificação do espaço urbano ser sempre orientadas pelos instrumentos de planeamento previstos no DL nº69/90 (...) alterado pelos DL nº 211/92 (..) e

155/97 (...), nomeadamente os planos municipais de ordenamento do território de maior detalhe que o do PDM.”

Sendo que o PMOT de maior detalhe para o local é o PUGC, publicado em Diário da República Nº 147 a 30 de Julho de 2010. Sendo que no próprio PUGC, se pode confirmar que não está em vigor qualquer Plano Pormenor que englobe esta área (alínea 1, Art.41º, Cap.III).

6.2.2. PDM da Covilhã: Espaços Urbanos – Condições de edificabilidade

No que respeita às condições de Edificabilidade em espaços urbanos, como é o caso, é de salientar, nas alíneas a), b), c) e d) do nº5 do artigo 8ª da secção II do Capítulo II, referencias aos alinhamentos, à altura de fachadas, áreas previstas de cedências para espaços verdes e de utilização coletiva e, ainda áreas previstas para estacionamento.

“Serão sempre respeitados os alinhamentos predominantes definidos pelas edificações existentes, no troço de rua compreendido entre as duas transversais mais próximas, para um e outro lado da nova edificação.” - Alínea a) do nº 5 do Art. 8º.

“A altura da fachada, medida ao beirado, será dada pela altura predominante do conjunto edificado (...).” - Alínea b) do nº 5 do Art. 8º.

No nº6 do Art. 8º é feita referencia aos casos de obras de reconstrução e ou ampliação, o qual nos remete para as alíneas do nº, referido anteriormente, do mesmo artigo.

No nº 8 é feita a alusão aos parâmetros relativos aos estacionamento, em casos de reconstrução, remetendo-nos para o artigo 23º, do PDM, onde constam as proporções de estacionamento obrigatórios consoante o índice de ocupação do lote ou parcela.

No nº 9 é feita menção ao PMOT em vigor para o interior do perímetro da área urbana da Covilhã e eixo urbano TCT, referindo que esta zona será alvo de Plano de Urbanização.

E ainda no nº 10 do artigo 8º: “O centro histórico da cidade da Covilhã constituirá objeto de plano pormenor.”

Mas no nº 12 do mesmo artigo é ainda referido: “Até à concretização dos planos referidos nos nºs 9 a 11, adotar-se-ão para essas áreas os parâmetros genéricos estabelecidos no presente artigo. “

Assim sendo, tendo em conta o estabelecido nos nºs referidos anteriormente, o plano de maior detalhe que o PDM, em vigor para a área em estudo, é designado por PUGC (plano de urbanização da grande Covilhã) e encontra-se em vigor desde 30 de julho de 2010.

6.2.3. PDM da Covilhã: Espaços naturais e culturais

É importante fazer referencia aos espaços naturais e culturais, pois segundo o nº 8 do Artigo 17º da Secção II do Capítulo II, é feita referencia ao “Centro histórico da Covilhã, com a judiaria incluída;” confirmando-se assim que a judiaria se encontra em solo classificado como Centro Histórico.

No mesmo nº é ainda referido “Nos termos da Lei do Património, os imóveis em vias de classificação gozam da mesma proteção jurídica daqueles que estão classificados, sendo-lhes aplicado o estabelecido nos anteriores nºs 6 e 7.”

No nº 6 do Art. 17º é feita referencia a unidades operativas de planeamento remetendo-nos para o Art. 21º.

Nº 3 do Artigo 21º: “São consideradas unidades operativas de planeamento especiais, a estudar em planos de detalhe apropriado que conduzam a soluções de conjunto, constituídas no âmbito do PDM e expressas na carta de ordenamento, as seguintes: (...) UOP 2 - centro histórico da cidade da Covilhã; (...)”

6.2.4. Plano de Urbanização da Grande Covilhã PUGC - Usos do Solo

O território abrangido pelo PUGC pode ser classificado como solo Rural ou Urbano. Alínea b) do Artigo 7º do cap. I do Título III: “Solo urbano, para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou cuja a urbanização seja programada, constituindo perímetros urbanos. Sendo assim estas zonas ainda qualificadas em 3 categorias “a) Solo urbanizado; (...)” no qual se insere a zona em estudo, tal como se pode verificar na planta ao lado.

No nº 2 do artigo 17º da secção I do Capítulo III do Título III: “Para efeitos de aplicação deste diploma, são definidas nos solos urbanizados as seguintes subcategorias: a) Centros históricos; (...)”

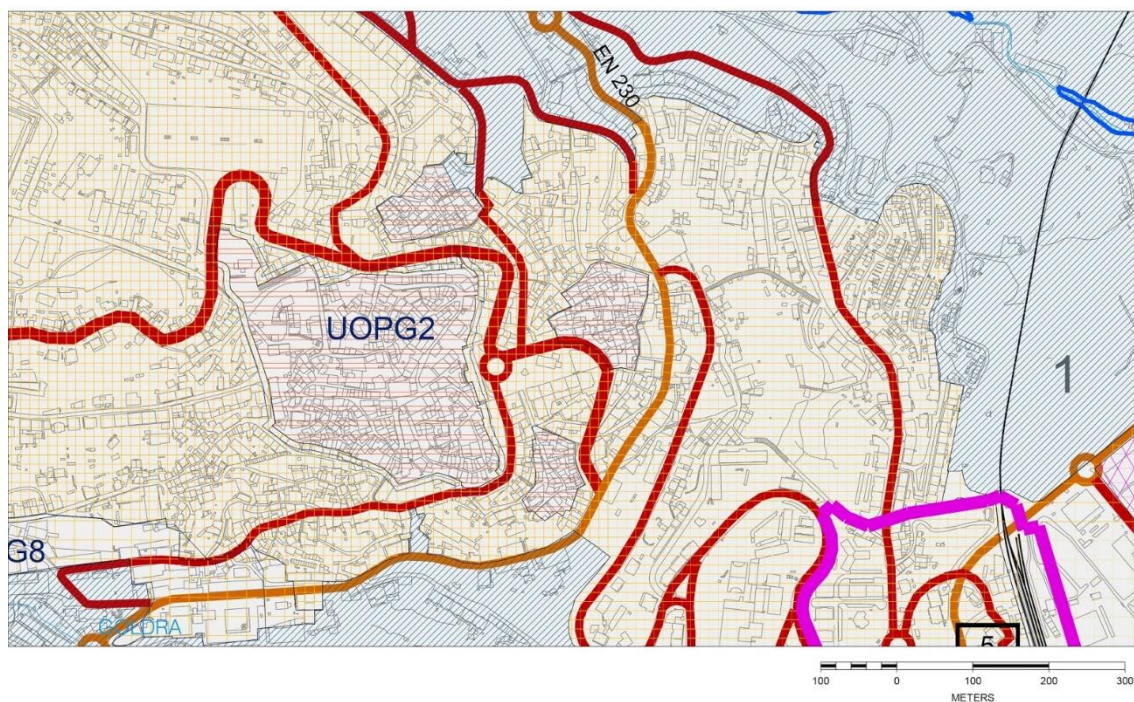


Figura 10: Plano de urbanização da grande Covilhã.

6.2.5. UOPG2

Assim, com a análise do PUGC, pode verificar-se, na alínea B do Art.40º do Cap.III, que a área da Judiaria se encontra dentro da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão do UOPG2 (Centro Histórico da Covilhã e zona envolvente de proteção), o qual é ainda possível confirmar-se na planta de Zonamento apresentada ao lado.

Segundo o Art. 44º da secção II:

“Os objetivos estabelecidos para a área da UOPG2 - Centro Histórico da Covilhã e zona envolvente de proteção são os seguintes:

- a) O estabelecimento detalhado das possibilidades de edificação e ou reabilitação, caso a caso;
- b) O estabelecimento de medidas de proteção e reabilitação do casco histórico e das suas zonas envolventes;
- c) A melhoria das redes urbanas.”

6.2.6. UOPG2: Usos do Solo

E ainda o Art. 45º da mesma secção: “Esta unidade destina-se aos usos de habitação, comércio e serviços, equipamentos coletivos, e zonas verdes públicas. É ainda permitido a instalação de indústrias do tipo 3 e do tipo 2 desde que compatível com os restantes usos.”

6.2.7. UOPG2: Levantamento do Nº de Pisos

É de referir que, no que toca a construção ou reabilitação de edifícios nos centros históricos, está estabelecido na alínea 2 do Art.18º do Cap.III do PUGC:

“Sem prejuízo do disposto na alínea f) do artigo 6º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, as operações de edificação que venham a ocorrer nesta subcategoria de espaços em obras de reconstrução, ampliação, alteração, conservação e demolição de edifícios existentes devem respeitar o valor modal verificado no lado do arruamento onde se insere a iniciativa e os atos projetuais conformes com a morfologia urbana existente e de valorização dos elementos e sistemas identitários do centro histórico.

6.2.8. Vias e Espaços Públicos

Visto que a zona de intervenção é classificada como Centro Histórico, a criação de perfis viários de arruamentos urbanos não se tem de reger pelos parâmetros de dimensionamento definidas na Portaria nº216-B/2008 de 3 de Março retificado pela Declaração de Retificação nº24/2008, DRnº85 de 2 de Maio, segundo o artigo 36º da Secção V do PUGC.

É ainda estabelecido pelo PDM que “Nos espaços urbanos consolidados, em situações onde não seja tecnicamente possível satisfazer totalmente as necessidades de estacionamento descritas no nº1, haverá lugar a compensação, nos termos legais.” - Alínea 3 do Art.23º da secção II, Cap.II.

6.3. Análise

Para a caracterização e compreensão do espaço arquitetónico em questão, a análise e interpretação da sua envolvente e elementos, a diferentes escalas, revela-se como uma ferramenta essencial. Assim, visto termos já estudado, no capítulo anterior, a evolução urbana da cidade e a sua relação com a judiaria, procedeu-se a uma análise a nível da Dimensão Urbana e Sectorial, através de vários levantamentos e estudos.

6.3.1. Tipologias

A reabilitação de um edifício ou área histórica, deve começar sempre pela identificação das tipologias. A partir desta análise, será mais fácil definir um conjunto de exigências a ter em conta para o projeto. A identificação do tipo de uso é também importante para a verificação

da existência de condicionantes que poderão afetar o desempenho do mesmo.

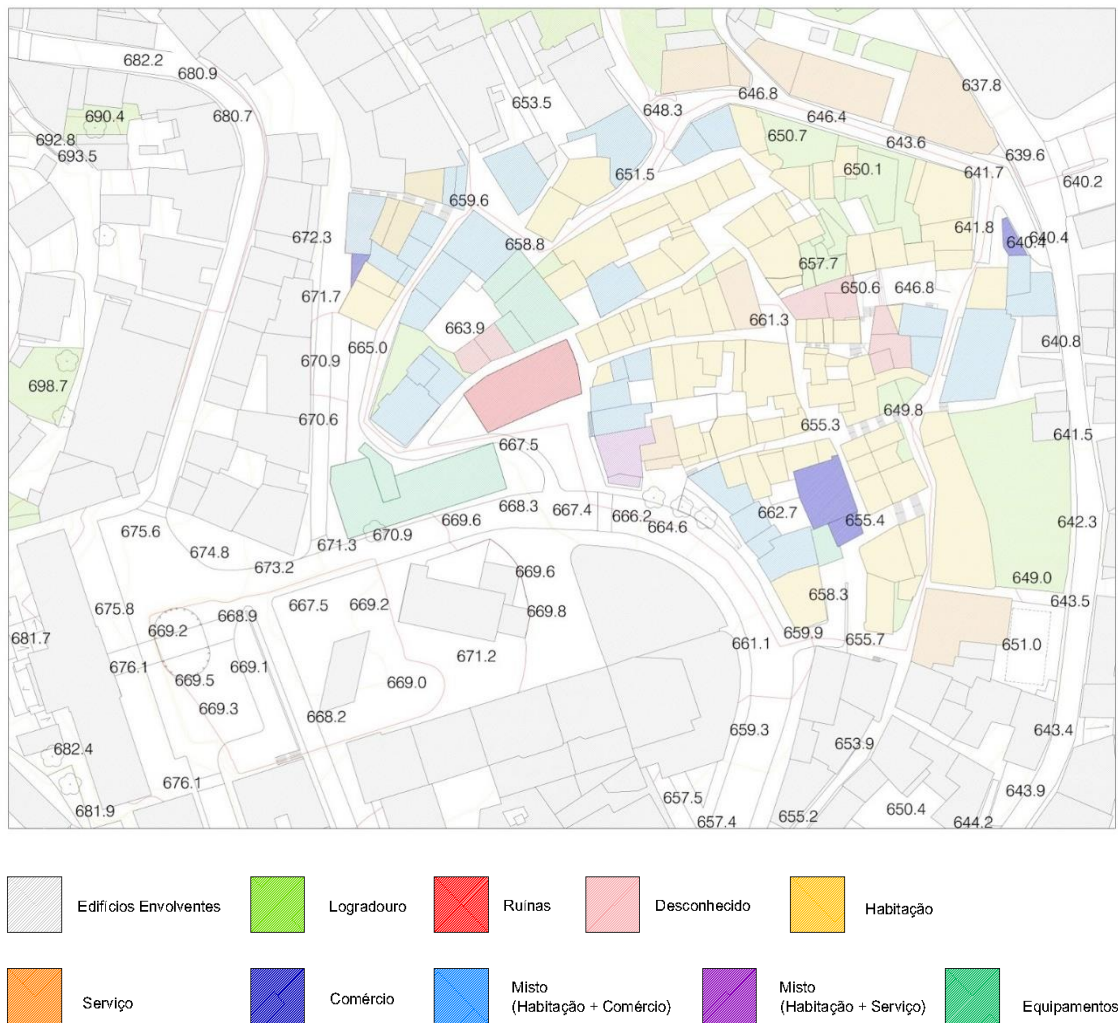


Figura 11: Planta de análise das tipologias dos edifícios. Ver Anexo 3.

Na zona da Judiaria da Covilhã, as construções são, na sua maioria, habitações. Existindo na periferia do terreno, uma abundância maior de tipologias mistas, constituídas por comércio no piso térreo e habitação nos pisos superiores. Temos também dois equipamentos: o hotel e um ginásio.

Temos aqui um pequeno núcleo de um centro urbano que se encontra repleto de habitações. Portanto, podemos concluir que, apesar de muitas estarem abandonadas, o projeto convém ter um programa que, mais tarde, não perturbe os habitantes.

6.3.2. Estado dos Edifícios

A análise do estado de conservação dos edifícios deveria ser o mais formal possível de forma a avaliar as estruturas e os seus estados de conservação, de forma a determinar o tipo de intervenção a realizar e o grau de profundidade da mesma.

Este tipo de análise permite hierarquizar o tipo de problemas e avarias encontrados e estabelecer um calendário de intervenção. Elemento importante, sobretudo quando é necessário gerir recursos financeiros limitados.

No entanto, para este projeto, realizou-se uma rápida avaliação exterior e, quando possível, interior.

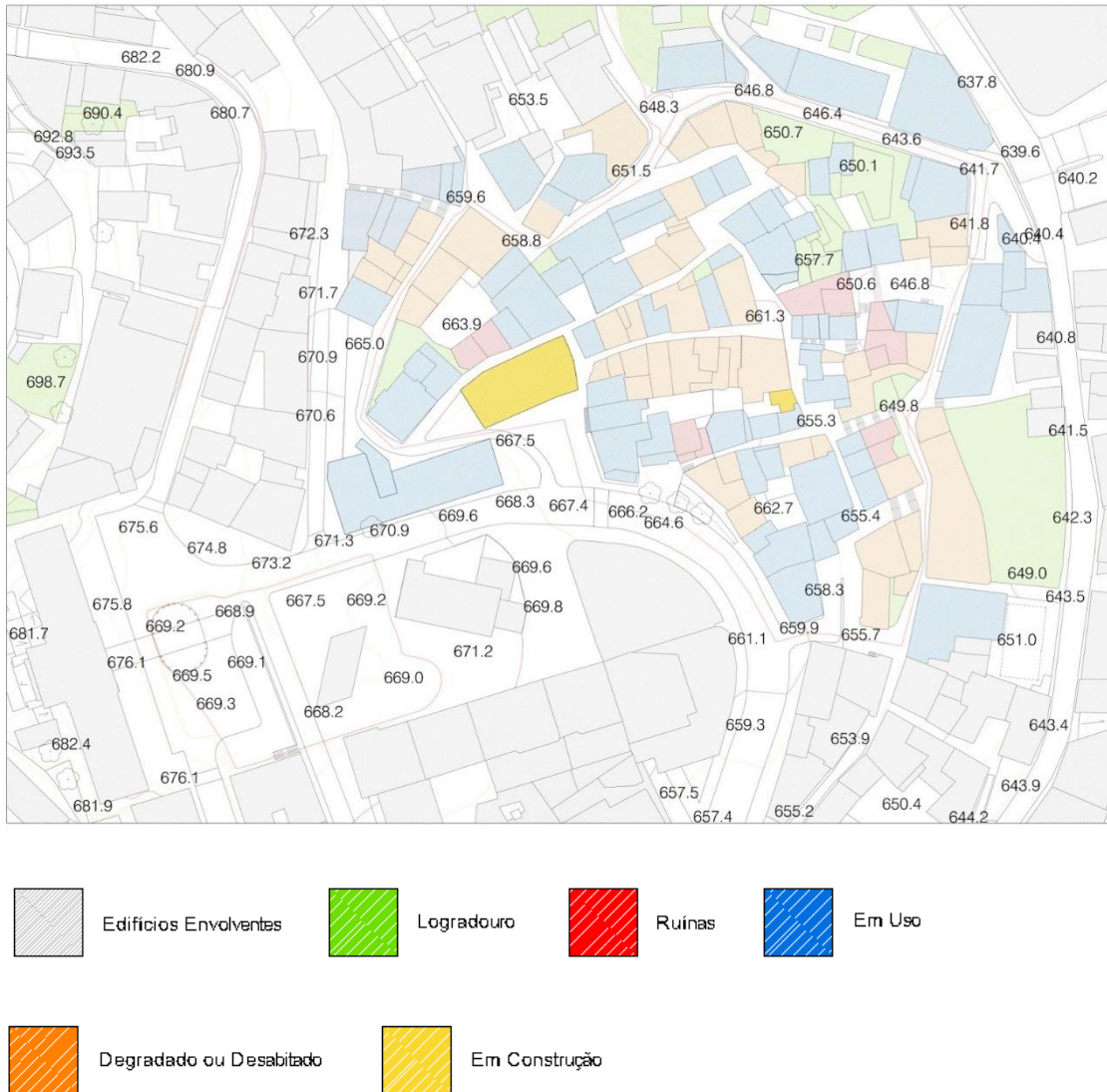


Figura 12: Planta de análise do estado dos edifícios. Ver Anexo 4.

Como podemos observar, o núcleo da área encontra-se maioritariamente degradado ou abandonado. Dos edifícios ainda habitados, são poucos os que se encontram num estado decente e salubre. Os habitantes desta zona são principalmente idosos, sem capacidade ou poder monetário para fazer as renovações necessárias nas suas casas.

De salientar que temos algumas intervenções a acontecer dentro do perímetro, sendo a de maior interesse o prédio central do Largo 5 de Outubro.

6.3.3. Levantamento de Pisos

O levantamento de pisos revela-se importante para, durante a conceção do projeto, se respeitar o valor modal do arruamento e identidade ou características do centro histórico.

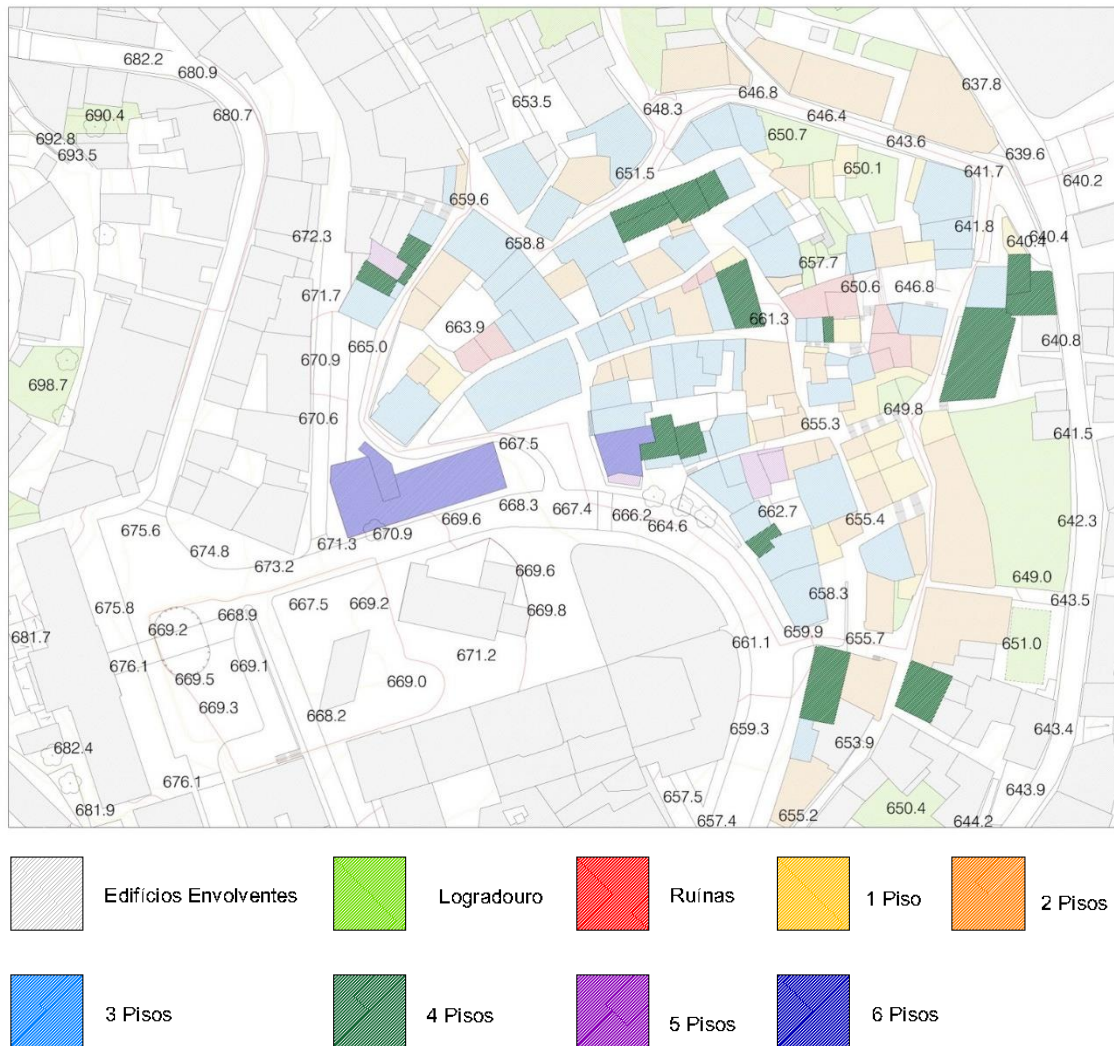


Figura 13: Planta de análise com levantamento de pisos. Ver Anexo 5.

Como podemos observar, a maioria das construções possui três ou dois pisos. O projeto deve então respeitar este valor, tendo no máximo três pisos.

6.3.4. Vias de Circulação

De forma a poder estudar a relação do local com as vias de circulação, procedeu-se ao levantamento do tipo de vias existentes.

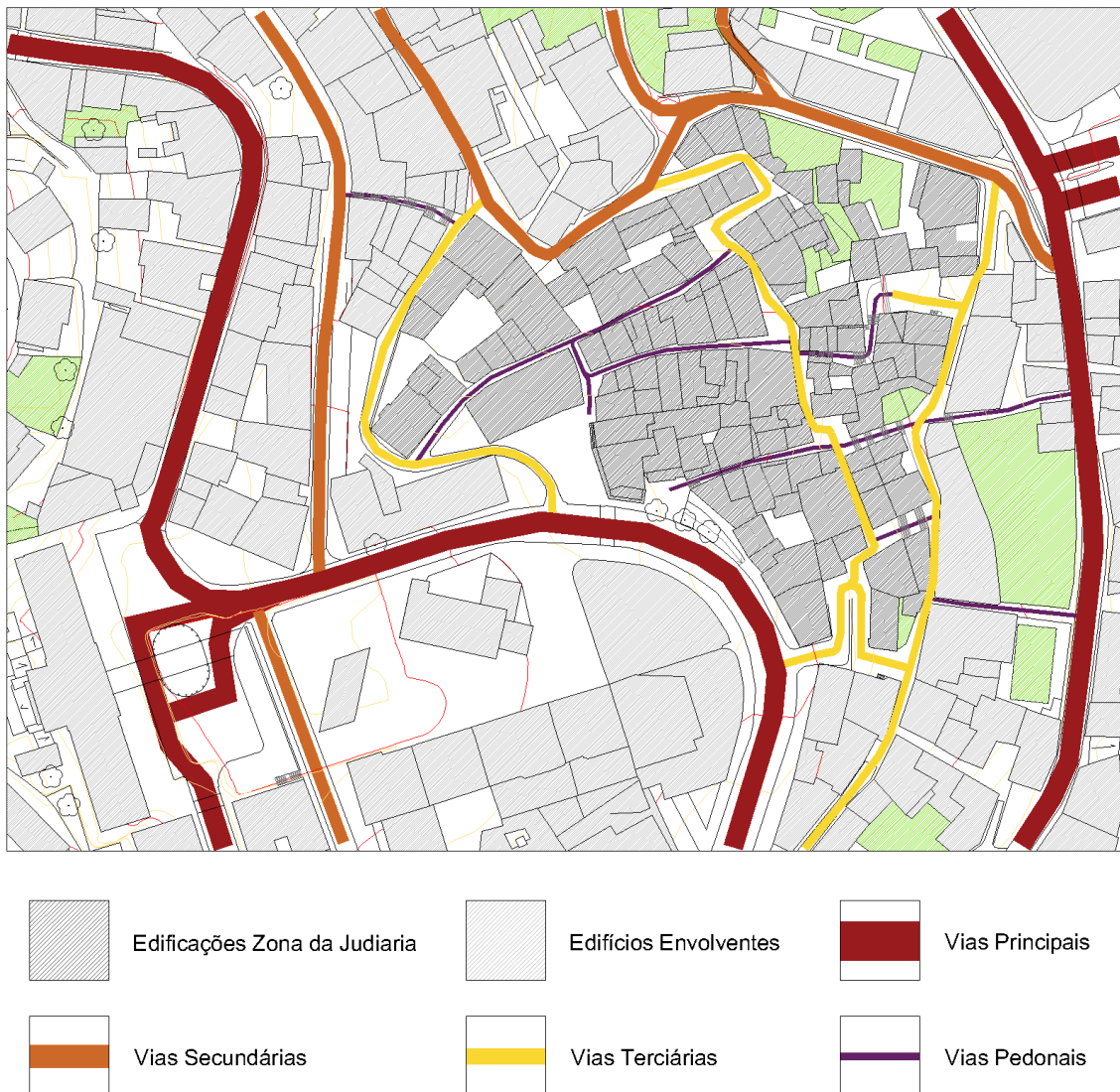


Figura 14: Vias de Circulação. Ver Anexo 6.

Podemos observar que a área se encontra delimitada a nascente e poente por duas grandes vias principais da cidade. No entanto, dentro da judiaria e seus limites, as vias ganham um carácter terciário, são raramente utilizadas e, quando o são, poucos carros têm capacidade de as percorrer na sua totalidade.

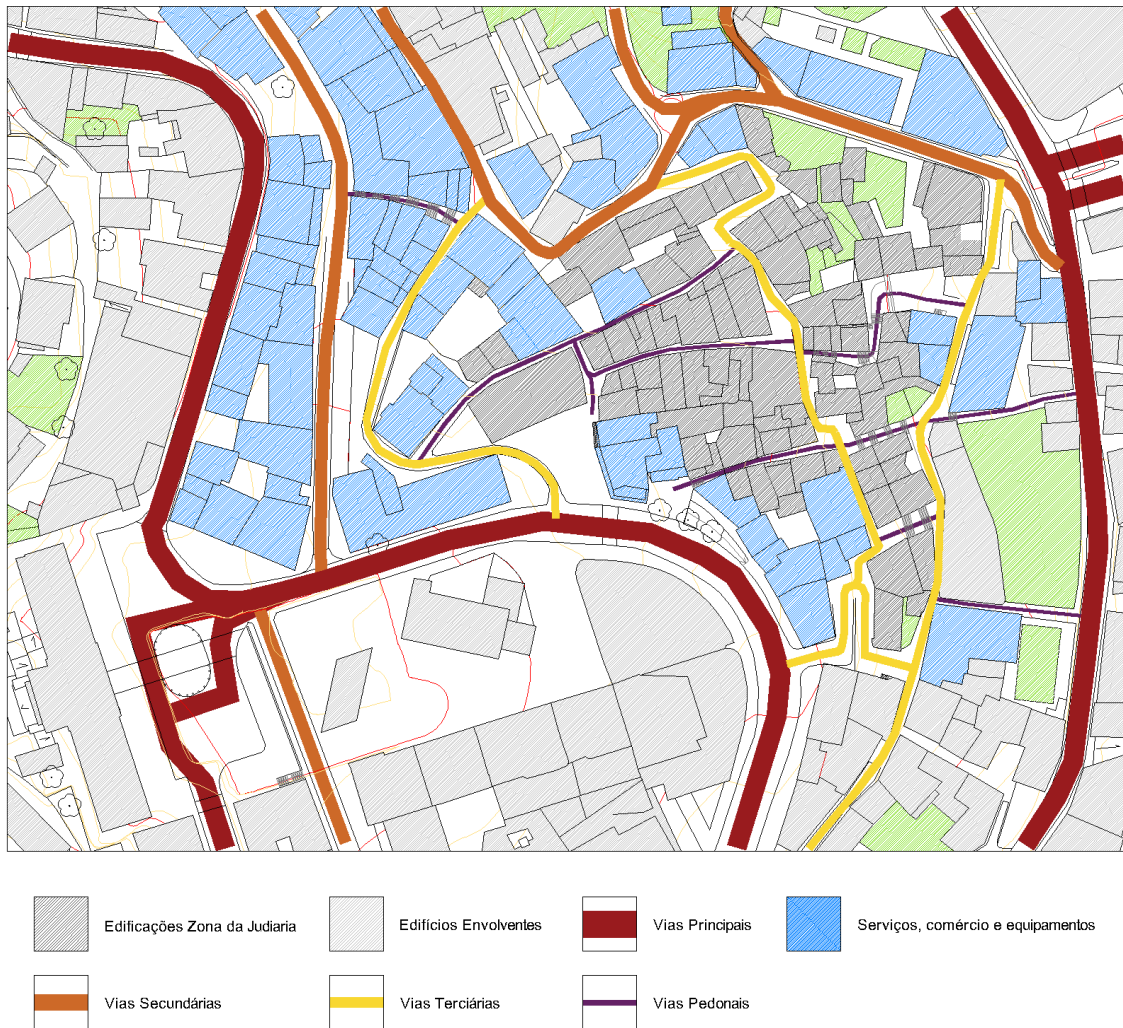


Figura 15: Relação entre as vias de circulação e serviços, comércio e equipamentos. Ver anexo 7.

Cruzando este estudo com a informação que obtivemos no levantamento das tipologias, podemos observar que existe um número significativo de serviços, comércio e equipamentos. No entanto, a zona da judiaria parece quase que abandonada e sem movimento.

Esta zona pode beneficiar de uma reformulação do tipo de via para promover o seu desenvolvimento económico.

6.3.5. Dimensão Urbana: A Rua

Arruamentos, travessas e um conjunto de frentes urbanas bem definidas formam esta estrutura urbana correspondente à Judiaria. Observando a área, podemos identificar rapidamente dois eixos principais: a Rua das Flores e a Rua do Ginásio. Foram ainda estudados outros dois eixos de carácter mais secundário, mas igualmente importantes à área: a Rua da Alegria e uma pequena transversal entre os dois primeiros eixos.

A Rua das Flores é um dos eixos principais desta área. Trata-se de uma via estreita de sentido nascente-poente, com cerca de 50 metros de comprimento e vence um desnível de aproximadamente 4m. A passagem de carros não é possível pois só a extremidade a nascente possui largura suficiente para dar passagem a um veículo.



Figura 16: Cruzamento da Rua da Alegria com o extremo nascente da Rua das Flores

A iluminação é realizada por candeeiros de desenho tradicional, preservando o carácter histórico da zona. No entanto, as fachadas encontram-se cobertas por fios eléctricos, o que prejudica essa mesma qualidade histórica e pode provocar eventuais problemas.

A sua linha de fachadas virada a Norte foi considerada de maior interesse para o projeto, não só devido à boa preservação da fachada com a janela quinhentista, como também pelo seu relacionamento com o Largo 5 de Outubro, cujo acesso é realizado por uma pequena e claustrofóbica transversal.

As fachadas desta linha aparentam, também, um bom estado de conservação, estando alguns edifícios ainda habitados.



Figura 17: Levantamento das fachadas Norte da Rua das Flores. Ver Anexo 9.



Figura 18: Montagem fotográfica das fachadas Norte da Rua das Flores.

Já a linha de fachadas virada a Sul, aparenta ser a mais degradada e mais alterada. Grande parte das habitações desta linha aparenta estar completamente ao abandono e, as que dão sinais de vida, não parecem possuir as condições ideais. A exceção à regra é uma caricata e colorida habitação de três pisos, habitada por um casal de idosos.

Existe, também, uma pensão abandonada no cruzamento com a Rua da Alegria. Analisando algumas janelas, este edifício parece ter sido coberto com um sistema de isolamento, escondendo a fachada em pedra tradicional.



Figura 19: Janela da Pensão na Rua das Flores onde é possível observar como o novo material de isolamento reveste a fachada de pedra.

A nível de interesse arquitetónico, é de referir, mais uma vez, as fachadas em pedra com as janelas quinhentistas do plano Norte. Já no plano Sul, a mesma qualidade não se aplica, existindo só a tal habitação do casal idoso.

Um outro eixo analisado foi a transversal com cerca de 15m, perpendicular à Rua do Ginásio e Rua das Flores. Apesar de se tratar de um troço pequeno e claustrofóbico, a ligação que faz entre os cruzamentos da Rua do Ginásio e a Rua das Flores, e o Largo 5 de Outubro, torna-o numa via importante. E, tendo em conta a proximidade do Largo com o Pelourinho, ponto de paragem principal de transportes públicos e de estacionamento (graças à garagem subterrânea), este é o ponto de acesso principal da zona e de onde poderá idealmente fluir um maior volume de pessoas. Dá diretamente para o Ginásio Clube da Covilhã, vencendo um pequeno desnível de aproximadamente 1,90m. É delimitada por um edifício que se encontra em reabilitação e por algumas habitações abandonadas e degradadas da Rua das Flores. A passagem de viaturas também é impossibilitada devido à sua largura.

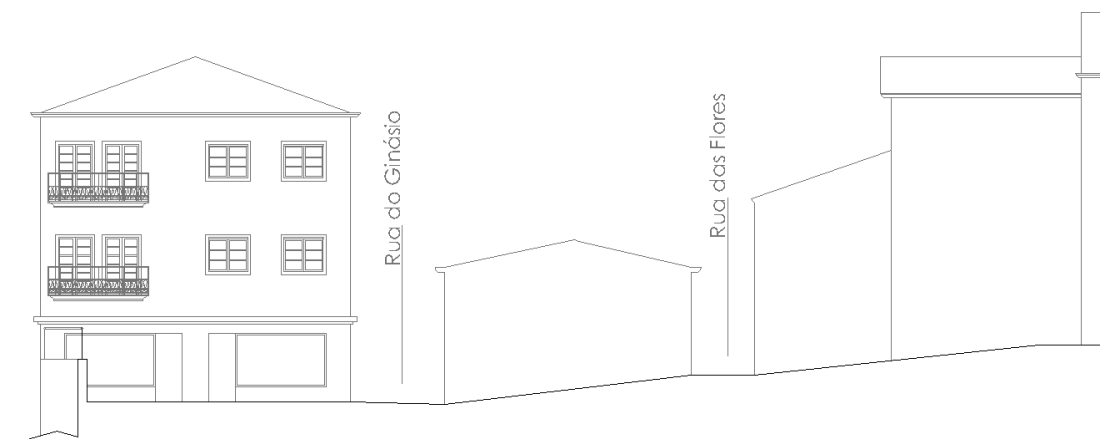


Figura 20: Levantamento das fachadas poente da transversal Rua do Ginásio-Rua das Flores. Ver Anexo 9.



Figura 21: Vista da Transversal para o Ginásio Clube

Passando a outro eixo, tal como a Rua das Flores, a Rua do Ginásio é uma via estreita de sentido nascente-poente, com cerca de 90 metros de comprimento e vence um desnível de aproximadamente 5m. Uma janela quinhentista adorna uma das suas fachadas no plano virado

a Sul, que aparenta ter sido coberta com reboco, roubando-lhe parte do seu carácter histórico.

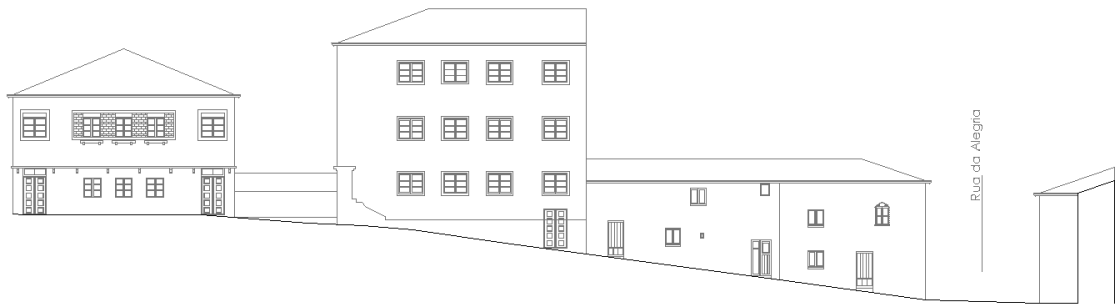


Figura 22: Levantamento parcial das fachadas Sul da Rua do Ginásio. Ver Anexo 10.

Um vazio, entre o edifício do ginásio e outro de tipologia mista, destaca-se do conjunto. Trata-se de uma pequena área em forma de trapézio, virada a Norte, com um banco público. Observando a diferença de cotas considerável entre esta área e a Rua dos Combatentes da Grande Guerra, paralela à Rua do Ginásio, e a vista privilegiada para a montanha, quase que podíamos afirmar que se trata de um miradouro, mas, se o fosse, não tem condições para tal.



Figura 23: Vista do vazio da Rua do Ginásio

Já a linha de fachadas virada a Norte é a mais degradada do conjunto, com uma confusão de fios elétricos, fachadas esburacadas e casas abandonadas ou sem quaisquer condições.



Figura 24: Degradação das fachadas da Rua do Ginásio

Com um troço paralela à transversal da Rua do Ginásio-Rua das Flores, a Rua da Alegria é uma via serpenteante, direção Norte-Sul, com cerca de 130m de comprimento. É possível a passagem de carros através da Rua dos Combatentes da Grande Guerra e do Largo da Alegria, porém as condições não são as ideais e algumas viaturas poderão mesmo não conseguir passar pelas partes mais estreitas.



Figura 25: Levantamento parcial das fachadas Poente da Rua da Alegria. Ver Anexo 10.

Por este percurso podemos encontrar edificações em variados estados de conservação, desde devolutas a totalmente reabilitadas. De todas, parece ser a rua mais bem preservada e aparenta, também, ser a mais habitada, tendo sido aqui observado muito mais movimento e vida durante visitas ao terreno.



Figura 26: Rua da Alegria

Entre os cruzamentos com a Rua das Flores e a Rua do Ginásio, escondido por um muro em pedra e com acesso por um quintal, encontramos as ruínas de um antigo forno comunitário. Infelizmente, devido à passagem do tempo e negligência, as ruínas encontram-se num estado extremamente degradado, estando essa memória histórica praticamente apagada. Após consulta no website da câmara, constatou-se que está a ser ponderado para este local um Centro Judaico.



Figura 27: Acesso ao forno comunitário

6.4. Maquete de Estudo

Também foi realizada uma pequena maquete de estudo à escala 1-1000 para estudo de volumes, relações entre os mesmos e topografia do local.



Figurae: Maqueta de estudo a 1:1000

6.5. Conclusões

Após estas últimas análises e devida reflexão, ficamos a compreender melhor este local e as suas necessidades. Trata-se de uma área de carácter histórico, dentro da zona urbana da cidade, que tem vindo a sofrer uma degradação e descaracterização progressiva.

Apesar da sua localização privilegiada, gozando de um posicionamento central na malha urbana, a área parece ter sido quase esquecida pelas entidades responsáveis. A sua proximidade ao centro da cidade, serviços, equipamentos e outras zonas históricas, é uma das suas características mais atrativas e merece ser devidamente aproveitada.

A linguagem arquitetónica que aqui encontramos, mantém-se relativamente constante pela área. E os imóveis com características quinhentistas encontram-se em bom estado de conservação, no entanto estão basicamente escondidos por estas ruas estreitas e escuras.

Apesar de o acesso automóvel ser possível em alguns pontos específicos da zona, devido à natureza histórica do tecido, as vias são quase que obrigadas a ser classificadas como pedonais.

Estas habitações aglomeradas, edifícios devolutos e acessos difíceis apresentam um risco elevado em caso de incêndio. E os cabos de eletricidade expostos não só contribuem para esse risco e são perigosos para o público, como também descaracterizam os edifícios.

Os espaços públicos, aqui, são inexistentes e o comércio dentro desta área quase desapareceu.

A população que habita esta zona é maioritariamente idosa.

6.6. Programa Proposto

O programa do projeto vai responder às principais necessidades da zona, obedecendo a regulamentos existentes que impõem determinado tipo de critérios. A qualidade deste resulta, portanto, de um conjunto de informações obtidas por uma análise formal e uma ponderação sobre aquilo que é prioritário ou não para aquele local.

“O uso possibilita a integração e a participação do património na vida contemporânea e garante a sua existência no futuro”

in Guia Técnico de Reabilitação Habitacional

A zona da Judiaria encontra-se inserida no centro urbano da Covilhã, rico em comércio, serviços e transportes. Áreas verdes são inexistentes, sendo a mais próxima o Jardim Municipal da Covilhã. Os elementos de interesse mais próximos são um parque de estacionamento, um hotel, correios e outros serviços junto à câmara.

Dentro da Judiaria, espaços públicos de qualidade são praticamente inexistentes. Havendo só uma zona livre, junto ao ginásio, com um banco.

Tendo isto em conta, desenvolveu-se um programa que trouxesse utilidade à área, um melhor ambiente e novas oportunidades aos habitantes e estudantes da cidade.

Propõe-se, então, a criação de um espaço de co-working, de uma praça, reclassificação de algumas vias públicas e pequenas ações de conservação nos edifícios circundantes.

A praça terá, ao todo, cerca de 550 m². Devendo possuir os seguintes elementos:

- Bancos e zonas de convívio;
- Espaços livres para atividades variadas;
- Áreas verdes;

O espaço de Co-Working deverá ter uma área bruta de 285m². A construção deverá obedecer aos requisitos no Decreto-Lei nº 243/86 de 20 de Agosto de 1986, o Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritórios e Serviços.

O estabelecimento deverá ter:

- Receção com pequeno escritório;
- Caixas de correio;
- Cacifos;
- Arrumos;
- WCs acessíveis masculinos e femininos;
- Área de cozinha com mesas;
- Área de convívio e descanso;
- Área para mesas de trabalho partilhadas;
- Área para mesas de trabalho individuais;
- Zona para workshops com projetor;
- Sala para reunião.

6.7. Área a intervir

Após a análise realizada e definido o programa, foi escolhida a área para a intervenção, representada a vermelho na seguinte figura.

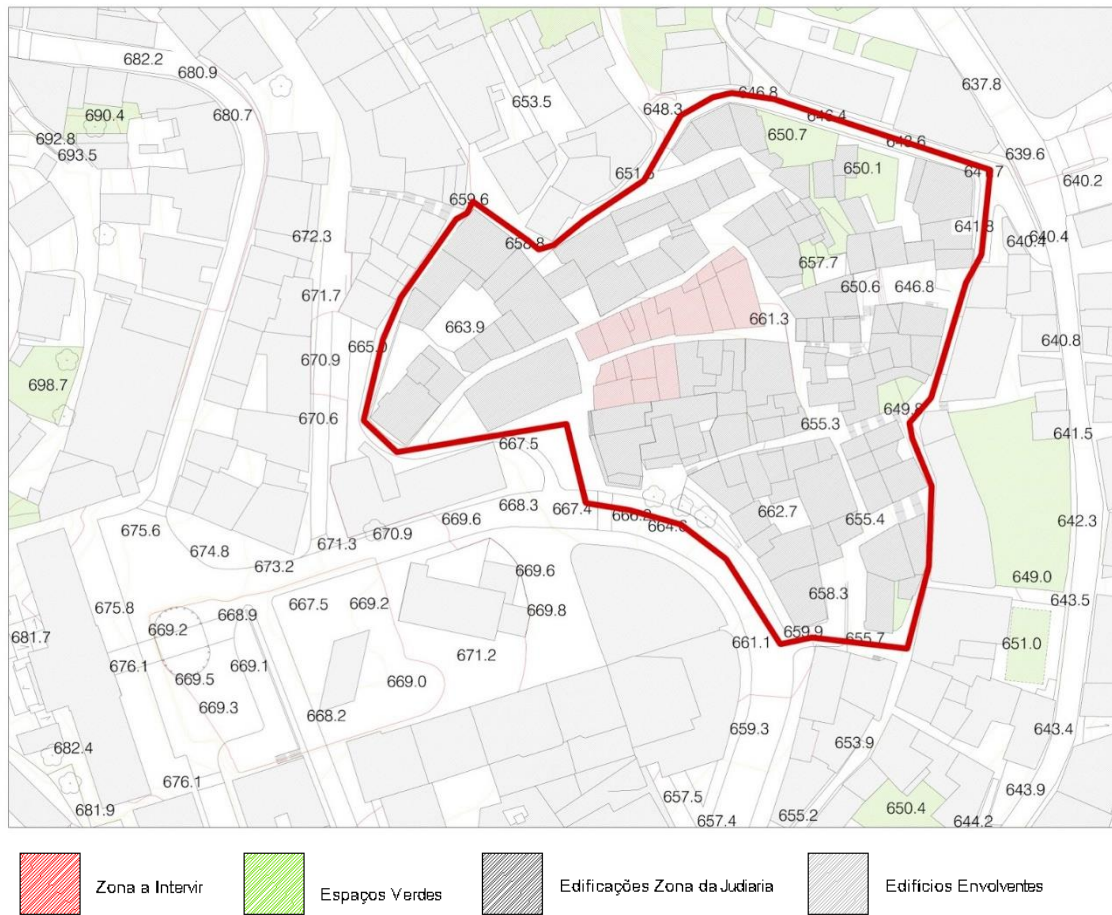


Figura 28: Planta da zona da Judiaria com a área de intervenção assinalada a vermelho. Ver Anexo.

Optou-se por aproveitar a fachada em pedra da Rua das Flores para o novo edifício, demolindo o seu interior e as primeiras duas casas da rua, que aparentavam encontrar-se ao abandono e em estado avançado de degradação. Propõe-se, também, demolir o quarteirão central por completo para dar lugar a uma praça.

Como vimos nas análises feitas, os edifícios escolhidos para a demolição possuem poucas ou praticamente nenhuma qualidade estética ou histórica, pois foram sofrendo uma forte descaracterização ao longo dos tempos. Grande parte está, também, devoluta ou num estado tal que a sua reabilitação implicaria gastos muito elevados. A zona também não possui condições para estas intervenções devido ao espaço limitado e à proximidade das construções.

Apesar de, inicialmente, este tipo de intervenções provocar sempre algumas reações negativas e protestos, acreditamos que as demolições destes elementos possam trazer melhorias significativas a este território e seus habitantes. O principal objetivo desta intervenção é melhorar a salubridade da área, os acessos, vias, redes elétricas e ambiente em geral. Optando por demolir esta pequena área central do conjunto, pretendemos alcançar esse objetivo de uma forma rápida, menos complicada e mais económica.

A demolição irá permitir uma reformulação dos sistemas de infraestruturas básicas, melhor acesso às construções circundantes em caso de emergência e a criação de um espaço urbano de um carácter que consideramos ser importante à cidade.

A abertura desta praça possibilita uma melhor exposição solar ao conjunto, tornando uma área antes escura e fria, numa zona bem iluminada e atrativa à população. O espaço amplo, rodeado de vias pedonais, será a área ideal para feiras de artesanato e outros eventos programados da cidade.

Já o espaço de Co-Working, trará movimento suficiente para animar a área sem perturbar os seus habitantes, grupo constituído principalmente por idosos. E contribuirá para o crescimento económico da cidade como uma plataforma impulsionadora de recém-licenciados ou mesmo pequenas empresas.

6.8. Sugestão para Novas Vias de Circulação

Nas análises anteriores, vimos como esta zona podia beneficiar de uma reformulação do tipo de via de forma a melhor aproveitar a sua localização privilegiada. Tendo isto em conta, sugerimos algumas mudanças.

Podemos observar na figura 29 uma abundância de comércios, serviços e equipamentos na periferia da zona da judiaria, principalmente a poente. No entanto, se seguirmos pela Rua Comendador Mendes Veiga e continuarmos pela Rua dos Combatentes da Grande Guerra, encontramos muitos destes espaços comerciais encerrados.

O potencial desta zona para o desenvolvimento de uma zona comercial pedonal, do género da baixa do Porto, não parece ter sido explorado o suficiente.

A Rua Comendador Mendes Veiga é uma via bastante claustrofóbica, onde a circulação de automóveis de maior volume é dificultada, e a falta de passeios afeta negativamente a circulação de peões, chegando mesmo a ser potencialmente perigosa.

Na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, também se verifica a falta de vias de circulação pedonal e um abandono maior dos espaços comerciais. Apesar de dar acesso ao jardim municipal da Covilhã, a maior parte dos condutores parece preferir o acesso pelas vias principais da cidade.

Tendo isto em conta, sugere-se a mudança destas duas vias rodoviárias para pedonais, de forma a proporcionar aos habitantes da Covilhã uma zona comercial mais segura e promover o comércio tradicional. Sugerimos também a conversão da Rua da Alegria a via pedonal, devido às dificuldades de circulação que apresenta e para a coerência do conjunto. O acesso rodoviário deverá ser realizado só para cargas e descargas.

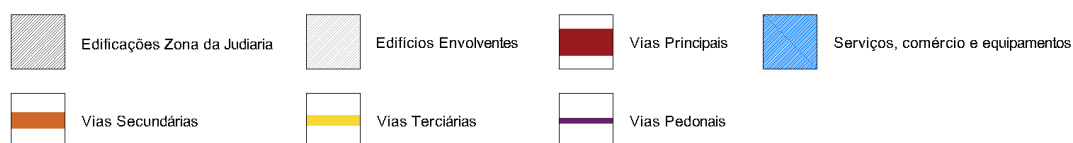
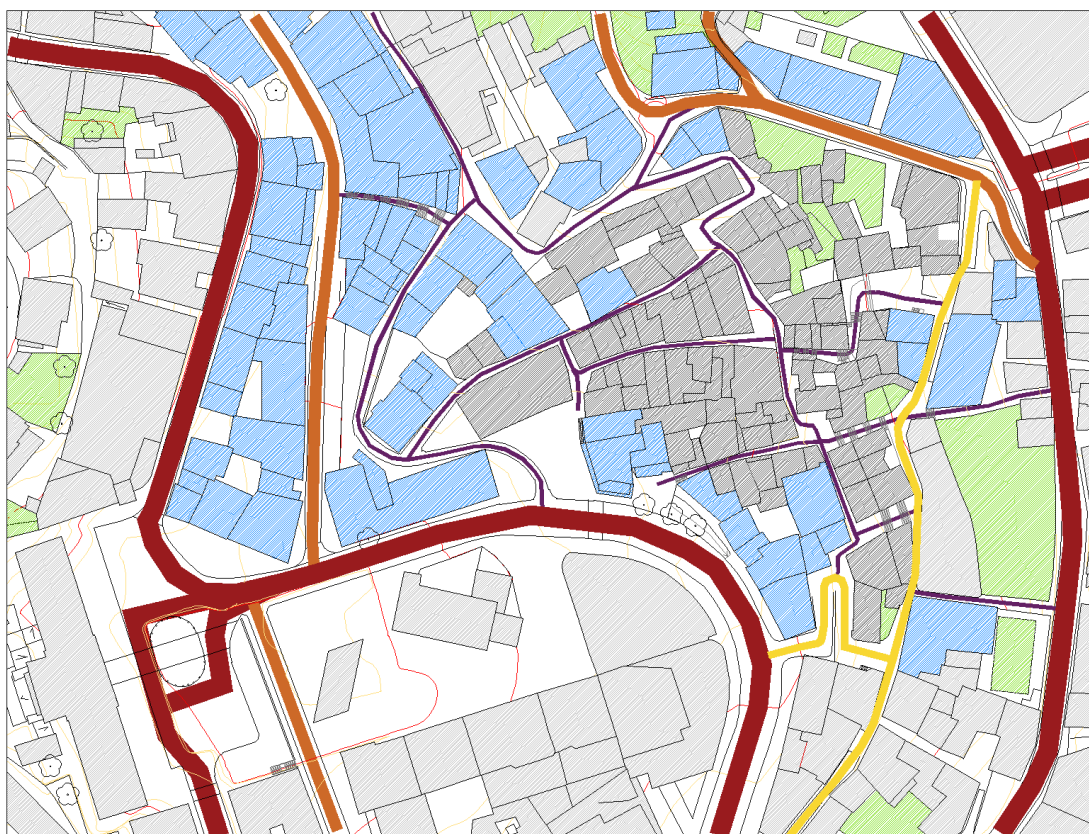


Figura 29: Relação entre as vias de circulação e serviços, comércio e equipamentos. Ver anexo.

Pretende-se com estas mudanças a criação de uma zona comercial pedonal segura, onde os habitantes podem circular e apreciar as montras sem a preocupação de potenciais veículos. Pretende-se, também, promover o comércio tradicional e a recuperação de imóveis de tipologia mista.

6.9. O Novo Espaço Público: A Praça das Flores

Um dos elementos principais desta proposta é a criação de um novo espaço urbano que responda às necessidades da zona e sua população. Um espaço de convívio e permanência, que promova práticas sociais e melhore a segurança e qualidade do local.

No entanto, surge um problema: classificar esse espaço de Largo ou Praça?

A Praça é um importante elemento morfológico das estruturas urbanas ocidentais. Ao contrário de uma simples intersecção de traçados, acidental e sem propósito, cuja única

função se resume a circulação, a Praça implica intencionalidade e um programa, sendo um local de encontro e de permanência, onde a vida urbana floresce e se desenvolve. A relação entre este espaço vazio está intimamente relacionada com os edifícios que a definem e caracterizam, possuindo também uma função estruturante do espaço urbano.

O Prof. Dr. Silvio Soares Macedo (2002), define ainda duas premissas básicas que definem tais espaços: uso e acessibilidade. Considera praças como espaços livres destinados ao lazer e ao convívio, livres de veículos e acessíveis aos cidadãos.

Esta relação intrínseca entre a praça e a sociabilidade é uma constante nas definições de vários autores. No entanto, nem todos os espaços com esta qualidade podem ser classificados como tal. Um vazio que foi sendo apropriado pela população e ganhando essas funções, permanece um espaço accidental, sem intenções, situações muitas vezes derivadas de uma resposta das entidades governamentais à falta de espaços públicos e de lazer. Reservamos, então, termos como Largo ou Terreiro para tais situações.

”Outros espaços como largo, ou terreiro, não podem ser assimilados ao conceito de praça. São de certa maneira espaços accidentais: vazios ou alargamentos da estrutura urbana e que com o tempo, foram apropriados e usados. Mas nunca adquirem significação igual ao da praça porque não nasceram como tal.”

LAMAS, José - Morfologia Urbana e Desenho da Cidade, p.102

Portanto, existindo a intenção e uma proposta que responda a todos os pontos já indicados, podemos concluir que, sendo esse o objectivo do projecto, podemos classificar o espaço planeado como uma praça.

Para desenhar este espaço, devemos analisar primeiro o que define um bom espaço público. É de salientar que as características que definem um “bom espaço”, vai obrigatoriamente variar de pessoa para pessoa. É algo que podemos considerar bastante pessoal e que depende fortemente de cada inquirido. Porém, podemos definir alguns pontos chave:

- Protecção: Para um espaço ter qualidade é necessário inspirar o sentimento de protecção. Protecção contra o tráfico, crime ou violência. Uma boa solução seria atrair habitantes para esse espaço, convidar à permanência e ao seu uso.
- Conforto: Ruas largas, bons pavimentos, fachadas apelativas, boa acessibilidade, zonas de descanso e boa iluminação são só alguns pontos que contribuem para uma área de qualidade onde o público se sinta confortável.
- Entretenimento e Inclusão Social: Ao promover a sociabilidade e a interacção, conseguimos criar um espaço saudável e criativo, onde o público pode conviver e partilhar experiências. Isto remete-nos de novo para a questão de conforto e segurança, com a criação de ambientes mais familiares. E diferentes equipamentos

que convidem à actividade física ou descobrimento cultural, ajuda a criar um espaço de qualidade.

- Acessos e organização: A boa organização espacial, bons acessos, fáceis de identificar e que dêem continuidade ao espaço e uma delimitação concreta do mesmo, não só facilita a deslocação do público e a sua orientação, como criam espaços interessantes e chamativos que todos conseguem identificar e onde se podem movimentar livre e facilmente.

Tendo estes pontos e análise do terreno em conta, foram definidas três funções principais para esta praça: convívio, repouso e Multi-usos.



Figura 30: Divisão da área em funções.

Visto se tratar de uma zona histórica, sugere-se um estudo dos elementos históricos do local e devida identificação e sua preservação. Assim como uma interação entre a praça e estes elementos, como as passagens e o forno comunitário.

Planeia-se também o reaproveitamento da pedra das casas para muros, de forma a reduzir alguns custos e conservar a linguagem e identidade do local. Os limites deste volume serão preservados também, através de marcações de aço corten no chão com iluminação e onde estarão inscritos os antigos nomes das ruas.

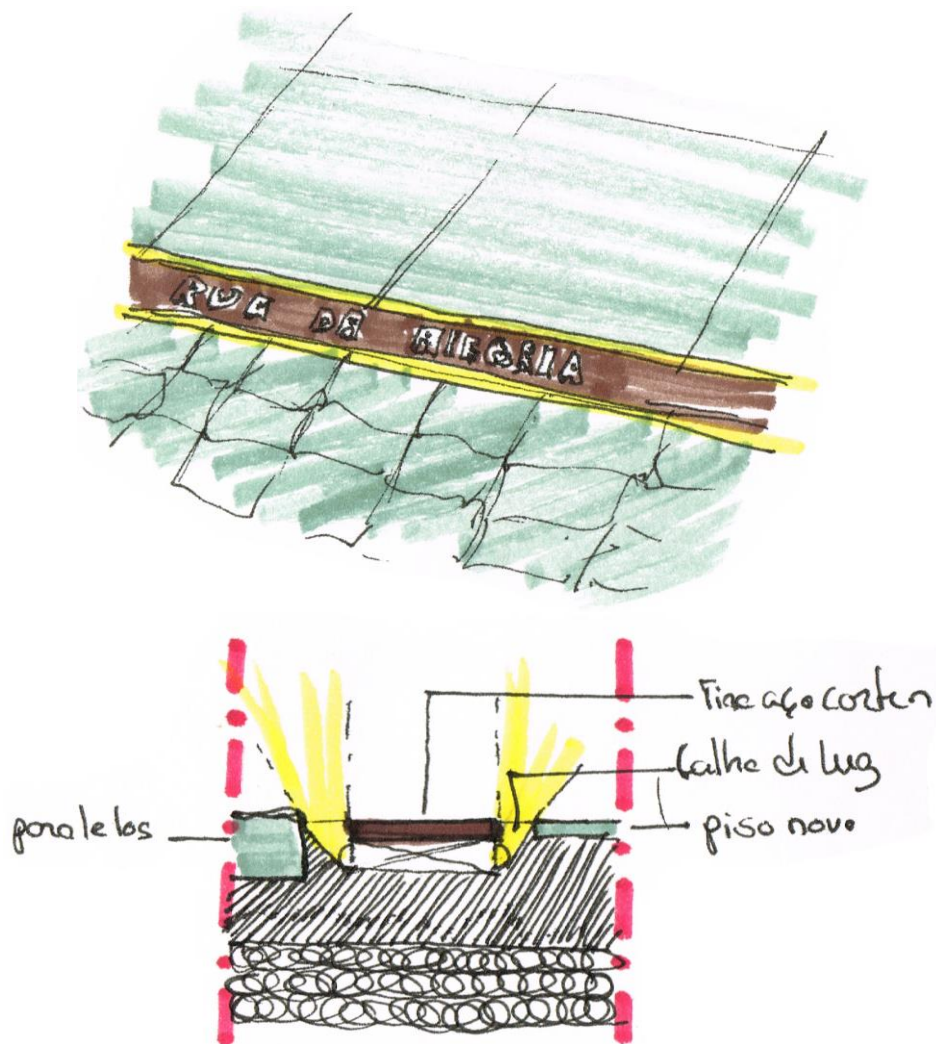


Figura 31: Esquícios Marcações no Chão. Ver anexo.

Um dos problemas deste local é a diferença de cotas de uma rua para outra. A resposta é a distribuição destes espaços por plataformas de diferentes cotas, o que vai permitir uma delimitação bem definida de cada área e sua função.

A praça terá duas entradas principais: uma a partir do Largo Cinco de Outubro e outra da Rua da Alegria, pontos de maior afluência de pessoas a esta zona.

Será criado ainda um eixo de ligação entre a entrada pelo Largo Cinco de Outubro e a área do forno comunitário. Este eixo atravessa as passagens entre as casas, cujas portas e pedras que as formam deverão ser catalogadas e preservadas, de forma a voltarem a ser inseridas no local, trazendo à praça um elemento de carácter cultural e histórico. Sugere-se a presença de placas nestas estruturas com informação sobre a história do local e a utilidade destes portais.

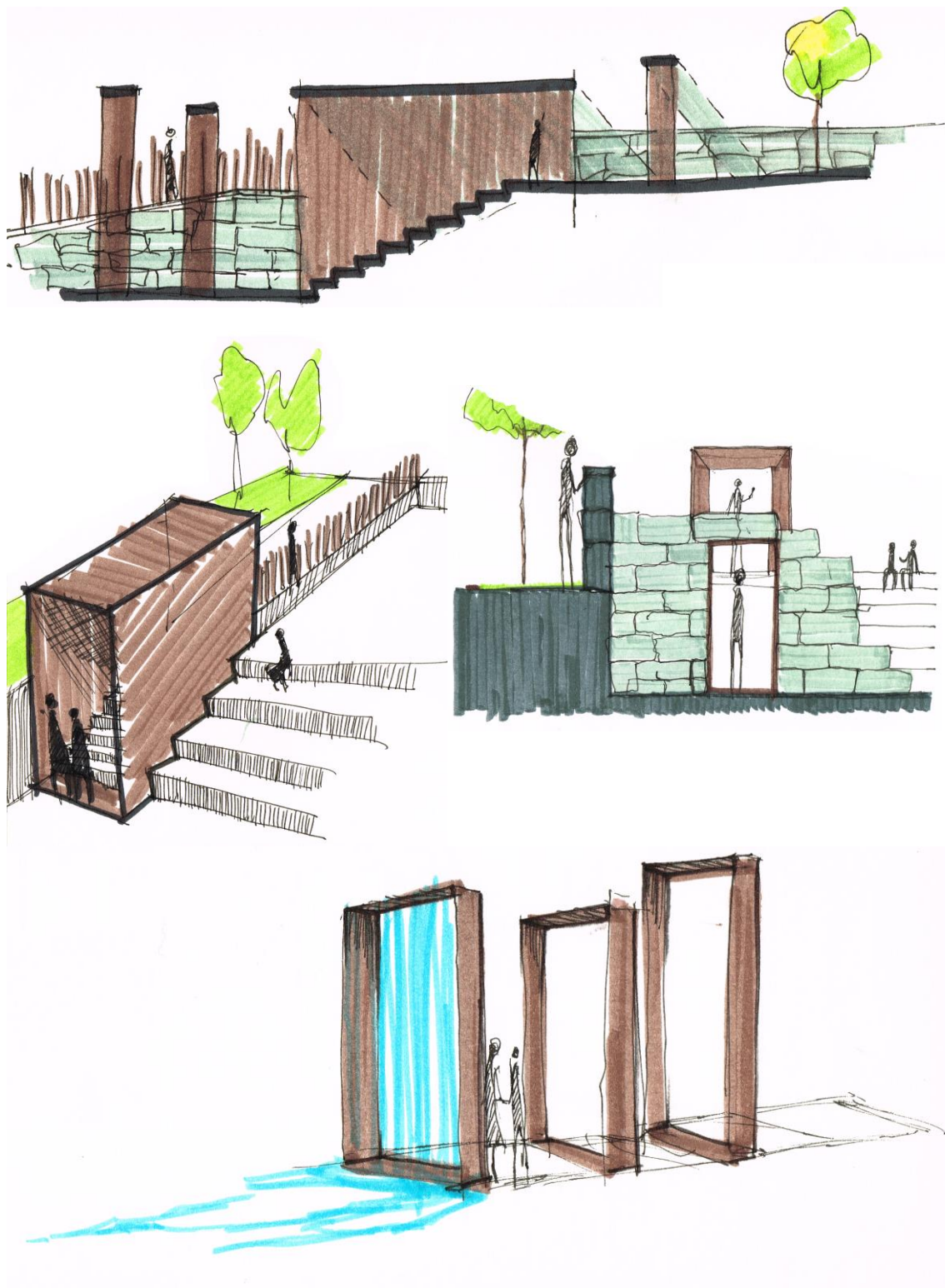


Figura 32: Esquízo Portais. Ver anexo.

Junto ao Ginásio Clube da Covilhã, onde se observou alguma permanência de indivíduos e socialização, ficará a zona de convívio, aproveitando, assim, o pequeno espaço já existente entre este edifício e a loja, cuja vista lhe concede a classificação de miradouro. Este plano será estendido até à área demolida, de forma a planificar toda aquela área. Isto trará um

maior conforto a quem lá permanecer, possibilitando a inserção de algum mobiliário urbano (mesas, cadeiras e bancos) onde o público poderá socializar e praticar actividades de lazer.

Junto à zona de convívio, numa cota mais baixa, ficará uma zona de repouso, com um grande banco curvo e uma área verde, promovendo um estado de reflexão e calma. Daqui poderemos observar a larga área multi-usos que está separada da área de repouso por uma pequena zona tipo anfiteatro onde, existindo eventos, se pode acomodar uma pequena plateia.

Com esta proposta, pretende-se a criação de um ambiente dinâmico e acolhedor, onde a vida urbana possa florescer. Um local desenvolvido de forma a acolher as mais diversas actividades e grupos, como eventos culturais típicos da cidade, intervenções artísticas de alunos da faculdade, skaters, as saídas de quinta à noite, a conversa da tarde entre vizinhas ou o jogo da malha do avô.



Figura 33: Esquiços mobiliário urbano. Ver anexo.

Plantas, alçados, cortes e algumas fotomontagens encontram-se nos anexos.

6.10. O Novo Edifício: Centro de Co-Work

Como já foi referido, o conjunto de casas a ser demolido no início da Rua das Flores será substituído por um novo edifício, um espaço de Co-Working. Estes são espaços de trabalho flexíveis que podem ser alugados por qualquer indivíduo ou entidade, tendo um papel importante no impulso de jovens trabalhadores e pequenas empresas. Visto se tratar de uma cidade universitária no interior do país, a oferta de espaços como este podem trazer inúmeros benefícios a nível urbano e social, impulsionando recém-licenciados e promovendo o empreendedorismo.

O único elemento a manter do conjunto a ser demolido é a fachada da casa com a janela quinhentista, visto se tratar de um elemento histórico bem preservado e de forte carácter.

Um dos problemas principais desta área é a iluminação solar, visto a sua frente principal ser orientada a Norte.

De forma a resolver este problema, sem quebrar o alinhamento e fluidez desta linha de fachadas, optou-se por prolongar a parede existente até ao cruzamento com o eixo que vem do Largo 5 de Outubro, num material em pedra de cor semelhante à da parede original. Cria-se, assim, uma espécie de segunda pele e barreira que vai proteger o volume principal e manter a coerência entre esta nova inserção e o seu contexto.

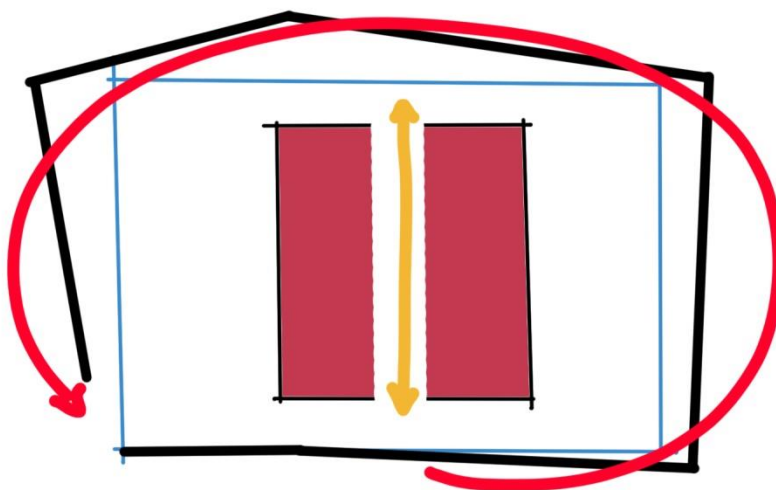


Figura 34: Esquema.

Portanto, o edifício será composto por três elementos principais: um núcleo sólido, uma membrana translúcida e uma pele protetora mais grosseira e forte. No núcleo sólido, com acabamento em madeira, vão se concentrar todas as funções do edifício e acessos verticais, sendo o ambiente em seu redor o palco onde a vida deste espaço será vivida. Este espaço será delimitado por uma cortina de vidro cuja transparência vai permitir uma abundância de

claridade e luz solar direta. Estes elementos serão todos protegidos e abraçados pela parede de pedra.

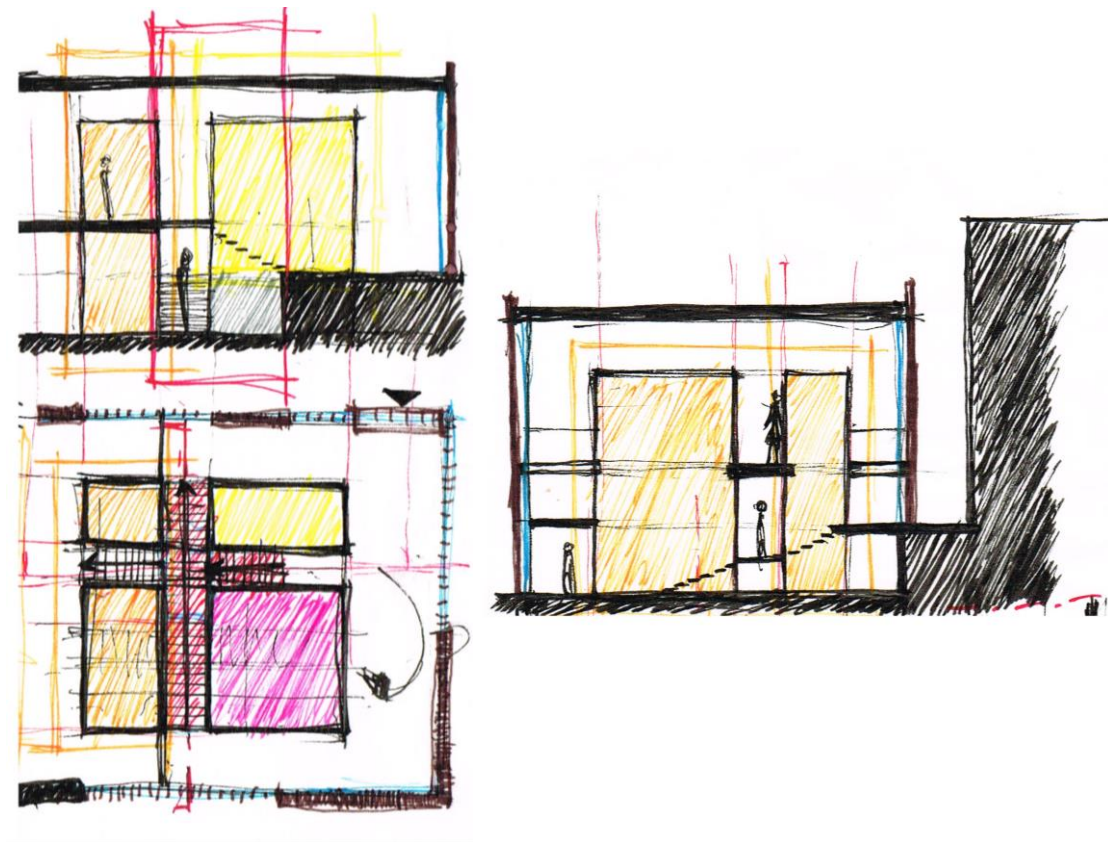


Figura 35: Esquícios. Ver anexos.

A entrada (principal) será feita pelo Largo 5 de Outubro, através de uma cortina de vidro que permite a entrada de luz solar directa pela parte da tarde. Entrando, somos recebidos por um duplo pé direito, podendo observar o núcleo cortado pelo plano horizontal do segundo andar. Aqui encontramos a recepção, com um arquivo e arrumos. Do lado esquerdo, temos uma zona de cacifos e caixas de correio, enquanto que à direita se encontram as casas de banho adaptadas. Avançando, podemos observar que o núcleo é cortado na vertical e aí se encontram as escadas de acesso a outros níveis, compostas por uma série de planos horizontais que quase parecem flutuar. Ainda neste piso, temos dois pequenos escritórios para equipas até duas pessoas, uma pequena sala de impressões e um elevador.

Subindo as escadas e passando para o primeiro piso, encontramos os espaços de trabalho para equipas maiores. Virando à direita, encontramos uma pequena sala para reuniões até três pessoas e outra para reuniões e conferências maiores, equipada com um projector. Já à esquerda podemos encontrar um pequeno espaço para realizar chamadas e videoconferências, reservado e silencioso, e temos um estúdio para pintura ou outras artes plásticas.

No piso subterrâneo concentram-se as funções que poderão provocar mais ruído, como as áreas para trabalho individual, zona de workshops, copa, zona de convívio e mais um conjunto de casas de banho adaptadas. Neste piso, o lado direito do núcleo é constituído por um sistema de portas apelidado de Yama-Space. Este sistema possibilita a transformação deste espaço em diferentes áreas, de acordo com as necessidades dos utilizadores.

Sugere-se esta área seja utilizada como uma zona menos formal de trabalho, podendo, à noite ou com reserva, ser transformada em áreas para workshops, visualizações de filmes ou apresentações, exposições, etc..

Ainda neste piso, temos uma entrada secundária que fará a ligação entre esta área flexível e o exterior. Facilitando o acesso a workshops.



Figura 36: Corte. Ver anexos.

Plantas, alçados, cortes e algumas fotomontagens encontram-se nos anexos.

Bibliografia

ALMEIDA, E. (2010). Uma Releitura das Cartas de Atenas. *Revista Integração*. no.60, pp.5-14. Acedido em: 20 de Fevereiro de 2016, em: http://www.usjt.br/prppg/revista/integracao/integracao_60.php

ALMEIDA, E. (2010). *O "construir no construído" na produção contemporânea: relações entre teoria e prática*. São Paulo. FAU.

FEILDEN, B., JOKILEHTO, J. (1993). *Management Guidelines for World Cultural Heritage Site*. Roma. ICCROM

GROPIUS, W. (1972). *Bauhaus: nova arquitetura*. São Paulo. Perspectiva

JOKILEHTO, J. (2007). *History of Architectural Conservation*, Rutledge

LAMAS, J. M. R. G. (1993). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian

LE CORBUSIER (1957). *Towards a New Architecture*. Londres. The Architectural Press

MACEDO, S., ROBBA, F. (2002). *Praças Brasileiras*. São Paulo. EDUSP

MASCARENHAS, F. (2003) Sermão ao meu sucessor: notas para uma ética da sobrevivência. Lisboa. Dom Quixote

MONUMENTOS Covilhã, a Cidade Fábrica. Lisboa. Direção-Geral do Património Cultural: 2009, v.29, 188 pp.

PEREIRA, A. (2003) "Para uma Terminologia da Disciplina de Proteção do Património Construído", in *Jornal dos Arquitetos*, n.º 213. Lisboa: Estar Editora, pp. 27-33.

PUGIN, A. (1836). *Contrasts: Or, A Parallel Between the Noble Edifices of the Fourteenth and Fifteenth Centuries and Similar Buildings of the Present Day*. Universidade de Michigan

ROYAL FINE ART COMMISSION, *28th Annual Report 1990*, HMSO, 1991

Anexos

Desenhos técnicos e informações adicionais.

Análise

- Folha 1: Planta de Localização
- Folha 2: Área de Intervenção
- Folha 3: Levantamento de Pisos
- Folha 4: Usos Tipo
- Folha 5: Estado dos Edifícios
- Folha 6: Vias de Circulação
- Folha 7: Sugestão de Vias de Circulação
- Folha 8: Relação Vias - Comércio e Serviços
- Folha 9: Fachadas e Topografia
- Folha 10: Fachadas e Topografia

Praça

- Folha 1: Área de Intervenção
- Folha 2: Passagens Conhecidas
- Folha 3: Funções
- Folha 4: Ordem de Demolição
- Folha 5: Planta
- Folha 6: Corte A
- Folha 7: Corte B
- Folha 8: Render A
- Folha 9: Render B
- Folha 10: Esquiços

Espaço CoWork

- Folha 1: Planta de Cobertura
- Folha 2: Planta Piso 1
- Folha 3: Planta Piso 0
- Folha 4: Planta Piso -1
- Folha 5: Alçado Norte
- Folha 6: Alçado Norte
- Folha 7: Alçados Este
- Folha 8: Alçado Oeste
- Folha 9: Alçado Sul
- Folha 10: Corte A
- Folha 11: Corte B
- Folha 12: Corte C
- Folha 13: Corte D
- Folha 14: Corte F
- Folha 15: Pormenores
- Folha 16: Pormenores
- Folha 17: Sistema Yama-Space
- Folha 18: Sistema Yama-Space
- Folha 19: Sistema Yama-Space
- Folha 20: Render A
- Folha 21: Render B
- Folha 22: Render C
- Folha 23: Esquiços